



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Gustavo Bruno Costa Neri

**A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA EM TERRAS ALAGOANAS:
(1930 a 1937)**

Maceió – Alagoas

2014

GUSTAVO BRUNO COSTA NERI

A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA EM TERRAS ALAGOANAS:

(1930 a 1937)

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk

Maceió – Alagoas

2014

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

N445a Neri, Gustavo Bruno Costa.
Ação integralista brasileira em Alagoas: (1930 a 1937) / Gustavo Bruno Costa
Neri. – Maceió, 2014.
140 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Palamartchuk.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de
Pós-Graduação em História. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 128 -131.
Anexos: f. 132-140.

1. Ação Integralista Brasileira (AIB). 2. Integralismo – Alagoas, 1930-1937.
3. Alagoas – História. 4. Alagoas – Política e governo. I. Título.

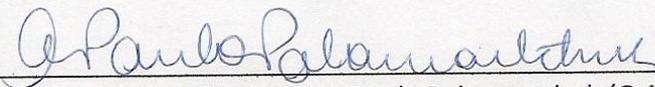
CDU: 981.35:321.64

Folha de Aprovação

GUSTAVO BRUNO COSTA NERI

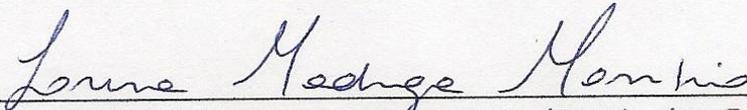
A Ação Integralista Brasileira em Terras Alagoanas: 1930 a 1937.

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 26 de setembro de 2014.

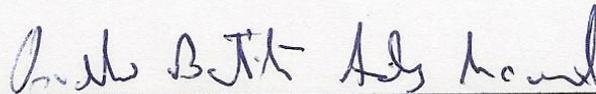


Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Palamartchuk (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof^ª. Dr^ª. Lorena Madrugá Monteiro (Examinadora Externa)
Faculdade Integrada Tiradentes



Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

“Os nossos inimigos reconhecem que somos verdadeiramente idealistas e se espantam da nossa vitória, apesar da campanha derrotista, dos coronéis capitalistas e dos comunistas. Passadas as eleições acredito que arrigentaremos uma porção de pessoas embora de condições humildes. Prefiro assim, é o alicerce que estamos preparando cuidadosamente.” (Abel Lima, São Luís do Quitunde/Alagoas, 1934)

“Ontem mesmo, à noite aqui foram presos mais dois companheiros que estão na cadeia desta cidade incomunicáveis. Desconheço por completo qual razão do Delegado daqui estar prendendo e desacatando os integralistas. Nunca desacatamos as ordens das autoridades e por isso fecharemos o Núcleo logo que recebermos uma determinação das autoridades.” (Manuel Ferreira de Barros, Capela/Alagoas, 1937)

AGRADECIMENTOS

Quando chega o momento de agradecer vêm inúmeros nomes na cabeça. Não quero ser injusto com ninguém que me ajudou a chegar até aqui, então decidi agradecer de forma geral, a começar por aqueles que sempre acreditaram em mim, me deram forças e foram exemplos na minha vida: para minha família, muito obrigado. Àqueles que contribuíram na minha formação e trabalharam para que a cada leitura, discussão e pesquisa, eu me tornasse um historiador mais capacitado, aos meus professores, muito obrigado. Àqueles amigos que dividiram salas, cursos e debates acalorados nos corredores, muito obrigado. Aos profissionais das instituições como IHGAL e APA, nas quais tive a oportunidade de pesquisar, muito obrigado.

Mas eu estaria sendo injusto se não destacasse algumas pessoas para agradecer diretamente, a exemplo de Faraides Costa (mãe), Sofia Neri, Layla Neri e Beatriz Neri (irmãs), que são os pilares da minha vida, pois a elas devo tudo o que sou hoje. Outra pessoa que por muito tempo dividiu comigo alegrias, tristezas e angústias foi Leilane Valença, que merece um agradecimento especial, pois sempre me encorajou a acreditar em meu potencial e muito me auxiliou nos meus estudos de espanhol.

Nesses dois anos de curso tive a oportunidade de fazer grandes amigos, e como minha turma era pequena, sinto-me no dever de citá-los: Dimas, Lanuza, Lane, Shuellen, Rafael e Sergio. Todos esses contribuíram direta ou indiretamente para o resultado deste trabalho. Ao Sergio Lima fica um agradecimento especial, pois foi dividindo orientação, pesquisando juntos e viajando para congressos que construímos uma amizade que me proporcionou coisas positivas. Nestes últimos meses preciso dizer obrigado a uma pessoa que nos momentos de desespero me deu ânimo para levantar a cabeça e continuar minha caminhada: Karoline Pita, muito obrigado.

Desejo dizer obrigado para as pessoas que tornaram aquele pequeno projeto numa dissertação de mestrado. À Profa. Paula Palamartchuk, minha orientadora, que com toda paciência e conhecimento me conduziu nos caminhos desta pesquisa. Ao Prof. Osvaldo Maciel, que antes de ser meu professor, foi um amigo de pesquisa e quem me levou ao APA para que tivesse acesso ao material sobre os integralistas. À Profa. Lorena Monteiro, que aceitou participar da minha qualificação. Ao Prof. Alberto Saldanha, que além de ter me orientado na monografia de conclusão de curso, foi também meu parceiro na publicação de um artigo. A Prof. Irineia Ao Prof. Golbery

Lessa, com quem tive a oportunidade de trabalhar e aprender muito na pesquisa sobre a indústria têxtil alagoana. E aos meus amigos e companheiros de pesquisa e militância estudantil, Anderson Vieira, Davi Menezes e Airton Souza. Outros amigos que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram para ingressar no mestrado foi João Paulo e Tony de Almeida para esses dois muito obrigado.

RESUMO

Essa pesquisa pretende abordar a Ação Integralista Brasileira (AIB) em Alagoas, para isso busco investigar: sua formação política, impacto nos setores trabalhistas da região, sua função e representação no centro político alagoano. O recorte temporal escolhido foi o de 1930-1937, essa faixa cronológica guarda para a historiografia alagoana informações prioritárias para a compreensão de como se desenvolveu a política varguista no estado de Alagoas, quais as intenções e como atuava a ação integralista nesse processo e como atuavam os camisas esquerda. Também a lacuna historiográfica existente acerca de pesquisas referentes a esse período o torna cada vez mais essencial. Os estudos foram concentrados nas cidades alagoanas que tiveram a presença de núcleos integralistas. A análise de documentos do integralismo como Ata de reuniões, balanceamento de despesas e arrecadamento, listas de coligados a AIB, organizações das políticas assistencialistas, programas de planos e metas para o ano da ação Integralista Brasileira Alagoana. Foi possível identificar nesse corte histórico a filiação de nomes como: Afrânio Salgado Lages (Ex-governador), Manoel Tenório de Oliveira (Industrial), João Pinheiro Lyra (Médico e artista), que fizeram parte das fileiras do Sigma. Os atos de repressão do estado durante a implantação do estado novo contra AIB acarretou cenas de violência e afastamento de alguns integralistas, assim reduzindo as forças do movimento e futuramente levando a sua extinção.

Palavras Chaves: Integralismo, Alagoas, Política, Comunismo e História.

ABSTRACT

This research aims to approach the Brazilian Integralist Action Brasileira (AIB) in Alagoas, for this I seek to investigate: its politics formation, the impact on labor sectors in the region, its role and representation in Alagoas political center. The time frame chosen was from 1930-1937, this chronological range for the alagoana historiography priority information for the understanding of how policy developed in the Vargas state of Alagoas, which were the intention and how the integralist action acted in this process and how worked the left shirts. Also historiographical gap existing research concerning about this período becomes increasingly essential. The studies were concentrated in Alagoas cities and they had the presence of integralists cores. The analysis of documents such as minutes of meetings integralisms, balancing expenses and raiser, lists related to AIB, organizations of welfare politics, plans programs and goals for the year of the Alagoana's Brazilian Integralisms action. It was possible to identify this historic court membership of names like: Afrânio Salgado Lages (former governor), Manoel de Oliveira Tenorio (Industrial), João Pinheiro Lyra (Medical and artist), who made the ranks of Sigma. Acts of state repression during the deployment of the new state against IBA resulted scenes of violence and expulsion of some fundamentalists, thus reducing the forces of motion and eventually leading to their extinction.

Key Words: Integralism, Alagoas, Politics, Communism and History.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CM – Chefia Municipal

CP – Chefe Provincial

DMP – Departamento Municipal de Polícia

DPP – Departamento Provincial de Polícia

DTP – Departamento Técnico Provincial

LEC – Liga Eleitoral Católica

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEDA – Partido Economista Democrata Alagoano

PNA – Partido Nacional em Alagoas

PPA – Partido Progressista Alagoano

PRA – Partido Republicano de Alagoas

PSA – Partido Socialista de Alagoas

SEP – Sociedade de Estudos Políticos

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SME – Secretaria Municipal de Economia

SMOP – Secretaria Municipal de Operação Política

SMSF – Secretaria Municipal de Sessão Feminina

SPOP – Secretaria Provincial de Operação Política

SPP – Secretaria Provincial de Propaganda

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

| | | |
|------------|--|------------|
| 1 | UM MUNDO EM CRISE E A EXTREMA DIREITA CAMINHANDO PARA O PODER | 24 |
| 1.1 | A Ascensão do Fascismo Europeu na década de 1930 | 24 |
| 1.2 | Ação Integralista Brasileira: a história dos camisas verdes | 31 |
| 1.3 | Os homens do poder: entre vencidos e vencedores | 41 |
| 2 | AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA EM ALAGOAS: A extrema direita da Zona da Mata ao Sertão | 57 |
| 2.1 | O Integralismo, sua formação e atuação em Alagoas | 57 |
| 2.2 | Os Núcleos integralistas de Alagoas: São Luis do Quitunde e outras histórias..... | 69 |
| 2.3 | Rumos á vitória: participação dos Camisas-verdes nas eleições de 1934 e 1935 | 78 |
| 3. | AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: OS DISCIPLINADOS CAÇADORES QUE VIRARAM CAÇA | 89 |
| 3.1 | O Inimigo do sigma: atrás dos rastros comunistas nas terras alagoanas | 89 |
| 3.2 | A Disciplina dos Camisas-Verdes: entre o credo, a hierarquia e os desejos carnais | 101 |
| 3.3 | O Começo do fim: a repressão aos Camisas-Verdes | 111 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 121 |
| | REFERÊNCIAS | 130 |
| | ANEXOS | 134 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo sobre a presença integralista em Alagoas, cujo primeiro núcleo fundado oficialmente no dia 20 de agosto de 1933, em Maceió, buscando observar como se deu a formação dos camisas-verdes nessa região, quem eram seus líderes e qual a sua importância no estado. Essas e outras questões serão discutidas nas páginas seguintes.

A ideia de investigar esse passado partiu da leitura do livro do historiador alagoano Luiz Sávio de Almeida (**Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**), relançado em 2013. Seu trabalho aponta para a presença integralista em Alagoas; ressalta a visita de Plínio Salgado de 20 de agosto de 1933 em Maceió e de Gustavo Barroso em Penedo, e sugere que ambos teriam vindo para “fixar” os ideais integralistas no povo alagoano.

Um dos primeiros a apresentar a Ação Integralista Brasileira (AIB) no cenário político alagoano, em conflitos contra os comunistas que se localizavam nas fronteiras do estado, foi Almeida. O historiador alagoano recupera o movimento integralista com bases consolidadas no Estado e mostra que Alagoas teria abraçado os defensores do Sigma com empenho, o que fez com que seus núcleos se espalhassem por grande parte das terras alagoanas. Por esse motivo, é dada uma atenção especial para esse grupo político que foi tão pouco estudado na história dessa região.

A história do integralismo em Alagoas é contada a partir da visita de Plínio Salgado a Maceió em 20 de agosto de 1933, data de fundação do núcleo provincial. Este teve como representantes: Moaci Pereira (chefe provincial), Carlos Gomes de Barros (secretário) e Manuel Vasconcelos (tesoureiro). Esses homens formavam o triunvirato¹ integralista em Alagoas; eram as autoridades do integralismo na região e comandavam o movimento nos seus anos iniciais (ALMEIDA, 1989, p. 104).

O integralismo aparece em território alagoano como uma resposta às classes conservadoras, que recebem dos seguidores do Sigma propostas para solucionar os problemas gerados pela crise econômica mundial, bem como para repelir ideias

¹ A expressão é usada por Almeida no texto citado.

subversivas entre os trabalhadores e propor uma sociedade renovada baseada na moral e na ética do homem integral.

A AIB ocupa no espaço alagoano regiões estratégicas, zonas de influências que permitiriam o escoamento de seus ideais. Fortalecer a ocupação no estado era uma das metas dos camisas-verdes, que se fixaram em diversas regiões, entre as quais: a 1ª Região (Maceió, Rio Largo, Pilar e Alagoas²), com sede em Maceió; a 2ª Região, no litoral norte (São Luís do Quitunde, Camaragibe, Porto de Pedras, Porto Calvo e Maragogi), com sede em São Luís do Quitunde; a 3ª Região, na Zona da Mata (Serra Grande, São José da Lage, União dos Palmares, Murici e Leopoldina), com sede em Serra Grande; a 4ª região, ao longo do curso do rio Paraíba (Capela, Cajueiro, Viçosa e Quebrangulo), com sede em Capela; a 5ª Região, constituída pelos tabuleiros e o Agreste (São Miguel dos Campos, Anadia, Limoeiro, Arapiraca, Junqueiro e Coruripe), com sede em São Miguel dos Campos; a 6ª Região, no baixo São Francisco (Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipu, Belo Monte, Pão de Açúcar e Piranhas), com sede em Penedo; e a 7ª região, no alto Sertão (Mata Grande, Água Branca e Santana do Ipanema), sediada em Mata Grande. (Anexo I). (ALMEIDA, 2013, pp. 176/177).

Quando foi fundado esse núcleo provincial, não se tinha noção da dimensão que o movimento iria tomar em Alagoas, mas rapidamente o integralismo se espalhou e ganhou novos adeptos. Em 1936, o representante do PEDA, Costa Rego, mostrava-se admirado com o crescimento dos ideais do Sigma entre a população alagoana e questionava como um grupo tão grande de militantes podia jurar lealdade a um único homem. O político alagoano era experiente e sabia que aqueles integralistas representavam uma força política importante e que provavelmente precisaria deles em alianças futuras (ALMEIDA, 1989, pp. 101/102). Desse modo, o integralismo é considerado como uma força política significativa que vai despertar o interesse de outros grupos da política local.

Quanto à posição política dos integralistas em relação a outras legendas partidárias, o historiador alagoano defende que os integralistas estavam preocupados

² Em 1934 o município de Alagoas passou a se chamar Marechal Deodoro, em homenagem ao personagem histórico responsável pela proclamação da República brasileira.

com suas candidaturas, pois sabiam que ganhando cadeiras entre deputados estaduais e vereadores, seu prestígio político aumentaria no Estado.

Um dos pontos fortes do texto de Almeida é buscar entender a AIB em Alagoas através das perseguições desse movimento aos comunistas alagoanos. A atuação dos integralistas contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL) aparece como ponto-chave nas discussões do movimento nessa região. O autor explicita a importância do Departamento da Polícia Integralista, que atuava no estado de forma bastante significativa e era dividida em cinco áreas de atuação: Judaísmo, Comunismo, Integralismo, Funcionalismo e Maçonaria.

Antes de apresentar a AIB em Alagoas foi necessário evidenciar as características globais da década de 1930, pois para entender o integralismo é preciso compreender em qual situação histórica esse movimento estava inserido. Para tanto, lançou-se mão de Hobsbawm (1994) e Silva (2003).

De Hobsbawm é possível inferir as condições mundiais do início da década de 1930. O autor revela as consequências para o mundo do Tratado de Versalhes e da Crise de 1929. Esses fatores, aliados aos riscos decorrentes das ideias bolchevistas, teriam contribuído para a expansão do fascismo pela Europa, e conseqüentemente seus ideais teriam chegado às Américas. É nesse ponto que o integralismo surge como um projeto político para o Brasil.

A situação mundial deixa as elites conservadoras preocupadas e necessitando de uma resposta para solucionar os problemas oriundos da crise econômica, ao tempo que o Estado Soviético mostrava-se como um exemplo de revolução popular e uma proposta de nação transformada. Desta forma, o historiador inglês mostra uma dualidade ideológica no mundo, pois de um lado se encontrava a extrema direita com o fascismo, e do outro a extrema esquerda com o comunismo. Essa dualidade no estado pode ser encontrada numa diversidade de artigos publicados no **Jornal de Alagoas** pelos admiradores locais do italiano Mussolini, a exemplo de Afrânio Lages, J. Paulo e Arnóbio Graça.

Já Francisco Carlos Teixeira da Silva apresenta o fascismo como um movimento amplo, e não apenas limitado à Itália e à Alemanha. Mostra também Mussolini como uma das figuras de maior destaque no fascismo do início da década de trinta. Isso foi

fundamental, pois possibilitou entender os discursos encontrados no “Jornal de Alagoas”, nos quais a figura do líder italiano é exaltada como exemplo de progresso. O autor foi importante para esclarecer as atitudes fascistas que se apoiavam em instituições seculares como a Igreja Católica, que desejava com isso atrair os fiéis para seu movimento.

Partindo dessa discussão mundial, busca-se entender quais fatos contribuíram para o nascimento do integralismo e como essas questões influenciaram os militantes desse movimento que se expandiu de forma tão extraordinária por várias partes do país. Para tratar da AIB era necessário ir além e buscar algo específico sobre o movimento. O livro de Trindade (1976) tem grande importância nesta pesquisa, pois foi a partir dos trabalhos de Trindade que a AIB recebeu uma contribuição significativa sobre o movimento. O autor traz também a possibilidade de enxergar o integralismo com três propostas teóricas: Plínio Salgado com a Revolução Espiritualista, Gustavo Barroso com o Antissemitismo e Miguel Reale com o Estado Corporativista. É sabido que o integralismo alagoano foi formado por duas linhas: uma em Penedo, sob a influência de Gustavo Barroso, e a outra em Maceió, onde o próprio Plínio Salgado fundou o núcleo provincial.³

Trindade também estuda as características de disciplina, a atuação das secretarias e a organização do movimento. O integralismo tinha uma estrutura nacional que era seguida pelos núcleos provinciais. Em Alagoas as secretarias tinham um papel fundamental, principalmente a de assistência social, pois trabalhava diretamente nas obras de caridade, o que aproximava os camisas-verdes das comunidades carentes. Assim, para entender os integralistas alagoanos era necessário conhecer sua estrutura nacional.

Os trabalhos de Trindade junto com o de José Chasin (1977) são considerados referências para os estudos da AIB. Porém, são pesquisas que tratam o movimento apenas por uma ótica do Sul e do Sudeste brasileiro. Daí a relevância de trabalhos como a tese de doutorado de Rodrigo de Oliveira (*Imprensa Integralista, Imprensa Militante 1930-1937*), porquanto aborda a difusão dos ideais integralistas no Norte e Nordeste do

³ Essa informação é apresentada por Almeida, que menciona a presença dos dois teóricos integralistas e que cada região teria sido fundada por influência deles: Barroso em Penedo e Salgado na capital alagoana. Até o momento não encontrei documentação que comprovasse a presença de Barroso em Alagoas.

país. Sua pesquisa demonstra que o integralismo representou uma força política presente nos estados nordestinos e em Alagoas durante a década de 1930.⁴

A tese de doutoramento de Rodrigo de Oliveira foi o que possibilitou uma maior amplitude na discussão teórica do objeto desta pesquisa. A observação que Oliveira faz sobre os estudos regionais da AIB acrescentou a possibilidade de pesquisas como as de João Ricardo Caldeira (*Integralismo e A Política Regional: a ação integralista no Maranhão*) e Josênio Parente (*Os camisas-verdes no poder*), que analisaram a atuação do movimento integralista em terras nordestinas.

Até o presente momento dos estudos regionais – pelo menos das obras de que temos conhecimento – apenas as regiões periféricas apresentam estudos sistemáticos sobre a organização do integralismo. Talvez isso se deva ao fato de que durante os debates iniciais, indiretamente os núcleos centrais do movimento integralista – São Paulo, Rio de Janeiro e em menor grau Minas Gerais – eram tidos como matrizes de difusão da ideologia do Movimento. (Oliveira, 2010, p. 130).

O historiador João Ricardo de Castro Caldeira teve sua pesquisa (*Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*) publicada em 1999, a qual faz um levantamento histórico do desenvolvimento e da evolução da Ação Integralista no estado do Maranhão. O autor salienta a influência do integralismo no Nordeste, sobretudo na região maranhense, enfocando as disputas entre o movimento integralista e a ANL. Por fim, Caldeira traz sua análise para as relações entre a AIB e seus aliados e adversários, e disserta sobre a organização dos ex-membros no contexto posterior ao fechamento da AIB e o anticomunismo no Maranhão (CALDEIRA, 1999).

O estudo de Caldeira e a pesquisa de Sávio Almeida trouxeram para esta dissertação o debate sobre como se organizavam os integralistas no combate a seus adversários. Consideram, também, que os integralistas constituíam uma grande força repressiva aos movimentos de esquerda e que sua atuação teve papel determinante na perseguição aos comunistas.

⁴ A documentação de 1935 da Ação Integralista Brasileira em Alagoas mostra a presença de núcleos do movimento espalhados por várias cidades do estado. (Relatório encaminhado à direção nacional mapeando os núcleos integralistas no estado de Alagoas. 8 de agosto de 1935.) Essa documentação está disponível no acervo do Arquivo Público de Alagoas (APA).

A dissertação de mestrado de Josênio Parente (1986), na Universidade Federal do Ceará (UFC), analisa as ações do movimento integralista naquele estado. O autor apresenta as vitórias do integralismo nas eleições de 1933 e de 1934 entre deputados federais e estaduais, cita o elo entre o integralismo, a Liga Cearense do Trabalho (LCT) e a Liga Eleitoral Católica (LEC). Mostra que o integralismo cearense teve participação direta no governo do estado em 1935. A relação entre o integralismo e o espiritualismo católico, segundo o autor, foi uma das molas impulsionadoras do movimento na região. Nas terras cearenses o integralismo não foi vitorioso apenas nas urnas, mas também perante os operários, onde a presença do movimento era muito forte. O autor atribui esse sucesso às possíveis alianças entre os integralistas e os clérigos.

Além da tese de doutorado de Oliveira, outra pesquisa relevante para este estudo é a sua dissertação de mestrado (2004). Nele se analisa como chegavam aos camisas-verdes os ideais anticomunistas. O autor tomou como fonte jornais, livros e revistas que divulgavam tais pensamentos, na tentativa de compreender os objetivos do combate aos radicais de esquerda. Nesse mesmo trabalho, Oliveira faz uma reflexão sobre o materialismo comunista e o espiritualismo integralista e os considera como uma das causas do embate.

Essa pesquisa possibilitou entender a relação simbólica do discurso integralista, que tinha por hábito sacralizar seus militantes e satanizar os comunistas. Desse modo, o discurso anticomunista encontrado na imprensa alagoana recebeu influência nacional. Também o discurso integralista que levava uma carga pesada de religiosidade será repetido na imprensa local e usado como estratégia para aproximar a comunidade local do movimento verde.

No que se refere às fontes trabalhadas nesta pesquisa, basicamente foi usada a imprensa local **Jornal de Alagoas** e **O Semeador**, a imprensa integralista e de caráter nacional **A Ofensiva** e **A Razão**⁵. Além disso, foram estudadas as documentações do núcleo provincial e dos núcleos municipais de Alagoas que se acham no acervo do APA.

⁵ “A Ofensiva” “A Razão” eram jornais de apoio declarado ao integralismo. O segundo serviu para Plínio Salgado propagandar seus ideais. “O Semeador” era um jornal de caráter católico e um dos canais de propagação dos pensamentos da Liga Eleitoral Católica (LEC); nesse periódico seu redator-chefe fazia parte de um grupo de simpatizantes ao integralismo. O cônego Fernando Lyra exercia o cargo de diretor, o redator-chefe era Emilio de Maya, e como diretor-gerente estava o cônego João Lessa.

O historiador deve ser cauteloso ao ler o jornal como uma fonte histórica. As matérias escritas no jornal devem ser interrogadas para que esse passado possa ser reconstruído através das pistas que o historiador conseguir identificar na fonte.⁶ Assim, escolher a grande imprensa como fonte para a investigação do tema aqui pesquisado foi uma opção que visou conferir uma amplitude maior ao objeto. E para compreender a estrutura do jornal é preciso identificar seus redatores, ou seja, os homens que fazem o jornal.

No que se refere à opção política do **Jornal de Alagoas**, restava bem claro nas publicações diárias que esse órgão da imprensa estava do lado dos vencedores. O recorte temporal pesquisado foi dividido em dois momentos. No primeiro, a partir da gestão de Nilson Flores e da de Luiz Silveira, o jornal contava com um corpo de escritores bem diversificado, a exemplo de J. Paulo, Afrânio Lages e Arnóbio Graça, os quais escreviam sobre fascismo, comunismo e integralismo. O anticomunismo do jornal era declarado e em alguns momentos eram feitas alusões ao fascismo em guerra contra o comunismo:

É certo que o mundo está hoje apertado por duas correntes políticas, que se digladiam – Fascismo e Comunismo ou Sovietismo. Por que abraçar o Comunismo quando se tem exemplos indestrutíveis de sua perversidade dentro da Rússia? Por que renegar o fascismo quando se conhece a história dessa política que salvou a Itália, já relegada a um plano inferior depois da Guerra? (ARNÓBIO GRAÇA, *Jornal de Alagoas*, 1º de janeiro de 1933, p. 3).

Esse debate de dualidade no mundo entre fascismo e comunismo é muito frequente no jornal, assim como no mundo, e também a grande imprensa se mostra anticomunista nesse período. “Nas reportagens os comunistas aparecem ou como inimigos astuciosos os maus cidadãos, ou como alguns brasileiros ingênuos que se deixaram levar por ideias falsas. Estes brasileiros correspondem a segmentos da sociedade, nunca a uma classe” (MARIANI, 1998, p. 153). As falas favoráveis ao fascismo são comuns entre seus redatores: “Preferimos Mussolini, que é a força a serviço da grandeza e da sua pátria, e também é a vida com esperança no futuro, que

⁶ Ginzburg, quando expõe o Método do Paradigma Indiciário, compara o trabalho do historiador com o de um detetive, caçador que deve ser cauteloso na análise dos vestígios, para que assim, possa chegar a conclusões sobre o passado através das “pistas” deixadas. Ginzburg, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 140-180.

aceitar a Stálin, que representa a dissolução e a morte” (J. PAULO, Jornal de Alagoas, 1933, p. 3).

O **Jornal de Alagoas** oferece o cotidiano do homem alagoano, mesmo que de forma editada, divulgando as pregações religiosas, artísticas e políticas realizadas nas ruas:

Há dias assistimos pela rua Dr. Rocha Cavalcante a um discurso que se não foi impecável pela forma, deixou-nos uma profunda impressão de tristeza. O Orador, que gritava a plenos pulmões para que fosse bem ouvido, nos pareceu ali uma guilhotina bem armada, decepando cabeças em uma insaciabilidade de ódio soviético insatisfeito: “morra a burguesia, viva a ditadura proletária”. (J. PAULO, Jornal de Alagoas, 1933, p. 3).

O segundo momento do jornal ocorre sob a gerência de Edgar de Góes Monteiro, membro de uma das famílias mais poderosas do estado de Alagoas na década de 30 e irmão do general Góes Monteiro, que era braço direito de Getúlio Vargas. Transformou o **Jornal de Alagoas** em uma plataforma para os governadores interventores e para o ministro da Guerra de Vargas. Nesse momento, ações integralistas são exaltadas e persiste o combate à ideologia comunista.

Deve-se mencionar que o corpo editorial muda após a troca da gerência do jornal, Afrânio Lages, J. Paulo e Arnóbio Graça deixam de publicar nesse noticioso. No entanto, o fascismo, o comunismo e o integralismo continuam aparecendo em escritos nacionais, regionais e internacionais. Também se localizam críticas ao liberalismo individualista influenciado pelos Estados Unidos, como se constata em trecho de artigo datado de maio de 1934:

E de vez, porém, que, ao fabricarem a natureza democrática da primeira república com teorias importadas da terra do Tio Sam, o berço clássico da plutocracia, aqueles heroicos sonhadores de 89 elaboraram as suas fórmulas liberais de governo dentro de uma época pacífica, tranquila, dentro desse fim romântico de século XIX que achava possível resolver as angústias econômicas do proletariado com os remédios da filosofia burguesa. (Jornal de Alagoas, 16 de maio de 1934, p. 3).

Esse segundo momento é marcado por uma forte campanha em favor do general Góes Monteiro, que trava uma guerra particular com seu parente Silvestre Péricles. O jornal também faz fortes críticas e acusações à LEC durante as disputas eleitorais da

década de 1930. Em menos de cinco anos o “Jornal de Alagoas” fez propaganda para o Partido Economista Democrático de Alagoas PEDA, quando o governador era Álvaro Paes, membro do mesmo partido; durante a interventoria do capitão Afonso de Carvalho, divulgou os primeiros passos do Partido Nacional em Alagoas (PNA); em seguida, defendeu a união dos vencidos do PEDA e dos vencedores do PNA, que deu origem ao Partido Republicano de Alagoas (PRA). Esse periódico esteve, também, do lado do partido recém-fundado, e assim apoiou o novo interventor, Osman Loureiro. Ou seja, a opinião política do “Jornal de Alagoas” se guiava de acordo com o grupo político que estivesse no poder.

O **Jornal de Alagoas** se apresentou como uma fonte que se mostrava ser um veículo de comunicação de massa, distribuído em todo o estado, a disseminar os ideais antiliberais e anticomunistas, a exaltação de Mussolini como líder, e do fascismo como um bem-sucedido modelo político.

Já a documentação do Arquivo Público de Alagoas (APA) representa outro tipo de acervo, no qual há uma variedade de materiais pertinentes ao movimento integralista em Alagoas. Para exemplo, atas de reuniões, cartas e telegramas entre os dirigentes do partido, fichas eleitorais, recortes de jornais, inquéritos de investigações, textos comunistas apreendidos pela polícia integralista, fichas de funcionários do movimento, relatórios dos núcleos municipais e do núcleo provincial, e materiais de propagandas do integralismo como a revista “Anauê”, cartilha do ABC usada para a alfabetização nas escolas integralistas. Toda essa documentação se encontra em mídia digitalizada no acervo do APA.⁷

Quanto ao sentido cronológico dessa documentação, muito se perdeu ou foi destruído devido às perseguições sofridas pelo movimento em 1937, à falta de consciência de preservação do acervo, e até mesmo a precária organização desse material fez com que boa parte dessa história não chegasse até nós. Assim, entre os fragmentos que restaram, acham-se materiais de 1933, 1934, 1935, 1936 e 1937, sendo a maior parte de 1935 e 1937. Por esse motivo, para complementar esta pesquisa foi necessário buscar nos jornais pistas sobre os camisas-verdes alagoanos.

⁷ Essa documentação quando foi manuseada em 2010 estava em excelente estado de conservação, porém, como todo o acervo dessa instituição sofreu uma mudança para outro prédio, desconheço o atual estado desse material.

Basicamente, todo o material pesquisado nos periódicos **Jornal de Alagoas** e **O Semeador** foi encontrado e digitalizado na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Em Alagoas o IHGAL é ainda o local mais organizado e preparado para receber o pesquisador; o acervo de sua hemeroteca contém uma quantidade significativa de material para quem tem interesse em estudar a história de Alagoas. Com exceção de alguns volumes que estão lacrados por se acharem em deplorável estado de conservação, como é o caso do ano de 1935 do “Jornal de Alagoas”, que está com os dois cadernos semestrais impossibilitados de manuseio. Em contrapartida, 95% do acervo de **O Semeador** está em ótimo estado e disponível para pesquisa, assim como boa parte do material que se encontra no IHGAL.

Infelizmente não se pode dizer a mesma coisa do APA, pois, apesar de possuir um acervo riquíssimo em material sobre a história alagoana, necessita de um grande trabalho de organização, catalogação e identificação, já que parte do acervo se encontra perdida ou é desconhecida devido à desorganização dos arquivos. Mas esse não é o único problema enfrentado pelo pesquisador que decide caminhar na linha do tempo de Alagoas. Toda pesquisa histórica necessita de fontes, e a busca por essas fontes é talvez a tarefa mais difícil para o sujeito que decidir investigar o passado da sociedade alagoana. Há problemas que vão além da desorganização do acervo, da falta de arquivos ou da má administração, como a falta de acessibilidade a determinados arquivos que se mantêm fechados ao público. Mesmo quando esse material não é privado, em muitos casos só é manuseado por algumas pessoas selecionadas⁸.

Esta dissertação é composta por três capítulos, cada um com uma subdivisão em três tópicos, os quais apresentam o resultado da pesquisa sobre a AIB em Alagoas. Assim, o Capítulo I, intitulado “Um Mundo em Crise e a Extrema Direita Caminhando para o Poder”, está dividido em três seções. Na primeira, “Ascensão do Fascismo Europeu na década de 1930”, trava-se uma discussão de caráter global, com base no historiador inglês Eric Hobsbawm, apresentando-se as consequências do Tratado de Versalhes para os países derrotados na Primeira Guerra Mundial; além disso, estudam-se as consequências da Crise de 1929, os riscos de uma Revolução Social, e como esses

⁸ É necessário lembrar que estou me referindo a arquivos com acervos que extrapolaram o limite de dez anos previsto na Constituição Federal, portanto já deveriam ter se tornado públicos. Sobre isso, ver: Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados/ Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamenta o art. 23 da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências.

fatores influenciaram para a expansão dos ideais fascistas pelo mundo. Ainda nessa seção discute-se sobre os “fascismos”, ou seja, o fascismo para além da Itália e da Alemanha.

No segundo item desse capítulo, “A Ação Integralista Brasileira: a história dos camisas-verdes”, o foco será a AIB, sua história, estruturação e principais lideranças (Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso). Nesse espaço se encontra uma breve discussão dos momentos de pré-fundação do movimento do Sigma e de como a Sociedade de Estudos Políticos (SEP) foi um embrião do integralismo. Ainda nesse item serão destacados os momentos iniciais da “Revolução” de 1930 em Alagoas e a chegada das forças varguistas ao estado.

No terceiro item, “Os Homens do Poder: entre vencidos e vencedores”, estudam-se os momentos pós-“Revolução” de 1930 em Alagoas, como atuou o estado para manter a ordem e como a população reagiu à chegada das tropas rebeldes. Aqui também terão destaque as figuras dos interventores capitão Carvalho e Osman Loureiro, assim como os processos eleitorais que levaram a disputas políticas violentas e intrigas na família Góes Monteiro. As legendas partidárias também são enfocadas, incluindo-se o nascimento de partidos, a união de antigos rivais em uma única legenda e a atuação agressiva de parte do grupo político católico. Os livros de Barros (1989) e o de Carlos Gusmão (1970) contribuíram para a análise desse período, assim como **O Jornal de Alagoas**, o **Correio da Manhã** e **O Semeador**.

No Capítulo II, “Ação Integralista Brasileira em Alagoas: a extrema direita da Zona da Mata ao Sertão”, o debate também será dividido em três pontos. No primeiro é estudado “O Integralismo, sua Formação e Atuação em Alagoas”, discutindo-se como as forças do Sigma surgiram em Alagoas, quais as regiões em que se espalhou esse movimento e quem eram suas lideranças. Aqui também se observa como as principais secretarias integralistas atuavam e o objetivo de alguns órgãos dos camisas-verdes. Para isso, lança-se mão de relatórios de secretarias e departamentos integralistas, relatórios de núcleos municipais e provinciais, assim como de materiais da imprensa local.

Na segunda seção desse capítulo, intitulada “Os Núcleos Integralistas de Alagoas: São Luís do Quitunde e outras histórias”, é feito um breve levantamento histórico de alguns núcleos municipais alagoanos, entre eles o de São Luís do Quitunde e o de Pilar: quantos membros integravam esses núcleos, orçamento, principais

atividades, lideranças e como foram fundados. Os relatórios anuais, telegramas de informativos entre os departamentos integralistas e dados da imprensa local serviram para confirmar os fatos estudados.

No terceiro item, “Rumo à Vitória: participação dos camisas-verdes nas eleições de 1934 e 1935”, aborda-se a organização política da AIB nas eleições municipais e estaduais e a disputa política entre as principais legendas partidárias da época. Aqui também serão referidas as principais regiões onde os integralistas obtiveram vitórias significativas. Os periódicos locais e os arquivos eleitorais do movimento integralistas cederam informações para essa discussão.

Já no Capítulo III, “Ação Integralista Brasileira: os disciplinados caçadores que viraram caça”, as três seções mostrarão a perseguição dos integralistas aos comunistas, o trabalho de disciplina entre os camisas-verdes e o processo de repressão aos integralistas. O primeiro item, “O Inimigo do Sigma: atrás dos rastros comunistas nas terras alagoanas”, revela como o departamento de polícia integralista foi organizado para repelir os ideais subversivos em Alagoas, a atuação desse movimento, quem eram seus membros e quais os principais inimigos do integralismo na região. A fonte usada foram os documentos do Departamento Provincial da Polícia Integralista (DPP), a revelar como se dava a atuação desse grupo em Alagoas.

No segundo ponto desse capítulo, “A Disciplina dos Camisas-Verdes: entre o credo, a hierarquia e os desejos carnavais”, o foco é a discussão sobre a disciplina integralista, sendo, entretanto, apresentados alguns casos de indisciplina. Optou-se por separar um espaço para isso, pois nos trabalhos estudados até o momento não se tratou desse tema. As fontes usadas são os inquéritos instaurados pela AIB contra os integralistas indisciplinados, os relatórios do DPP à seção que investigava os integralistas e os estatutos do movimento.

No terceiro item do último capítulo, “O Começo do Fim: a repressão contra os camisas-verdes”, será analisado o período final da AIB na legalidade, a criação do Tribunal Nacional de Segurança (TNS) e como esse órgão operou para a promulgação do Estado Novo; enfoca-se a ação do movimento integralista na organização das marchas que levaram centenas de camisas-verdes às ruas, na tentativa de mostrar ao Governo Federal sua força política, e o processo de repressão sofrido pelos militantes na

cidade de Capela, onde vários seguidores do Sigma em Alagoas foram presos e interrogados.

Assim, esta dissertação é baseada em um acúmulo de estudos em fontes bibliográficas e fontes primárias que revelaram parte do que foi a AIB em Alagoas. Com o objetivo de resgatar o passado dos camisas-verdes alagoanos foi que se fez este estudo, cujas constatações serão apresentadas nas páginas seguintes.

1 – Um Mundo em Crise e a Extrema Direita Caminhando para o Poder

1.1 A Ascensão do Fascismo Europeu na Década de 1930

Nas ruas de inúmeras cidades pelo mundo, pessoas enfileiradas esperam a oportunidade de saborear uma garrafa de leite que serviria de alimento para uma família de cinco pessoas. Fortunas acumuladas em anos foram perdidas em meses. E no Brasil, as várias sacas de café estocadas que antes eram compradas pelo Estado⁹, agora já não são mais. Foi assim que a partir de 1929 o mundo vivenciou a maior crise do capitalismo liberal, que levou à falência vários senhores do capital, bem como fez grassar a descrença no mundo liberal. Neste cenário de conflitos políticos e econômicos, figuraram como solução de várias nações os movimentos de extrema direita, entre eles o fascismo, que representou a consolidação desses grupos no poder. No entanto, antes de chegarmos à consolidação do fascismo é importante percebermos os motivos que levaram as elites e nações a serem seduzidas por ideologias extremamente radicais.

A Europa, após quase dez anos do primeiro grande conflito mundial, tentava se reerguer das destruições físicas e morais. Enquanto isso, no Leste Europeu, uma nação de camponeses rompia barreiras e tradições medievais e aquecia a congelada Rússia, formando o primeiro Estado operário na recém-nascida União das Repúblicas Socialista Soviética – URSS. Apesar de preocupantes para o capital liberal, ainda não eram os comunistas que ameaçavam a estrutura do estado liberal democrático. Neste ambiente caminhavam grupos nacionalistas e membros da elite e da classe média que buscavam oportunidades para protagonizar o cenário da política mundial. Se existia verdadeiramente um risco para as estruturas do liberalismo nesse momento, tal risco era representado por esses movimentos.

O medo da revolução social, e do papel dos comunistas nela, era bastante real, como provou a segunda onda de revolução durante e após a Segunda Guerra Mundial, mas nos vinte anos do enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda. O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e

⁹ O convênio de Taubaté estabelecia preços mínimos para a compra do excedente pelos governos, a fim de que a exportação de tipos inferiores de café fosse desencorajada, que fosse melhorada a propaganda no exterior, que se estimulasse o consumo interno e se restringisse a expansão das lavouras. As compras seriam financiadas por emissões lastreadas em empréstimos externos. Além disso, o governo federal se comprometia com a criação da Caixa de Conversão, a fim de estabilizar o câmbio, e assim, a renda dos cafeicultores em moeda doméstica. O convênio deu início à primeira operação de defesa do café, que foi composta por uma política de valorização do produto e outra de estabilização cambial. (FURTADO: 1994, p. 184).

representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo fascista é ao mesmo tempo insuficiente, mas não inteiramente irrelevante. (HOBSBAWM, 2010, p. 116).

Assim, para os grupos liberais a verdadeira ameaça vinha da extrema direita, que se organizava e se encontrava cada vez mais forte no início da década de 1930.

Também contribuíram para o crescimento do fascismo na década de 30 situações como, por exemplo, a dos valores feridos de uma juventude alimentada por ideais nacionalistas. Isso se acrescentava como pólvora às cápsulas de bombas prontas para explodir, e em casos como o da Alemanha, que sofria as severas restrições impostas pelo Tratado de Versalhes, agravava-se esse anseio de mudança. Na Itália, Mussolini prometia manter a estabilidade política e se propunha a esmagar os grupos de esquerda – socialistas, anarquistas e, mais tarde, comunistas –, lançando mão de seus discursos proféticos que convenciam multidões acerca de suas crenças, a exemplo de nacionalismo, anticomunismo e antiliberalismo. Foi na figura do grande líder fascista Mussolini que se esteou a maior parte dos movimentos de direita durante os primeiros anos da depressão. O Duce italiano já se apresentava para os grupos de extrema direita como o grande líder bem antes da depressão, porém a crise de 1929 agravou sobremodo a estabilidade do capital liberal. O que era pesadelo para alguns se tornou a possibilidade de ascensão política para outros.

A queda da bolsa de valores de Nova Iorque colocou ao mundo uma tríade de opções: em uma ponta estava o liberalismo fracassado, que devastou fortunas e agora obrigava homens, mulheres e crianças a se amontoarem em filas de suprimentos, abrigos e guetos, onde disputavam moradia com ratos; em outra ponta apresentavam-se para o mundo a foice e o martelo soviéticos; a república socialista animava a muitos, porém para outros não passava de uma nação de um povo quase tão sofrido quanto os miseráveis que vivenciavam a crise no Ocidente.

Pensei encontrar na Rússia soviética tudo diferente do que eu havia sonhado na América: os direitos dos trabalhadores e dos produtores à plena posse do fruto de seus labores, o direito ao livre pensamento e nenhum impedimento para o exercício de suas funções sociais. Nada disso achei na Rússia de Stalin. Pelo contrário, tudo que na América que achei que fosse contrário a esses direitos estava sendo posto em prática na Rússia, na maneira mil vezes odiosa e

insuportável para a maioria do povo russo.¹⁰ (JORNAL DE ALAGOAS, 6 de março de 1937, p. 3).

Mas foi a terceira opção que após a grande crise econômica se mostrou para o mundo como a salvação da harmonia, do progresso e da ordem social.

A ameaça à sociedade liberal e todos os seus valores parecia vir exclusivamente da direita; a ameaça à ordem social, da esquerda. As pessoas da classe média escolhiam sua política de acordo com seus temores. (HOBSBAWM, 2010, p. 116).

Foram esses temores que levavam grupos de sujeitos da classe média a formar milícias para defender seus interesses em momentos de crises e a usar o fascismo como exemplo da vitória sobre a desordem. Neste caso, a desordem acometia a sociedade por duas linhas: a desordem econômica do liberalismo e a desordem social do comunismo.

A crise do liberalismo e a ameaça comunista levaram o fascismo a se converter numa tentadora promessa, e posteriormente os discursos de Mussolini convergiam, na óptica da classe média, com os sucessos militares e econômicos do Führer na Alemanha nazista. Assim, os defensores do fascismo o colocavam como a solução para o futuro do bem-estar social.

A direita radical experimentava os temores de uma revolução social, e com o liberalismo em crise, a disseminação dos ideais comunistas se tornava cada vez mais um risco para a ordem social. Porém, ter como foco apenas as fileiras comunistas como subsídio para o crescimento do fascismo na Europa é insuficiente, já que as consequências da I Guerra Mundial é que deram as mais relevantes contribuições para o crescimento desse movimento.

Após a crise do liberalismo em 1929, as instituições e o Estado liberal caíram na descrença popular; o que antes representava progresso e liberdade, agora não passava de um sistema falido e incapaz de suprir as necessidades da população. Isso representava uma oportunidade para a ascensão da extrema direita ao poder, pois se requeria uma reformulação do Estado para solucionar ou amenizar a crise.

¹⁰ Esse artigo foi publicado por um operário americano chamado Fred E. Beal. Intitulava-se “A Verdade sobre a Vida e o Trabalho na URSS”. Nele, narrava sua experiência de vida na União Soviética, a qual o fez abdicar dos seus ideais comunistas.

No entanto, desde outubro de 1917 o mundo conhecia a ação revolucionária do povo russo, que culminou na fundação de uma república socialista, bem como à disseminação dos ideais comunistas pelos países em crise. Desta maneira, os radicais direitistas trataram de se colocar como a opção para a classe média. Já a elite liberal, bastante fragilizada, demonstrava a necessidade de um Estado forte e absoluto, para que a paz fosse mantida e a ameaça vermelha, afastada, mantendo-se intacta a ordem social.

É importante ressaltar que o maior temor dos direitistas extremados não consistia apenas na presença comunista em suas nações, mas sim no risco de uma revolução social em seu território.

A segunda restrição é que a reação da direita respondeu não ao bolchevismo como tal, mas a todos os movimentos que ameaçavam a ordem existente da sociedade ou podiam ser culpados pelo colapso, especialmente a classe operária organizada. (HOBSBAWM: p. 128, 2010).

A Primeira Guerra Mundial também teve um impacto na formação e no crescimento do fascismo, pois os jovens que foram derrotados perderam a oportunidade do heroísmo bélico. Já aqueles que se sentiram prejudicados com os tratados de pós-guerra encontraram no fascismo a oportunidade de reaver o que haviam perdido com a guerra. Assim, a experiência em combate, a disciplina militar e as condições favoráveis para chegar ao poder deram a esses jovens um novo significado para a vida.

Essas condições levaram a que 57% dos membros do fascismo italiano fossem constituídos por ex-combatentes de guerra. Porém, isso não se limitou apenas à Itália, já que a Alemanha passava por situações bem mais radicais no tocante às restrições impostas ao país após a Primeira Guerra. Uma grave crise econômica assolava o país. Hitler é um representante dessa juventude extremada que desejava recuperar a harmonia e a supremacia de sua nação, perdidas com a guerra (HOBSBAWM, 2010, p. 131).

Essa juventude, que teve na guerra a oportunidade de liberar sua agressividade, catalisou as ideias que já eram pregadas desde o início do século por grupos da direita radical. Estes se utilizavam do nacionalismo e tinham forte influência na direita política e entre os intelectuais. A experiência militar desses jovens ex-combatentes, somada à necessidade de resgatar o heroísmo perdido, foi aproveitada na formação da milícia fascista, pronta para defender os interesses do seu grupo político.

A crise do capitalismo e as consequências do Tratado de Versalhes levaram essa juventude fascista a obter sucesso em alguns países da Europa e, assim, a afastar, ao menos temporariamente, o risco de uma revolução social. Sendo o fascismo um movimento em que seu líder não obedece a regras ou ética na forma de governar, uma vez no poder passará a atuar de forma absoluta e extrema, ao ponto de, quando lhe convier, eliminar seus rivais para estabelecer a sua supremacia.

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando, uma massa de cidadãos desencantadas, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918 - 20. (HOBSBAWM, 2010, p. 130).

Foi assim que o fascismo ganhou o apoio das elites agonizantes do liberalismo e consolidou sua ascensão na Itália de Mussolini, e posteriormente na Alemanha de Hitler, influenciando na formação de grupos paramilitares que trabalhavam do forma violenta no sentido da manutenção da ordem¹¹.

O fascismo não se pretende um movimento revolucionário, e a crença na ideia de uma revolução fascista é tão errada quanto igualar todos os fascismos num só. Desta maneira, não existiu uma revolução fascista, mas a readaptação de um velho regime, com medidas aplicadas no âmbito social de caráter nitidamente populista.¹² O triunfo do fascismo em acabar com a organização trabalhista dos sindicatos e ao se tornar o primeiro movimento a triunfar contra a revolução social evidenciam o caráter desses extremistas antirrevolucionários. O fascismo representou então um modelo inovador de contrarrevolução, bem mais que propriamente um modelo revolucionário.

Roma, cenário do maior e mais poderoso império da Antiguidade, sede da mais poderosa instituição religiosa no mundo ocidental, a Igreja Católica, estava pronta para

¹¹ Grupos como os Squadristi na Itália e os Freikorps na Alemanha basicamente se dedicavam a inibir o crescimento comunista em suas regiões. Também eram responsáveis por intimidar eleitores. Esses grupos serviam como uma válvula de escape para militares que retornavam da guerra e para civis que se sentiam afastados da vida política (HOBSBAWM, 2010, p. 18). A própria Ação Integralista Brasileira viveu esses momentos de milícia, com grupos influenciados pelo antissemitismo de Gustavo Barroso.

¹² A Carta Del Lavoro, aprovada pelo Gran Consiglio fascista em 21 de abril de 1930, representa a consolidação de uma sucessão de leis trabalhistas que teve grande influência na promulgação da CLT brasileira. Para entender mais sobre isso, ROMITA, Arion Sayão. “O Fascismo no Direito do Trabalho Brasileiro: influências da carta Del Lavoro sobre a legislação trabalhista brasileira”. LTR, São Paulo: 2001.

assistir na contemporaneidade a mais uma façanha mórbida que transformaria a história da humanidade no século XX. O fascismo aparecia como uma opção messiânica para afastar os riscos da desordem social; para a formação de suas bases ideológicas lançou mão do nacionalismo, da disciplina militarista e de práticas populistas, mobilizando uma juventude de ex-combatentes e uma classe média que se encontravam até então órfãs de uma liderança sólida.

O termo *fascio*, que designa um feixe de varas carregado pelos litores na antiga Roma, ganhou diversos significados e simbolismos no mundo italiano. Foi o poeta radical, membro do Partido Fascista e um dos principais expoentes do futurismo, Filippo Marinetti, que deu o significado para o termo que mais condiz com um partido de extrema direita. Fascismo passou a significar nacionalismo e autoritarismo.

O fascismo também foi um movimento político que se utilizava de instituições seculares para que suas ideias obtivessem um maior respaldo numa sociedade em crise. Assim é que a crença na Igreja Católica foi usada para resgatar valores que teriam sido perdidos e se faziam necessários para a manutenção de uma harmonia social. Enquanto isso, o comunismo se dedicava a propagar a aniquilação da antiga ordem social (SILVA: 2003, p. 112).

Na historiografia mundial, segundo Francisco Carlos Silva, nos anos 80 acirrou-se o debate acerca do fascismo, já que: a) após cinquenta anos do fim da Guerra, países como Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética passaram a divulgar os seus arquivos referentes ao fascismo; b) a reunificação alemã a partir da queda do Muro de Berlim possibilitou a devolução de documentos de teor fascista, como os arquivos da Gestapo; c) verificou-se o ressurgimento de movimentos fascistas em países como França, Inglaterra e Itália, e na própria Alemanha foi questionada a posição que o vinculava à conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial. Com isso os estudos passaram a ser mais ligados às fontes e diferenciados, pois os autores tiveram acesso a documentações ainda não estudadas.

O fascismo foi um movimento crescente na Europa e influenciou vários outros grupos e nações a propagarem ideais de extrema direita, não porque expressava pretensões egoístas de líderes lunáticos, mas sim por se apropriar de condições históricas favoráveis e de instituições seculares, assim como de uma classe média e uma elite liberal fragilizadas.

Assim, a historiografia anterior aos anos 80, de cunho por demais histórico, começou a abrir espaço para análises mais conceituais, onde o fenômeno fascista surge como uma possibilidade da moderna sociedade de massas, e não apenas de um período histórico determinado e já findo da aventura humana. (SILVA, 2003, p. 113).

Cabe ressaltar que muito do que se escreve sobre o fascismo posteriormente à II Guerra Mundial escuda-se na teoria de que os ideais direitistas extremados foram impostos às sociedades que cederam ao fascismo. Essa é uma teoria muito disseminada pelos EUA na tentativa de amenizar a culpabilidade de nações que estiveram ao lado do Eixo naquele conflito. No entanto, as teorias fascistas não teriam se expandido por praticamente todos os continentes se não existisse o apoio de uma elite local e a sua comunhão com parte dessas sociedades.

Isso se deve ao fato de que, com o fim da guerra, os Estados Unidos tinham a intenção e a necessidade de estreitar laços com antigos aliados do governo fascista. Assim, culpá-los pelas atrocidades do conflito os afastaria de futuras alianças e também limitaria os motivos para a manutenção da resistência armada por parte dos comunistas. Isso também explica o reaproveitamento de colaboradores do fascismo em cargos governamentais no pós-guerra.

Papon, então um jovem egresso da faculdade de direito da Sorbonne, fez carreira pública sob a ocupação alemã, chegando a vice-prefeito de Bordéus, onde participou do envio de 1.560 judeus para campos de extermínio. Com a libertação da França se tornou prefeito de Córsega e, em 1958, chamado pelo general De Gaulle, foi nomeado chefe de polícia de Paris, sendo responsável pelo brutal massacre de 200 argelinos, espancados e jogados no Sena durante manifestação contrária ao colonialismo francês na Argélia. Mais tarde, chegaria a ministro do Orçamento, a convite de Valéry Giscard d'Estaing. (SILVA, 2003, p. 114).

Maurice Papon só foi julgado¹³ por seus crimes com 87 anos, sendo condenado por crime contra a humanidade. Esses agentes do fascismo foram reutilizados por muitos dos países capitalistas para impedir o avanço comunista na Guerra Fria. A

¹³ Em 1998, na França, após inúmeras denúncias, foi declarado cúmplice de crime contra a humanidade e assim condenado a dez anos de prisão, os quais não foram cumpridos. (SILVA, 2002, p. 114).

imagem do sujeito fascista se divide em dois momentos; antes e depois da Segunda Guerra Mundial.

Como foi dito anteriormente, durante os anos vinte, sobretudo após a depressão de 1929, o fascismo era o modelo de conduta social. No entanto, depois da Guerra era difícil assumir a identidade fascista, já que após a traumática experiência alemã ele se tornou exemplo de xenofobia, de autoritarismo e de segregação racial. No mundo neoliberal, propagador da “liberdade” do indivíduo e de todas as culturas, permitir ideias fascistas tornou-se inconcebível.

Quando escrevemos ou falamos sobre o fascismo, em muitos casos nos limitamos a pensar em tal movimento restrito à Itália e à Alemanha. Mas, ao observarmos o assunto de forma mais precisa, podemos identificar as semelhanças entre os fascismos, e o mais importante: suas diferenças. Assim, a forma mais acertada de se referir a esse movimento de extrema direita é escrevê-lo no plural: *fascismos*, para assim abarcar sua diversidade¹⁴.

Devemos atentar para as condições que fizeram do fascismo uma opção de modernidade, proteção e riqueza, levando grupos de extrema direita a se fixar e entrincheirar nas nações europeias e americanas para a pretendida manutenção da ordem e da harmonia social. Intentavam fazer de seu país um lugar melhor para aqueles que estivessem dispostos a sucumbir aos ditames do grande líder.

O Brasil teve também um papel fundamental, pois o movimento que se formou na “nação verde e amarela” foi tão importante que marcou tanto as fronteiras nacionais como as internacionais. Seu líder e mentor, Plínio Salgado, exilou-se em Portugal e teve grande influência no governo de Salazar. A Ação Integralista Brasileira representou durante a década de 30 o maior movimento de massas do país.

1.2 A Ação Integralista Brasileira: a história dos Camisas-Verdes

No período da Grande Depressão, o mundo passava por uma enorme turbulência econômica. No Brasil não era diferente; para um país que tinha mais de 80% da sua

¹⁴ “Também devemos levar em conta que cada fascismo, apesar das semelhanças e dos elogios mútuos, sempre defendeu sua plena originalidade histórica, nacional, buscando no seu próprio solo e céu as origens de suas ideias.” (SILVA, 2002, p. 124).

economia dependente do mercado externo, o impacto da crise de 1929 foi muito intenso. Assim, o questionamento ao antigo sistema era inevitável, e as oligarquias que conduziam o país até então foram acusadas pelo caos instalado. Nesse momento conturbado é que surge a Ação Integralista Brasileira.

Em 1930, com o objetivo de conter a crise econômica e dar novos rumos à política republicana brasileira, Getúlio Vargas ascendeu ao poder através de um episódio que ficou conhecido como “Revolução” de 1930. Em 24 de outubro de 1930 era deposto do cargo de presidente da República Washington Luiz, passando Getúlio Vargas a ocupar interinamente a presidência. Dias antes, o **Jornal de Alagoas** assim se posicionava:

É preciso que desapareça do espírito público a impressão de pânico injustificável que a falta de patriotismo dos propagadores dos boatos se tem encarregado de agravar. Efetivamente desde que se tem circulado as primeiras notícias sobre a nova tentativa revolucionária levada a efeito pelos inveterados inimigos da paz e do progresso do Brasil, a nossa capital tem sofrido os perniciosos efeitos dessa lamentável campanha derrotista. A verdade, porém, é que o povo pode e deve confiar na ação do governo federal em conjunto com o governo do estado no sentido de dar uma derradeira lição de patriotismo aos maus brasileiros que ainda uma vez tentam subverter a ordem e demolir o regime. (JORNAL DE ALAGOAS, 8 de outubro de 1930, p. 3).

Mesmo não acreditando na possibilidade da “revolução”, esta teve sucesso e Getúlio Vargas se consagrou como o grande líder das multidões. No entanto, desde a década de 20 o país era bombardeado pela presença de grupos de extrema direita que ansiavam por uma transformação radical no país. Havia movimentos que cresceram e se destacaram como representantes da direita e contribuíram direta ou indiretamente para a fundação da Ação Integralista Brasileira, como: a Ação Social Brasileira, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista e a Ação Imperial Patrimonista. Esses grupos que defendiam o corporativismo, o militarismo, o nacionalismo, e até mesmo um sistema monárquico, foram as bases para que Plínio Salgado fundasse em 1932 a Ação Integralista Brasileira.

Estudos sobre as ideias religiosas no Brasil, de Oliveira Torres, confirmam a hipótese da convergência ideológica entre certos movimentos dos anos 30 e o Integralismo. Se os Patrimonistas não conseguiram grandes resultados na difusão de seu programa, com mais de uma ideia viável e digna de estudo, logo apareceu quem levasse avante os ideias de corporativismo e representação de classe: o Integralismo. (TRINDADE, 1979, p. 116).

A ação jornalística de Plínio Salgado e a fundação da Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.) propiciaram a aproximação dos ideais de Salgado dos grupos direitistas extremados. Os ideais da S.E.P. consistiam em princípios semelhantes aos que posteriormente seriam os do Integralismo, como a defesa do nacionalismo, do antiliberalismo e da unidade nacional.¹⁵

A figura de Plínio Salgado era muito influente na SEP e representava uma vertente do grupo que flertava mais diretamente com os ideais fascistas italianos, com grande admiração pela juventude fascista italiana. Porém, Salgado e seus seguidores não representavam uma unanimidade, pois do outro lado estavam os Patrionovistas, que mesmo providos de ideais semelhantes, defendiam um regime baseado na realeza e no catolicismo. Essas divergências colocaram os Patrionovistas a um certo distanciamento da SEP e posteriormente da AIB.

O futuro líder integralista, visando estreitar as relações com os grupos da extrema direita, apresenta seu plano de ação intelectual e política a Olbiano de Mello, líder da Legião Trabalhista, um dos grupos mais influentes da direita no Ceará. Revela então suas intenções “salvacionistas” para a situação brasileira e defende que para isso devem ter como princípios três fatores para a construção nacional. Eram eles: Base Geográfica (municípios), Base Econômico-social (Classe) e Moral (Tradição religiosa e patriarcal). (TRINDADE, 1979, pp. 119, 120 e 121).

Em maio de 1932 a SEP organizou uma sessão que envolveu os seus membros locais e, mesmo sob algumas manifestações contrárias, surge uma comissão técnica denominada Ação Integralista Brasileira. Esta inicialmente tinha como objetivo transmitir ao povo, através de uma linguagem acessível, as conclusões dos estudos das bases doutrinárias da SEP. Na verdade, o que Salgado pretendia era se infiltrar cada vez mais nas camadas da classe trabalhadora, para que assim seus ideais pudessem ser espalhados no campo operário. Também almejava o líder da SEP introduzir em outras

¹⁵ Sobre isso, Héglio Trindade em sua obra “INTEGRALISMO: o fascismo brasileiro na década de 30” destaca a importância da Sociedade de Estudos Políticos nas formações iniciais da Ação Integralista Brasileira; este grupo aparece como um embrião do segundo. Assim, ele escreve: “Todos esses fatores esparsos integram-se graças à ação jornalística de Salgado em A Razão e a Organização da Sociedade de Estudos Políticos. O jornal é o instrumento de difusão de suas ideias à S.E.P., o centro de reflexão ideológica de onde vai nascer o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.)” (TRINDADE, 1979, p. 116).

classes sociais tais ideias, pois sabia ele que sem o mínimo de apoio da classe média ou do empresariado urbano sua campanha fracassaria.

Em junho outra reunião é marcada para que o grupo discuta sobre o conteúdo do manifesto que marcaria o lançamento da Ação Integralista Brasileira. Grande parte do que foi proposto por Plínio Salgado foi aprovada, porém o lançamento é adiado por alguns meses, pois em julho de 1932 eclode em São Paulo a Revolta Constitucionalista.

Finalmente, em 7 de outubro de 1932 é lançado o Manifesto Integralista, que marca oficialmente o nascimento da AIB como movimento político independente. Salgado apresenta o momento crítico como propício para a fundação da AIB, já que os combatentes paulistas derrotados encontraram no grupo reduzido de intelectuais uma solução para a situação, que se tornava mais grave com a reorganização das cédulas comunistas em território nacional. Héglio Trindade usou a fala do líder integralista para descrever esse momento:

Subjugada a revolução paulista de 3 de outubro de 1932, o estado de espírito de depressão de íntima revolta dos combatentes vencidos logo aflorou num reduzido grupo de brilhantes intelectuais que propunha, não propriamente o separatismo, porém o confederacionismo [...] Por outro lado, o comunismo, aproveitando-se da situação, desenvolveu intensamente a sua propaganda e rearticulou os seus quadros, estimulando a massa proletária no sentido da luta e classe [...] (SALGADO apud TRINDADE, 1979, p. 124).

Foi apenas uma questão de tempo para que Salgado estabelecesse contato com os outros grupos de extrema direita pelo Brasil. O que consolidou a Ação Integralista no Nordeste foi o apoio da Legião Cearense do Trabalho (LCT), que em novembro lançou, com um grupo de jovens da Faculdade de Direito de Recife, o Manifesto do Recife, documento que representava o apoio da “mocidade recifense” ao Manifesto de São Paulo. Desta maneira, sob a liderança de Plínio Salgado se formou a Ação Integralista Brasileira, que se tornaria o maior movimento de extrema direita dos anos 30 no Brasil.

Anteriormente, tratou-se da pluralidade do fascismo como movimento de massa que se espalhou pelo mundo. Com a Ação Integralista Brasileira não foi diferente: incorporando alguns ideais fascistas, a extrema direita brasileira também seguiu por três caminhos. Nesses destacam-se as figuras de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso; esses três senhores, apesar de comungarem da mesma ideia geral, se

digladiavam em especificidades que levariam à composição do estado integral por caminhos diferentes.¹⁶

A primeira metade do século XX no Brasil foi um momento de grande transformação, sobretudo entre 1920 e 1930. Nesse período de intensa agitação e mudanças ocorreram os movimentos tenentistas, as revoltas operárias, a Semana de Arte Moderna e a própria Crise de 1929.¹⁷ Assim, vivenciando esses eventos e sendo por eles influenciado, o jovem jornalista Plínio Salgado passou a usar seu espaço no jornal “A Razão” para expandir seus ideais militantes. Já como líder da AIB, esse jovem conduziu a sistematização da ideologia do grupo integralista.

No Manifesto de Outubro, que teve 80% de sua escrita destinada ao seu principal líder, encontra-se o que alguns autores classificaram como “Humanismo Espiritualista”, com um forte apelo religioso para a instauração da harmonia e do bem-estar social. A ética integralista é baseada na ética cristã; por isso, o homem deve ser avaliado mediante seu comportamento no trabalho, suas realizações e sacrifícios em nome da Família, da Pátria e da Sociedade. A doutrina que embasa essas elaborações iniciais do Integralismo é o “Humanismo Espiritualista”, que almeja o retorno da sociedade medieval, já que, para muitos, a modernidade é a causadora da desordem social, sendo o liberalismo o culpado pelo individualismo cego da humanidade.

A concepção de revolução de Plínio Salgado também era motivo para debates dentro do movimento, pois para o líder integralista a revolução era a forma de destruir a sociedade em crise e restabelecer uma nova fonte de equilíbrio. O argumento é simples: toda ideia de evolução social reside na ruptura, e através desta se restabelece o equilíbrio de uma sociedade. O próprio Miguel Reale se mostra favorável a tal concepção, já que para ele a revolução é uma parte da história e representa a ruptura de equilíbrios antigos para novos equilíbrios. Segundo (TRINDADE, 1979, p. 205), “Reale não interpreta a história como uma sequência harmoniosa de

¹⁶ Ver (TRINDADE: 1979, Cap. III).

¹⁷ Os principais movimentos tenentistas no Brasil foram a Revolta do Forte ou os 18 do Forte, a Greve Geral de 1917 (nome pela qual ficou conhecida a paralisação geral da indústria e do comércio do Brasil em julho de 1917, como resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarcossindicalista aliada à imprensa libertária, e, de 11 a 18 de fevereiro de 1922, o maior evento de sua época da arte brasileira: a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, envolveu artistas de vários setores e teve como objetivo principal romper com as tradições acadêmicas da arte e torná-la cada vez mais brasileira. A arte modernista foi uma das principais influências de Plínio Salgado; já a Crise de 1929 foi um dos fermentos para o crescimento dos movimentos totalitários pelo mundo.

acontecimentos, mas como equilíbrios provisórios que se formam e desaparecem para recompor novos equilíbrios”.

A revolução é a força de manutenção do equilíbrio de uma sociedade, já que, quando os antigos modelos não sustentam mais o equilíbrio social, eles devem ser substituídos, e a forma mais natural de se fazer isso é por meio da revolução. Salgado acrescenta a ocorrência da revolução dependerá de dois fatores: a oportunidade histórica e a decisão de agir, que caberá ao herói ou ao super-herói. Esse seria o sujeito que determinaria o momento oportuno e agiria para a ruptura do antigo equilíbrio e a instauração do novo (TRINDADE, 1979, pp. 205/206).

A concepção nacionalista está mais voltada a uma construção cultural que a uma ideia econômica. Salgado afirma que é da união de todos os membros da nação que se faz uma sociedade forte, porém o individualismo cosmopolita de alguns países europeus e dos Estados Unidos estava esgarçando os laços da humanidade. Portanto, para que o Brasil pudesse se consolidar como nação forte deveria romper os laços com esses grupos “degenerados”.

Outro tema que influenciou o nacionalismo romântico de Salgado foi o conto da cidade perdida de Atlântida. Este levou o líder integralista a fazer afirmações quase delirantes, chegando a defender a ideia de um Império Integralista onde ele seria o novo libertador da América Latina, uma espécie de Simon Bolívar que defenderia o “Último Ocidente” para a construção da “Quarta Humanidade”. Assim seria fundado um novo mundo. Com essas crenças messiânicas, Salgado advogava a ideia de que o povo brasileiro surgiu para viabilizar uma nova civilização.

Nós somos o último Ocidente. E porque somos o Último Ocidente, somos o Primeiro Oriente. Somos mundo novo. Somos a Quarta Humanidade. Somos a Aurora dos tempos Futuros. Somos a força da Terra [...] Aristóteles pensou para nós; Cristo deu-nos a alma; César e Napoleão foram nossos precursores; Simon Bolívar o nosso anunciador; a América é o nosso império; e nós, aquele povo longamente esperado [...] (SALGADO apud TRINDADE, 1979, p. 214).

Já o Sr. Gustavo Barroso tinha uma ideia de nacionalismo um tanto mais econômica e antissemita. Barroso é o que mais se aproxima do fascismo europeu, na verdade, do fascismo alemão, porquanto atribuía aos judeus a crise e os problemas sociais que ocorriam com frequência na década de 1930. Barroso acusa o judaísmo

apátrida de ser colonizador de nações modernas, porém, ao invés de batalhas, ele mantém povos presos sob seu controle através de empréstimos. Afirmar que os judeus são os causadores do problema econômico do Brasil e que o capitalismo judaico internacional levaria o país a um declínio, se esses grupos não fossem detidos.¹⁸

O antissemitismo de Barroso muito influenciou a base do movimento integralista. Ele assevera que o antissemitismo integralista não é, nem deve ser racista (pois isso não caberia no Brasil), mas sim político. Entendia que um país miscigenado como o Brasil não teria motivos para defender ideais arianos. Para ele, o capitalismo internacional fora inventado pelos judeus. Usando a frase do ideólogo francês antissemita Drummond, autor da obra “França Judaica”, esclarece: “Os judeus entram pobres num país rico e saem ricos de um país empobrecido”.

Mesmo fazendo essa ressalva, o nacionalismo antissemita de Barroso gera divergências dentro do movimento integralista, o que leva Plínio Salgado a publicar uma nota de esclarecimento no jornal **A Ofensiva**. Para deixar claro que a Ação Integralista Brasileira não tinha nada contra a raça judaica, apesar de a agiotagem do mundo se encontrar nas mãos israelitas, afirma que a culpa não é da nação judaica. E vai além, pois critica a ação da Alemanha nazista contra os judeus. Conclui dizendo que a guerra de Hitler foi influenciada pelo paganismo e pelo preconceito de raça, e que o problema do mundo é ético e não étnico. Para o líder integralista, pensar de uma forma racista seria pensar contra o cristianismo (TRINDADE, 1979, p. 242).

O nacionalismo de Miguel Reale é também de cunho mais econômico, porém diferentemente de Barroso, ele não atribui culpa à comunidade judaica, mas propõe um combate direto e violento ao capitalismo. Para ele, não existe transformação efetiva no Brasil se não existir o anticapitalismo. O ideólogo integralista acredita que não bastava caminhar apenas no campo teórico para realizar o nacionalismo, sendo preciso partir para a ação. As ideias de Reale vão além, quando pensa sobre o modelo de estado integralista com base no corporativismo.

¹⁸ Em 1935 Gustavo Barroso publica suas ideias em um ensaio intitulado “Brasil, Colônia de Banqueiro”. Neste, faz um estudo sobre os empréstimos tomados pelo Brasil de 1822 a 1934, junto a banqueiros judeus, e defende a tese de que o Brasil, após se tornar independente de Portugal, sofre a dominação colonial inglesa e se transforma em colônia da casa bancária judaica Rothschild. (TRINDADE, 1979, p. 237).

Para Reale, o liberalismo nasceu na Idade Média, sob influência da descentralização do poder e dos povos germânicos como fatores contribuintes para a deterioração da cultura romana. Por esse motivo ele discordava de Salgado quanto ao retorno à harmonia social através de hábitos característicos do mundo medieval. Para o autor de “Formação da Política Burguesa e o estado Moderno” e “Abecedário Integralista”, o Estado integralista é toda a Nação e deve se colocar sobre todas as classes, para que tenha autonomia na realização de suas obrigações.

Observa também que o Estado não pode ser uma fragmentação de indivíduos, e sim uma unidade organizada deles, e para isso os sindicatos serviriam de base.¹⁹ Esse seria o Sindicato Corporativista, o qual teria as mesmas funções do Estado – finalidades éticas, políticas, econômicas e culturais – e estaria sob a tutela deste, o qual lhe garantiria proteção. Reale se torna no movimento o principal teórico do Estado, ganhando maior destaque por sua formação jurídica (TRINDADE, 1979, p. 220).

Desta maneira, quando observamos a Ação Integralista na óptica desses três ideólogos do movimento, percebemos que o principal movimento de extrema direita no Brasil tinha no seu campo teórico três caminhos a percorrer. No primeiro, com Plínio Salgado e a consagração do “Humanismo Espiritualista”, a revolução era a base transformadora do antigo para o novo e o Estado tinha a família como núcleo central. No segundo, Gustavo Barroso, mediante os ideais antisemitas, aproximava o integralismo de pensamentos racistas dos movimentos europeus, chegando a causar um mal-estar entre os membros do movimento no país. No último, Miguel Reale, considerado o maior pensador do Estado integralista, defensor do Estado Sindical Corporativo, diverge de Salgado por ter uma visão muito mais econômica que espiritualista em suas análises. Foi sobre esse tripé que caminhou a Ação Integralista Brasileira (TRINDADE, 1979, p. 253).

Partindo para um cenário regional, identificamos em Alagoas, nos primeiros anos de 1930, um estado marcado por transformações políticas e sociais. Para o Brasil, a década de trinta foi o período da era Vargas, mas para Alagoas essa foi a década dos Góes Monteiro, por sua representatividade política no estado.

¹⁹ Aqui se faz importante ressaltar aquilo que Hélgio Trindade e a maior parte dos estudos sérios destacaram sobre esse pensador integralista: Reale, durante sua carreira acadêmica, assim como os jovens de sua época, recebeu forte influência do marxismo. Assim, na formação de sua teoria, Reale revela influências de suas leituras do filósofo alemão. (TRINDADE, 1979, p. 205).

O dia 7 de outubro de 1930 foi marcado pela deserção de Estácio de Coimbra, governador de Pernambuco, que fugiu da Revolução no vapor “Aratimbó”. Em Alagoas o governador Álvaro Paes ensaiava uma resistência aos revoltosos, pois havia indícios de que o Governo Federal enviaria tropas em seu auxílio. Em Porto de Pedras, o juiz da cidade, Pedro Valeriano, era simpatizante da Revolução e agitava as massas contra o regime. Sabendo disso, o governador envia ordem de prisão para o jurista rebelde. Enquanto isso no palácio do Governo do Estado, Paes ouve do coronel Reginaldo e do major Pedro Pierre, do 20º Batalhão de Caçadores (BC), que não haveria munição suficiente para, em conjunção com a Polícia Militar, oferecer uma efetiva resistência. Em 10 de outubro de 1930, às 14 horas, um avião sobrevoa a cidade e lança uma chuva de panfletos para agitar a população. Em vão a Guarda Nacional tentou tomar os panfletos, a cujo conteúdo o povo alagoano teve acesso. Diziam:

Aos briosos camaradas do 20º BC e ao heroico povo da nobre terra de Floriano e Deodoro da Fonseca: Nesta hora que marca nos destinos do país o alvorecer de uma vida nova, livre de governos despóticos [...] aos nossos destemidos camaradas do 20º BC e da Força Pública, ao grande povo de Alagoas, vimos apenas dizer que seus irmãos no Norte, como os irmãos do Sul, não cometemos a injúria de vos incluir entre os traidores da Pátria, entre a sinistra quadrilha de celerados que, à sombra do poder, não tinha o rudimentar escrúpulo de expor o Brasil, pelos seus crimes, pelos seus desmandos, por todos os processos de corrupção, ao desprezo dos povos cultos, às mais torturantes humilhações a que se pode expor uma nação educada nos princípios de uma Constituição eminentemente liberal [...] confiante de que o nosso brado retumbante ecoará em vossos corações como um hino da alvorada em nome do Brasil, em nome das gerações do amanhã, em nome da mocidade que verte corajosamente o seu sangue pela causa comum, erguei-vos, povo de Alagoas, vinde a fundir com o mesmo bronze das estátuas de Floriano e Deodoro o monumento em que se há de esculpir a imagem simbólica de um Brasil novo e redimido. E ao povo de Alagoas faço o humanitário apelo que poupe à família alagoana dias de desespero e de luto. (TÁVORA apud BARROS, 1989, p. 29).

Naquela mesma noite, o governador, alguns secretários e o prefeito de Maceió deixaram Alagoas, fugindo da Revolução. No dia seguinte, as ruas estavam tomadas por festas, com lenços e bandeiras vermelhas decorando as janelas das casas. O coronel Reginaldo Teixeira, o mesmo que havia considerado impossível uma resistência, declarou-se líder provisório do governo por ser o oficial mais graduado em serviço e devido ao abandono do cargo pelo Sr. Álvaro Paes. No dia 15 de outubro foi empossado como chefe provisório do governo o Sr. Hermilo Freitas (BARROS, 1989, p. 31). Os

revolucionários acreditavam que agora o país poderia caminhar para uma nova ordem social, uma nova forma de conduta e moralidade. Em 22 de outubro é publicada no **Jornal de Alagoas** a seguinte nota:

[...] O Governo Provisório de Alagoas, portanto, está com o dever imperioso de executar o programa da revolução, mantendo a ordem, reduzindo as despesas públicas, suprimindo cargos dispensáveis, regularizando todo o aparelho administrativo do Estado e fazendo o exame das administrações passadas para legitimar as providências que se impuserem. O período atual é de forte reação e exprime o início de um regime de ordem e moralidade. (JORNAL DE ALAGOAS, 22 de outubro de 1930, p. 1).

Visando manter a ordem social e os grupos radicais pacíficos, o Governo do estado ressaltou a necessidade de a classe trabalhadora não se deixar subverter por ideais que colocassem em risco o bem-estar da população alagoana. Caso isso ocorresse, o Governo não tardaria em tomar atitudes repressivas contra os grupos infratores. Era uma tentativa de manter os trabalhadores afastados desses supostos desordeiros, já que, segundo ele, esses grupos se aproveitavam da vitória da revolução para assim implantar o caos. A essa situação ajusta-se com perfeição a frase de Joaquim Nabuco, citada na autobiografia de Carlos Gusmão, quando este se refere aos momentos pós-Revolução de 1930: “A fatalidade das revoluções é que sem os revolucionários não é possível fazê-las, e com eles não é possível governar” (NABUCO apud GUSMÃO, 1970, p. 112). O Governo estadual reforça esse pensamento com as seguintes palavras:

O Governo do Estado, tendo em consideração manter, com firmeza, a ordem pública, para assegurar o exercício de todos os direitos individuais nos diversos ramos da nossa atividade, declara que não permitirá qualquer manifestação subversiva das normas comuns que regem as relações entre o poder público e as classes sociais [...] Nestas condições o Governo de Alagoas aconselha as classes operárias que se preservem do contato de tais elementos, que somente grandes males podem lhe causar [...] (JORNAL DE ALAGOAS, 19 de novembro de 1930, p. 1).

Num clima de renovação, os primeiros anos da década de 1930 irão marcar o desejo de mudança na vida social e política do país. O homem revolucionário acreditava que os atos de Outubro tiveram um papel na sociedade brasileira, evidenciando a vontade de ver a política servindo à nação e não aos interesses pessoais. Por esse motivo o general Juarez Távora escreve:

A Revolução foi feita para servir ao povo como coletividade nacional e não para satisfazer vinganças ou ambições de quem quer que seja. Os cargos públicos devem caber a quem saiba desempenhá-los com critério e capacidade, e não ser inventariados entre amigos ou correligionários. (JORNAL DE ALAGOAS, 11 de dezembro de 1930, p. 1).

É nesse cenário que Alagoas adentra nos anos trinta, marcando presença na política nacional. O estado que é lembrado como terra dos Marechais, durante os sete anos posteriores à Revolução de 1930 terá sua importância política, social e econômica para o país revelada na figura do general Góes Monteiro, na Interventoria de Osman Loureiro e nas acirradas disputas políticas estaduais. Assim, nesse território que foi campo para tantos conflitos, a AIB vai exercer sua influência e marcar presença nessa década em que Alagoas vivenciará diversas transformações.

1.3 Os Homens do Poder: entre vencidos e vencedores

A década de 1930 em Alagoas começa com a desconfiança de uma “Revolução”. A população alagoana teme o risco de um embate com tropas militares revolucionários, mas mostra esperança com a chegada de um interventor que organizaria as eleições para a Constituinte, e que depois seria acusado de traição e fraude, ocorrendo um racha em uma das famílias mais tradicionais do estado e um abalo nas relações entre um Ministro e o Chefe da Nação. Essa é a discussão que vamos travar a seguir.

Após eclodir a Revolução de 1930, o **Jornal de Alagoas** ensaiava alguns posicionamentos contrários aos revolucionários, porém isso ocorre apenas até o grupo revolucionário consolidar seu poder:

Continuamos a confirmar a ajuda do espírito público às medidas de recomposição da paz. A cidade mostra-se ordeira e confiante, e se por acaso alguém, esquecido de suas responsabilidades, se deixar enovelar no fio de algum boato, logo aparece algum desmentido de fonte autorizada. Não seria crível que nossa população, que sofreria com qualquer vantagem dos revolucionários, fosse dar ouvidos aos boateiros e propagar notícias falsas, engendradas por cérebros doentios. [...] Os telegramas que o eminente senhor presidente da República transmitiu ao senhor Governador do Estado definem perfeitamente a situação do país e mostram a energia do governo, no intuito de recolocar o país na sua harmonia, de trabalho e prosperidade. Os brasileiros não permitirão que a horda de descontentes, agitada por maus pensamentos, contamine a pátria e perturbe inteiramente o regime de ordem que a Constituição nos outorgou. (JORNAL DE ALAGOAS, 9 de outubro de 1930, p. 1).

Com o crescimento dos eventos revolucionários e sem uma possibilidade de resistência, o grupo de militares rebeldes chega a Alagoas e assume o comando do Governo do estado, deixado vago pelo governador Álvaro Paes. Em 15 de outubro de 1930, na sacada do palácio do governo e após um discurso calorosamente aplaudido do general Juarez Távora, o nome do gestor do governo provisório de Alagoas foi apresentado: o Dr. Hermilo de Freitas ficou responsável pela missão de consolidar a ordem e harmonia e de acalmar os ânimos. Sem muita demora foi substituído pelo capitão Tasso Tinoco, que ocupou o cargo até a chegada do interventor federal Afonso de Carvalho (BARROS, 1989, p. 32).

As 16:30 hrs os cinemas Floriano e Capitólio deram sinal da aproximação do Aratimbó, seguindo-se uma salva de 21 tiros. Logo toda a cidade se movimentou alegremente. Bonds e automóveis desceram cheios para Jaraguá. Uma tarde festiva e alegre. As bandas de música do 20º B.C. e da força policial também abrilhantaram a recepção do capitão Afonso de Carvalho. (JORNAL DE ALAGOAS, 10 de janeiro de 1933, p. 1).

Nesse clima amistoso e de festividade, desembarcou o interventor federal que veio assumir o controle do Governo de Alagoas e preparar o estado para as eleições municipais de 1934. Com o discurso de governar para as classes humildes, o novo interventor salientou ainda que Alagoas, além de terra dos Marechais, contava na sua galeria de filhos ilustres com o general Góes Monteiro, Ministro do Governo de Vargas.

No dia 11 de janeiro de 1933, o **Jornal de Alagoas** narra a posse do novo interventor federal e o apresenta para a sociedade alagoana como o intelectual que veio substituir a espada e usar o cérebro para atuar nas suas novas funções. Durante a solenidade de posse foi nomeado para o cargo de prefeito da capital o Dr. Orlando Araújo, e para o cargo de Secretário-Geral, o Dr. Osman Loureiro.

Em seu discurso de posse, Afonso de Carvalho enfatiza a prioridade do país nesse momento de transição: manter-se unido, com os municípios tendo papel fundamental nisso; caso fosse preciso, deveriam ser excluídos aqueles que representassem a discórdia e a desarmonia, devendo-se abraçar o espírito revolucionário e transformador. Em poucas palavras, o novo interventor define seu plano de governo da seguinte forma: “Meu programa é, simplesmente, continuar o que é bom, desfazer o

que é mau, criar o que for preciso” (JORNAL DE ALAGOAS, 11 de janeiro de 1933, p. 2).

A concepção trabalhista é explicitada quando lembra aos operários alagoanos que apenas após a revolução seus direitos passaram a ser assistidos e que tão só mediante as organizações sindicais homogêneas e disciplinadas poderão dar continuidade a essas conquistas. Mas o cargo que o capitão passava a ocupar tinha seus entraves, e um dos mais preocupantes eram as condições financeiras do Estado. Com palavras esperançosas o interventor em seu discurso de posse apresenta o interventor para a população alagoana:

Bem sei que serão enormes as dificuldades que terei de enfrentar, mormente em consequências financeiras a que a última resolução da comissão de estudos econômicos de certo modo vem avaliar. A perspectiva dessas grandes dificuldades traz-me na lembrança uma passagem da Grande Guerra. Antes de tomar a decisão da ofensiva no Marne o Marechal Joffre reuniu todos os seus auxiliares e passou a ouvir a opinião de cada um deles. Um por um se demonstravam desfavoráveis à decisão que o chefe pretendia tomar. A situação do chefe francês era descrita nas cores mais dramáticas. O inimigo, como uma avalanche de aço irremediável. A situação em geral, como um caso perdido a certa altura. Joffre, cansado de tanto pessimismo e de ouvir tanta dificuldade, dá um soco na mesa revoltado e ao mesmo tempo esperançoso exclamou: Eu conheço todas essas dificuldades, mas eu creio na França. E o Marne foi a salvação da pátria. Senhoras e senhores, eu creio em Alagoas. (JORNAL DE ALAGOAS, 11 de janeiro de 1933, p. 2).

Foi com esse discurso enérgico e de comparações heroicas e entusiasmadas que assumiu os trabalhos no Governo de Alagoas o capitão Afonso de Carvalho. Um dia depois de sua posse, o novo interventor tratou de reunir no palácio do Governo os líderes dos principais jornais de Alagoas²⁰. Nessa reunião, o novo chefe alagoano decretou a suspensão da censura de imprensa para todos os meios de comunicação do Estado, pois acreditava no patriotismo dos profissionais da imprensa e que esses, assim como ele, pretendiam trabalhar para o bem do Brasil. Também se mostrou satisfeito com o apoio declarado da imprensa ao seu mandato. Nas práticas mais tutelares aparenta certa preocupação com a necessidade da sindicalização da categoria, que precisa estar organizada para reivindicar seus direitos. O interventor Afonso de Carvalho segue o modelo do líder intelectual, capitão da instituição realizadora da

²⁰ Estiveram nessa reunião Balthazar de Mendonça, representando o jornal **O Estado**, José Antônio da Silva, representando **A Notícia**, Luiz Silveira, representando o **Jornal de Alagoas**, Arnóbio Valente, representando o **Diário de Maceió**, e José Neves, representando **O Semeador**. (JORNAL DE ALAGOAS, 13 de janeiro de 1933, p. 2).

revolução, homem de espírito patriótico, “defensor” dos direitos das minorias operárias, ou seja, um símbolo dos homens de Vargas.

Outro momento em que se fez presente o então interventor Afonso de Carvalho foi a reunião com os membros da Associação Comercial de Alagoas, Sociedade Agrícola Alagoana e Centro Industrial Alagoano. Nesse encontro os representantes dos principais setores econômicos do estado solicitaram ao governador um plano orçamentário para 1933 que suprisse as carências econômicas das empresas alagoanas. Uma das propostas era permanecer com a redução de 20% nos impostos de exportação, lei que tinha sido instituída pelo antecessor de Afonso de Carvalho. O interventor foi bem sucinto ao responder que não poderia manter a redução nos impostos, já que os tributos eram um mal necessário e que através deles trabalharia para o progresso de Alagoas. Nessa mesma reunião o interventor demonstra preocupações mais emergenciais como a construção do porto de Jaraguá e a sindicalização das classes patronais e das “massas proletárias”²¹. A construção do porto de Jaraguá aparece como uma grande ambição do governo do novo interventor:

Conforme tive oportunidade de acentuar pessoalmente ao eminente líder do Governo Provisório, o Sr. Getúlio Vargas, e que está disposto em realizar tão legítima aspiração alagoana, a questão do porto não é apenas uma questão material. É também uma questão moral, que diz direto com a alta moralidade administrativa da República; com o respeito e a confiança que devem existir nos compromissos da União; com os do estado; questão moral que virá provar ao Estado que não está Alagoas esquecida pelos poderes da União. (JORNAL DE ALAGOAS, 20 de janeiro de 1933, p. 1).

E é ainda em 1933 que o discurso do interventor Afonso de Carvalho de romper com o passado é posto em prática por meio de um industrial, o Sr. Gustavo Paiva, um paraibano que veio para Alagoas ampliar suas possibilidades financeiras e representava a imagem do bem-sucedido homem de negócios. Os industriais passavam a ser vistos como os senhores que traziam a tecnologia para pequenas cidades e que proporcionaram empregos para a população necessitada de uma renda, a fim de que pudesse sair da mendicância.²² A figura de um dos homens que foi por muito tempo a representação da

²¹ O artigo dessa reunião pode ser encontrado no **Jornal de Alagoas** de 20 de janeiro de 1933, p. 1, com o seguinte título: “Na Associação Comercial: o interventor e as classes conservadoras”.

²² No entanto, a realidade social e econômica de seus operários não demonstrava isso; pelo contrário, apresentava situações nas quais se chegava a acreditar que a condição escrava do homem ainda continuava a existir, apenas tendo sido trocada a chibata por míseros contos de reis.

classe industrial alagoana, Gustavo Paiva, ganhou destaque no contexto do universo fabril alagoano. Em 1933, por representar o espírito nacionalista da revolução de 30, Paiva é convocado a ocupar o cargo de representante classista patronal da indústria, lavoura e pecuária na Constituinte estadual de 1933.

A relevância do universo têxtil em Alagoas dos anos 1930 é uma variável que ajuda a explicar a eleição do paraibano e cosmopolita Gustavo Paiva, diretor da Companhia Alagoana de Fiação e Tecido, de Rio Largo, para a única vaga estabelecida por lei de representante classista patronal da indústria, lavoura e pecuária na Constituinte estadual de 1933. Como os protagonistas da Revolução de 1930 tinham uma forte preocupação nacionalista e viam a indústria têxtil como polo avançado da regeneração econômica do país, dificilmente apoiariam dois dos três maiores usineiros da época para o cargo, pois eram estrangeiros líderes de uma atividade historicamente ligada aos coronéis. (LESSA, 2008, p. 37).

O líder do governo é usado na defesa de uma alagoanidade para ocupar cargos governamentais. O novo interventor tinha em Alagoas a função de atrair aliados para a “Revolução”, e a melhor forma para isso era dar espaço para parte da elite política local aparecer, desde que essa fosse monitorada pelo seu governo. O capitão Afonso de Carvalho aparece como um símbolo de reaproveitamento das forças de trabalho alagoanas, quando lança mão em seu governo de representantes da região. Desse modo, torna seu mandato mais admirável perante as forças políticas locais que buscavam um lugar na administração.

O senhor Afonso de Carvalho, vivendo no Rio, tendo inúmeros amigos no exército, na imprensa, nos meios literários e nos círculos sociais mais prestigiosos, poderia trazer das grandes cidades os auxiliares que aqui está encontrando. É possível mesmo que não tenham lhe faltado as mais insistentes solicitações nesse sentido. Preferiu, no entanto, vir só e escolher na terra que foi chamado a governar os que terão que ajudá-lo a levá-la para frente. Alagoas não poderia esperar uma homenagem mais alta de seu novo dirigente do que aquela que se encerra nesta mais elevada preocupação de alagoanidade sem exclusivismo, tão indicativa de nobres e generosos propósitos. (JORNAL DE ALAGOAS, 14 de janeiro de 1933, p.3).

Essa suposta alagoanidade do interventor Afonso de Carvalho representa uma forma de manter a harmonia e o bom relacionamento político com as elites locais, já que em suas palavras ele afirma que não veio para punir, mas sim para governar mantendo a harmonia e a paz social.²³ Os discursos do novo representante do governo vêm

²³ O historiador alagoano Golbery Lessa promove uma discussão sobre a nova alagoanidade em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/10/ensaio-outra-alagoanidade.html>.

carregados com essa identificação de uma suposta identidade alagoana quando ele alude a Alagoas, Terra dos Marechais, terra natal do ilustre herói da Revolução de 1930, general Góes Monteiro, e de belezas geográficas com funcionalidade econômica como o rio São Francisco. Não se querendo dizer com isso que o político tivesse uma identidade alagoana, mas que sua pretensão no estado era trazer cada vez mais aliados para a o movimento de Outubro. Assim, manteve os laços com a imprensa, as classes conservadoras e as organizações proletárias, já que, além de organizar as eleições de 1934, trazia como objetivo organizar o Partido Nacional em Alagoas (PNA). O interventor sabia que essa não seria tarefa fácil, pois teria de superar homens de representatividade política no estado como Costa Rego, que estava do outro lado da disputa, com o Partido Economista Democrático de Alagoas (PEDA). Entretanto, não excluía a possibilidade de alianças entre as duas forças:

Para a obra de administração não designo fronteiras políticas, pois preciso da cooperação de todos os valores. A minha posição é de barqueiro do Volga. À margem direita tenho todos os elementos revolucionários, à esquerda a corrente contrária à Revolução. Com a colaboração de uns e de outros descerei o rio, trabalhando para a grandeza de Alagoas. (JORNAL DE ALAGOAS, 24 de janeiro de 1933, p. 2).

O líder do PEDA representa um forte opositor ao Governo provisório em Alagoas. Costa Rego se mostra descrente da Revolução e se refere a ela como “uma explosão de cupidez, cupidez pela mais estúpida das ilusões, ilusões pelo poder” (JORNAL DE ALAGOAS, 12 de fevereiro de 1933, p. 1). O antigo representante do Governo, com o orgulho ferido, usou a sua experiência de jornalista e o **Jornal de Alagoas** como plataforma para fazer oposição ao Governo provisório e seus decretos²⁴. Costa Rego aparece como o grande intelectual do PEDA; próximo às eleições seus escritos são publicados com mais frequência no **Jornal de Alagoas**.

Do outro lado estavam as forças operárias que lutavam contra a opressão patronal de uma forma mais agressiva. Esse fenômeno pode ser mais bem entendido através dos fatos que ocorreram no mês de fevereiro de 1933. As fábricas têxteis de Fernão Velho e da cidade do Pilar presenciaram um grande levante dos seus operários, pois em ambas as regiões foram organizadas greves reivindicando melhores condições de trabalho, melhores salários e mais direitos trabalhistas. A Fábrica União Mercantil,

²⁴ Alguns dos artigos escritos pelo Sr. Costa Rego podem ser encontrados no “Jornal de Alagoas” no período de 1930 até 1933, após a substituição da direção do periódico por Edgar de Góes Monteiro. A partir desse momento os inimigos da “Revolução” são excluídos do jornal.

de Fernão Velho, teve reações bastante agressivas de seus manifestantes, sendo relatado que os grevistas gritavam a plenos pulmões: “Morte aos burgueses, morte aos burgueses”. Foi preciso a intervenção da polícia para impedir que as ações dos manifestantes tomassem maiores proporções, já que pela ação dos manifestantes a diretoria esperava pelo pior.

Os burgueses devem morrer. Dizia um propagandista afoito, dominando as massas que o escutavam. E daí as greves que se manifestam, a poucos dias, nas fábricas de tecido deste Estado, de Fernão Velho e de Pilar. A de Fernão Velho teve um caráter mais grave. O toque de uma sineta serviria de senha ao levante concertado com os intuitos tenebrosos. Mas os proprietários tinham conhecimento de tudo e se haviam prevenido. Dando o toque da corneta os portões da fábrica foram fechados e a polícia foi acionada, tomou conta da fábrica, prendendo os mais exaltados. Se perguntarmos a esses exaltados por que se levantaram em greve aos gritos hostis de Morram os Burgueses, eles responderão muito naturalmente: Quem sabe é o chefe. (J. Paulo, JORNAL DE ALAGOAS, 17 de fevereiro de 1933, p. 6).

Mas esse era um pequeno problema se comparado ao que viria a enfrentar Afonso de Carvalho nos meses seguintes às eleições da Constituinte Federal. A lua de mel do interventor com as elites políticas de Alagoas estava com os dias contados, pois, em seu mandato de um pouco menos de um ano, Afonso de Carvalho tinha como principal missão em Alagoas organizar as eleições de 3 de maio de 1934. Ele não só organizou as eleições como garantiu todas as cadeiras da Constituinte para os candidatos do PNA, partido fundado por ele. Essa unanimidade garantiu ao interventor uma série de denúncias sobre fraude nas eleições, já que a oposição, principalmente a do PEDDA, contestava o resultado que levou à vitória o partido do interventor.

Essas acusações foram levadas ao general Góes Monteiro, chefe militar da Revolução de 1930. Foi através do Manifesto dos Revolucionários que as suspeitas de irregularidades nas eleições e outras denúncias como violação do direito livre do voto e ameaças policiais foram reveladas. Mas essas acusações não foram acatadas por Góes Monteiro. Entretanto, sem apoio político até mesmo dentro de seu partido e com a publicação do Manifesto dos Intelectuais²⁵, o interventor Afonso de Carvalho decide renunciar. Sobre isso Silvestre Péricles de Góes Monteiro trata no jornal carioca **Correio da Manhã**:

²⁵ O Manifesto dos Intelectuais é citado por Luiz Barros como a possível causa da demissão do interventor Afonso de Carvalho. Porém, não tivemos acesso a esse texto. (BARROS, 1989, p. 33).

A supremacia do partido estava servindo de joguete para manobras narcisistas e fraudulentas do interventor, e finalmente, após informações recebidas de Alagoas, um esforço patriótico de conagração a fim de unir a família alagoana e não consentir sua desagregação, com a nossa cumplicidade, com o nosso criminoso silêncio. Tudo provocado pelos atos e atitudes deprimentes do interventor. (CORREIO DA MANHÃ, 7 de dezembro de 1933, p. 3).

Foi dessa maneira que se despediu da Interventoria de Alagoas o capitão Afonso de Carvalho, deixando para seu sucessor a construção do porto de Jaraguá e voltando para o Rio de Janeiro com o estigma de traidor. Cabe ressaltar que após as eleições de 3 de maio de 1933 o **Jornal de Alagoas** tem a equipe de diretoria substituída e o comando geral do periódico fica nas mãos de Edgar de Góes Monteiro, irmão do então ministro de Guerra de Vargas, que posteriormente se torna prefeito da capital de Alagoas. Essa mudança coincide com a data de chegada do novo interventor em Alagoas, Osman Loureiro, nomeado para o cargo pelo próprio presidente provisório Getúlio Vargas.

Em 11 de maio de 1934, Osman Loureiro desembarca em Maceió para se tornar o novo interventor federal. É com o louvor e esperança de um novo estado que o interventor é recebido; o **Jornal de Alagoas** faz questão de se referir a ele como “O Homem que Alagoas Esperava”, em matéria de um dia após o seu desembarque em Alagoas. Segundo o periódico, as homenagens a Osman Loureiro foram espontâneas, sem encenações, ou seja, o povo foi a Jaraguá receber o novo interventor por vontade própria, sem convocatórias, apenas por ser mais um alagoano voltando para a sua terra natal e para assumir o cargo de maior importância no estado.

O novo interventor, mais que um político, já era um homem de prestígio no estado. Foi professor catedrático e emérito da Faculdade de Direito de Alagoas, jornalista, poeta, político, empresário e intelectual, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e da Academia Alagoana de Letras (AAL). As usinas e engenhos foram seus investimentos e a garantia de herança para sua prole. Tinha uma relação de proximidade com a família Góes Monteiro, sobretudo após sua filha desposar Edgar de Góes Monteiro, que havia sido prefeito de Maceió durante seu primeiro mandato. A nomeação de Osman Loureiro para a Interventoria de Alagoas teve, no entanto, como consequência a saída do general Góes Monteiro do Ministério de Guerra. Segundo o historiador alagoano Nogueira Barros, existe uma relação entre os dois eventos:

Não encontramos nenhum documento que prove ser Osman Loureiro o candidato ideal do general Góes Monteiro. No seu caminho para a Interventoria ele conta com a bancada federal e faz sua primeira passagem pelo palácio Rio Negro, e não no Ministério da Guerra. Mas tarde, aliás, Carlos Gusmão²⁶ relata a hipótese, alegando notícias de jornais, de que a substituição do general Góes Monteiro do Ministério da Guerra poderia estar ligada ao caso. A indicação de Osman Loureiro para interventor foi um fator de desgaste das relações do ministro com o Chefe da Nação. (BARROS, 1989, p. 38).

Osman Loureiro manteve-se no poder por mais de cinco anos. Foi interventor nomeado por Getúlio Vargas de 1934 a 1935, sendo eleito governador de Alagoas de 1935 a 1940. Durante seu primeiro mandato, atuando como interventor, o alagoano buscou solucionar problemas que afligiam alguns setores da sociedade; um desses problemas era o cangaço, que vinha desgastando os latifundiários brasileiros. Com isso, a pressão dos donos de terra alagoanos aumentava sobre o estado, pois o risco de invasão dos cangaceiros era constante, já que eles se achavam nas fronteiras entre Alagoas e Pernambuco. “Os bandoleiros da Caatinga” foram tratados em seu governo como um assunto prioritário. A polícia foi modernizada, passando a contar com novos armamentos e equipamentos para repelir o bando de Lampião. **O Jornal de Alagoas** assim noticia:

Corisco ingressou em Alagoas vindo de Sergipe, e ficou-se. Não lhe foi jamais difícil atravessar o São Francisco em São Braz, em Piranhas, pois autoridades e chefes consentiam na audácia do bandoleiro. Situações políticas foram substituídas para maior facilitação dos profissionais do cangaço. Todos sabem disso. O Governo do Dr. Osman Loureiro, porém, tomou outro caminho. Prometeu, ainda no Rio, o Interventor alagoano a eficiência de sua ação contra o banditismo, e a verdade é que vemo-la já surtindo benefício. Em São Luiz do Quitunde, Murici, Quebrangulo e Água Branca se está a sentir a influência repressora. (JORNAL DE ALAGOAS, 15 de junho de 1934, p. 6).

Nesse primeiro momento da Interventoria, o jurista não foi a única “estrela” da política estadual, pois a bancada alagoana na Constituinte destacou-se nacionalmente, sobretudo pelos posicionamentos dos deputados Manoel C. de Góes Monteiro, Izidro Teixeira de Vasconcelos, José Afonso Valente de Lima, Antônio de Melo Machado, Amando de Melo Sampaio Costa e Álvaro Guedes Nogueira. Os seis eram representantes do PNA. Seus discursos na Constituinte estavam voltados à defesa dos interesses da “Revolução”. Segundo eles, a bancada alagoana jamais trabalharia na defesa de pontos que representassem o retrocesso para a República brasileira. Assim, se

²⁶ Ver GUSMÃO, Carlos de. *Boca da Grota*, p. 137, Sergasa, Maceió, 1970.

colocaram contrariamente na votação da emenda que garantia a reeleição dos interventores, pois para os deputados alagoanos essa medida feria os ideais revolucionários que defendiam o desapego aos cargos públicos.

Também foram decisivos na aprovação da anistia sem restrições em 1934, para aqueles que tivessem cometido crimes políticos a partir de 1930. Cabe aqui um destaque para a figura de Izidro de Vasconcelos, autor do discurso que, segundo a imprensa da época, foi definitivo para os rumos da votação naquele dia. Além disso, foi do “sexteto caeté” a firme oposição ao ato que visava transformar a Assembleia Constituinte em uma Assembleia definitiva. Assim se manifestou o **Jornal de Alagoas**:

Não restam dúvidas de que a bancada alagoana, votando integralmente contra a conversão da Constituinte em Assembleia ordinária, colocou o Estado em mais uma situação de proeminência dentro da gestão dos grandes feitos políticos nacionais. Propugnou pela anistia ampla e irrestrita e votou contra a elegibilidade dos interventores, porque sentia que a vitória de tal ideia tivera contra sua efetividade a reação de grandes reservas morais do povo brasileiro; desferia um golpe fulminante contra a ideologia que animou o movimento revolucionário de 1930, para cuja edificação da obra política fora convocada. (JORNAL DE ALAGOAS, 16 de junho de 1934, p. 1).

Assim, a bancada liderada por Manoel de Góes Monteiro (conhecido como Manola) foi considerada como a defensora dos ideais revolucionários na Constituinte. Essa era a propaganda feita pelo **Jornal de Alagoas** em suas páginas. São esses homens que aparecem como exemplo de patriotismo e de independência política, pois desde que as ideias apresentadas sejam para o bem da Nação, merecem ser defendidas, ainda que o sejam por uma minoria. O ápice dessa propaganda dos membros do PNA é apresentado com as conclusões do trabalho na nova Constituição brasileira:

Corresponderam integralmente os deputados alagoanos aos anseios do povo que lhe cometeu poderes para no grande certâmen propugnarem pelos legítimos interesses da Nação. O patriotismo, o zelo e a independência de atitudes de nossa bancada junto aos demais constituintes brasileiros conquistaram para Alagoas um bem realçado e nobilitante prestígio. Embora fazendo parte da maioria, a nossa representação não se quedou submissa a todas as deliberações tendentes a vencerem pela força numérica, porque teve a altivez de discordar, por vezes, dessa maioria, quando a consciência lhe indicava um novo caminho que era o da vontade nacional. (JORNAL DE ALAGOAS, 16 de junho de 1934, p. 1).

A bancada alagoana era observada de perto pelo general Góes Monteiro, que deixou clara sua opinião sobre o grupo, quando afirmou: “A bancada alagoana sobrepujou as outras em caráter, em disciplina e independência” (JORNAL DE

ALAGOAS, 16 de junho de 1934, p. 1). Foi também sinal de orgulho para o presidente do PNA e interventor do estado, o Sr. Osman Loureiro, que expressou para os constituintes alagoanos seus mais sinceros parabéns pelo trabalho realizado no cenário nacional.

Em 18 de junho de 1934, após o Brasil contar com uma nova Carta Magna, o país passou a conhecer o Chefe da Nação, eleito por 175 votos pela Assembleia Nacional Constituinte: Getúlio Dornelles Vargas. Assim, nessa data festiva o interventor alagoano escreveu para os seus companheiros partidários parabenizando-os pelo trabalho na Constituinte e salientando o quanto o povo alagoano nela fora bem representado.

Em nome do povo alagoano, cujos sentimentos julgo interpretar, e no do Partido Nacional que tão dignamente representaram, felicito constituintes alagoanos pelo civismo, espírito de disciplina, operosidade e elevação moral com que desempenharam honroso mandato. (JORNAL DE ALAGOAS, 18 de julho de 1934, p. 1).

Um fato bem próximo à promulgação da nova Constituição deu-se em 13 de junho de 1934: foi declarada uma greve nacional dos telegrafistas, que exigiam melhores condições de trabalho e benefícios para a sua categoria. Os telegrafistas alagoanos não ficaram de fora e ingressaram no movimento de paralisação, que contou com ato de protesto na frente da sede do telégrafo de Alagoas. Mesmo a manifestação tendo um caráter pacifista, os soldados do 20º Batalhão de Caçadores do Exército brasileiro foram convocados para impedir “abusos” dos manifestantes e preservar o patrimônio material do prédio do telégrafo. A convocatória da greve partiu dos grupos paraibanos, que inconformados com as condições de trabalho, solicitaram ao Governo Federal que olhasse sua situação e atuasse para a melhoria dela. A paralisação, mesmo tendo uma repercussão nacional, não contou com a participação de todos os telegrafistas do país, pois os profissionais de São Paulo não aderiram ao movimento. A imprensa alagoana considerou o movimento dos telegrafistas como reflexo dos atos de 1930. Segundo o “Jornal de Alagoas”, foi a “Revolução” de outubro que desencadeou uma série de concepções patrióticas no povo brasileiro, que há muito haviam sido perdidas:

Agora que a Revolução brasileira, desde 30, vem se esforçando por reabilitar em nossa pátria o verdadeiro sentido da política reclamada pela nossa civilização, compreendemos ainda estar de pé o mesmo espírito de abnegado patriotismo que inspirou os primeiros trabalhadores da nacionalidade. Por força deste elevado sentimento de clarividência dos atuais elaboradores da nova

ordem política do país é que têm sido cobertas de êxitos todas as reclamações ultimamente de diversas classes na defesa dos seus interesses. E sabendo o quanto vale a sua reclamação perante o Governo Provisório, foi que os telegrafistas do país se declararam em greve pacífica até a obtenção do que pleiteiam. (JORNAL DE ALAGOAS, 14 de julho de 1934, p. 1).

A exposição da greve dos telegrafistas foi sufocada na imprensa local pelas notícias da promulgação da nova Constituição e da eleição presidencial. Mesmo assim, a liderança nacional da categoria enviou um telegrama à diretoria do **Jornal de Alagoas** agradecendo pela integral cobertura dos acontecimentos e afirmando que o periódico foi de fundamental importância para a visibilidade do movimento e de suas reivindicações²⁷.

Após a correria para a criação da nova Constituição brasileira, as forças políticas nacionais passaram a se movimentar visando às eleições de 1935, e em Alagoas não foi diferente. Nesse momento, a Terra dos Marechais contava com os seguintes partidos: Partido Socialista de Alagoas (PSA), Partido Economista Democrata de Alagoas (PEDA), Partido Nacional em Alagoas (PNA) e a Ação Integralista Brasileira (AIB)²⁸. Mas esse quadro político ainda não estava definido, pois faltava um personagem nesse enredo, e ele estava prestes a se revelar e a unir grupos políticos que antes eram rivais. Antes da apresentação desse sujeito no cenário político de Alagoas, era propalado um discurso que pregava um ambiente de paz política e um espírito de harmonia que transformariam o estado e o levariam ao progresso. O **Jornal de Alagoas**²⁹ assim se dirigia aos seus leitores:

Aceito entusiasmado o grande apelo confraternizador, caminhamos de vez para uma situação de paz na família política de Alagoas. A paz sonhada, mais fortemente obtida pelo egoísmo que separa os homens e tudo destrói; a paz determinante do trabalho fecundo, que é uma certeza de progresso: essa paz nos faz sorrir agora com toda a sedução dos seus maravilhosos atrativos. (JORNAL DE ALAGOAS, 3 de agosto de 1934, p. 1).

²⁷ A cópia desse telegrama pode ser encontrada no **Jornal de Alagoas** do dia 21 de junho de 1934, p. 3, com o seguinte título para a matéria: “A Greve dos Telegrafistas”. O jornal não menciona quanto tempo durou a greve, mas o artigo esclarece que algumas pautas foram atendidas.

²⁸ Tanto as obras de Carlos Gusmão: *Boca da Grotta*, como a de Ferreira Barros: *Solidão dos Espaços Políticos*, tratam das eleições de 1935, porém não citam a presença da AIB nessas eleições. No entanto, existem documentos do próprio movimento integralista alagoano que provam sua participação.

²⁹ Quando anotamos “O **Jornal de Alagoas** assim se dirigia aos seus leitores” é porque alguns artigos encontrados no jornal não são autorais.

Essa paz tão falada era a união de representações políticas tradicionais do estado de Alagoas incorporadas ao mesmo partido, pois estava prestes a nascer a nova coligação partidária que uniria os vencedores e os vencidos na “Revolução” de 1930. Estamos falando da fundação do Partido Republicano de Alagoas (PRA), fundado no Palácio dos Martírios, em reunião presidida pelo interventor Osman Loureiro. Além do interventor, a reunião contou com a presença do prefeito da capital, Edgar de Góes Monteiro, e de alguns membros da bancada constituinte de Alagoas e de membros do PEDDA, tudo sob o aval do ministro de Guerra, general Góes Monteiro.

O PRA foi formado pela união das três principais legendas do estado, e sua comissão executiva foi assim constituída: Baltazar de Mendonça e Manoel Soares Palmeira, membros desertores do PSA; Castro Azevedo e Rocha Cavalcante, antigos membros do PEDDA; e Osman Loureiro, Manuel Cesar de Góes Monteiro, Rodolfo Lins, Orlando Araújo, Hermílio de Freitas Melro e Isidro de Vasconcellos, antigos membros do PNA.

A assinatura do pacto de fusão dos grandes partidos do Estado selou uma velha aspiração de abnegados condutores da opinião partidária de nossa terra. Convencidos os nossos homens públicos de que a causa suprema do Estado não deve ser sacrificada por interesses de particularismo, enterraram em um gesto nobre e patriótico, de enrolar as bandeiras de suas agremiações para a fusão em um só grande partido, forte e homogêneo, que representa o pensamento coletivo da quase unanimidade da população eleitoral do Estado. O Partido Republicano Alagoano, ontem fundado, é a expressão da vitória inconfundível e gloriosa, bastante elevada para definir a mentalidade das nossas novas elites políticas. (JORNAL DE ALAGOAS, 5 de agosto de 1934, p. 1).

Mas essa confraternização não foi unânime no campo político alagoano, já que existiam forças de resistência, e uma dessas representações era consanguínea das lideranças do partido recém-fundado. Assim, sem conseguir aceitar essa unificação entre vencidos e vencedores, pois para ele representava a reestruturação da antiga ordem política, Silvestre Péricles de Góes Monteiro se manteve no PNA e decidiria mais à frente concorrer nas eleições governamentais contra o novo partido de seus irmãos. Na verdade, este episódio não só colocou Silvestre Péricles como o opositor do PRA, mas também deixou o general Góes Monteiro em uma difícil situação diante dos correligionários da “Política de São-Patriotismo³⁰”.

³⁰ Luiz Nogueira Barros refere-se a essa “Política de São Patriotismo” para descrever a união dos vários partidos alagoanos em uma só legenda. Segundo o historiador, as atitudes para iniciar essa reformulação

Esse impasse começou quando, após a organização do PRA, a comissão executiva passou a pensar em um nome para concorrer ao cargo de governador para as eleições de 1935; foi sugerido o nome do interventor Osman Loureiro, porém, fazia-se necessário o aval do ministro, o general Góes Monteiro. É nesse momento que começa o entrave da situação, pois, como dito anteriormente, o general Góes Monteiro não tinha preferência por Osman Loureiro e a indicação deste para a Interventoria havia partido diretamente de Getúlio Vargas. O ministro não explicitava sua posição quanto ao assunto, e seus colegas alagoanos se encontravam impacientes, pois seu irmão Silvestre Péricles já tinha declarado sua candidatura pelo PNA.

Era a hora de o general Góes Monteiro tomar uma decisão e definir quem seria o candidato do PRA, pois o tempo já começava a ser um adversário. Tinha nas mãos um grande dilema o ministro de Guerra, pois de um lado se encontrava a “Política de São Patriotismo”, um esquema que ele ajudou a arquitetar, mas que agora o incomodava com a indicação de um nome indesejado para a candidatura; do outro lado, seu irmão se lançava candidato, fazendo oposição a seus antigos correligionários. Mas o impasse do general não demorou muito, pois no dia 30 de novembro de 1934, antes de tomar sua decisão, foi votada e aprovada por 18 deputados a candidatura do interventor Osman Loureiro para disputar o cargo de governador. A atitude dos colegas teve uma reação negativa por parte do general, que em reunião com o deputado Carlos Gusmão revelou: “Carlos, o nosso Osman perdeu a cabeça, e eu estou inteiramente contra ele e os deputados...”. Presente ao encontro, o general Flores da Cunha teria dito: “Que é isso, Góes, você quer começar a bagunça pela sua terra?” (BARROS, 1989, p. 53).³¹

Apesar da oposição do ministro, Osman Loureiro se manteve candidato e se encaminhou para a disputa eleitoral contra Silvestre Péricles. Assim, em 1935, o cenário político de Alagoas para governo dividia-se entre Osman Loureiro pelo PRA e Silvestre Péricles pelo PNA. Essa disputa, longe de ser um embate democrático, constituía um verdadeiro cenário de guerra, pois a cada dia que se aproximavam as eleições, acirrava-se a rivalidade entre o candidato do PNA e o interventor.

partidária teriam sido ideia do próprio general Góes Monteiro, para assim enfraquecer a oposição à “Revolução” em Alagoas (BARROS, 1989, p. 36); porém, nenhuma referência até o momento foi encontrada nos jornais pesquisados.

³¹ Barros atenta ainda para a presença de um delegado a mando do general Góes Monteiro, que seria enviado para Maceió com a missão de prender alguns figurões da política alagoana. (Barros, 1989, p. 51).

O problema começou a se agravar quando em 15 de fevereiro foi divulgado na **Gazeta de Alagoas** um plano de elementos vindos do Rio de Janeiro que tinha como objetivo a subversão da ordem para provocar uma intervenção federal em Alagoas. O chefe de polícia assegurou que estava tudo sob controle e que iria atuar rigorosamente para apurar o fato. Dando procedimento às investigações, foram chamados a depor os irmãos Romeu de Avelar e Delorisano de Moraes, que eram diretores do jornal de oposição **A Imprensa**. Temendo o pior, Silvestre foi em socorro dos correligionários e pretendia levá-los para o Hotel Boa Vista até encontrar uma solução para o problema; no entanto, ao chegar ao local, encontrou um batalhão da Guarda Civil, comandado por Alfredo de Sampaio. Foi nesse momento que as coisas começaram a se agravar.

Segundo Antonio Góes, o candidato Silvestre tentou apaziguar a situação, ocasião na qual tentaram lhe alvejar, com um tiro partido do meio da polícia, enquanto um investigador de nome “Baiano” lhe apontava uma arma. O candidato repeliu a agressão também disparando sua arma. Em seguida um cerrado tiroteio foi iniciado. Ao lado do candidato oito correligionários o apoiavam. Cessado o tiroteio, chegando à sacada de seu apartamento o candidato viu que seu irmão e Chefe de Polícia estava ferido, e segundo ele teria sido alvejado por seus próprios policiais. (BARROS, 1989, p. 58).

As atrocidades desse dia ainda não se encerraram neste episódio. Depois de Edgar de Góes Monteiro se retirar para cuidar de seus ferimentos, dois correligionários de Silvestre Péricles, Rodolfo Lins e Adauto Viana, foram em direção ao 20º B.C. solicitar garantias de segurança ao candidato do PNA e seus correligionários que se encontravam situados no Hotel Bela Vista. No entanto, ao saírem do 20º B.C e se dirigirem ao Palácio do Governo, seu carro foi metralhado em frente à Chefatura de Polícia. O fato levou Rodolfo Lins a óbito e Adauto Viana ficou gravemente ferido. Por duas vezes as forças policiais de Osman Loureiro tentaram invadir o hotel, mas foram repelidas pelos partidários de Silvestre. A situação de risco persistiu até a chegada do 20º B.C. (BARROS, 1989, pp. 58/59).

Assim chegava ao fim o curto período da paz política promovida pela política de “São Patriotismo”. As atitudes no Hotel Bela Vista renderam consequências graves para Osman Loureiro, que teve de se afastar da Interventoria. Esta ficou temporariamente nas mãos de Edgar de Góes Monteiro, até a chegada do major Benedito Augusto, a fim de garantir as eleições de 1935. Para Silvestre Péricles, a consequência foi o indiciamento e a prisão preventiva – dele e de mais 22 correligionários. Já ao general Góes Monteiro, os atos do dia 7 de março de 1934 lhe custaram a cadeira ministerial, pois Vargas

aceitou seu pedido de exoneração da Pasta de Guerra e escolheu para substituí-lo o general João Gomes Ribeiro. Foi nesse clima de incertezas políticas que Alagoas caminhou para as eleições do dia 27 de maio de 1935. Como resultado, a vitória esmagadora para governador de Osman Loureiro; para o Senado foram eleitos Manuel de Góes Monteiro e Pedro da Costa Rego.

Nesse momento conturbado de Alagoas, nacionalmente a AIB vinha se destacando como uma força política; na Terra dos Marechais, essa situação não era diferente. Os camisas-verdes se faziam presentes no estado, e enquanto na capital as grandes disputas se davam entre PNA e PRA, nos interiores alagoanos a disputa era mais pluripartidária, já que além dos dois grandes rivais da capital encontram-se registros de outras legendas partidárias, a exemplo do Partido Progressista de Alagoas (PPA), da AIB/AL e da Liga Eleitoral Católica (LEC)³². Essas legendas se destacaram em alguns interiores alagoanos e influenciaram os fatos ocorridos em 1935, diferenciando-se, portanto, da história da capital.

³² Documentação da Ação Integralista Brasileira – Núcleo Provincial de Alagoas. Faz uma avaliação dos partidos vitoriosos em algumas cidades do estado nas eleições de 1935.

2 – Ação Integralista Brasileira em Alagoas: a extrema direita da Zona a Mata ao Sertão

2.1 O Integralismo, sua Formação e Atuação em Alagoas

A vitória de Osman Loureiro para o Governo do estado não trouxe apenas a derrota para seu rival Silvestre Péricles, mas sim o fracasso do general Góes Monteiro, o enfraquecimento do idealizador da “Política cartucho de São Patriotismo” e a fragilidade nas alianças com os Góes Monteiro. Mas antes da eleição de Osman Loureiro, as ações políticas estiveram voltadas para o processo eleitoral estadual que ocorreu no dia 14 de outubro de 1934. Neste, várias legendas se mobilizaram; existia certa euforia, pois era a primeira eleição direta pós “Revolução” de 1930.

Entre esses grupos partidários estava em construção um que já não era novidade no país, no entanto, em Alagoas dava seus primeiros passos rumo à eleição de seus candidatos. Esse grupo era a AIB, formada por um grupo de jovens que buscavam trazer os ideais do Sigma para Alagoas. Esse movimento conseguiu em menos de quatro anos de existência se difundir por mais de 28 municípios do estado. Por isso, conhecer a AIB em Alagoas é o objetivo das páginas seguintes.

Um ano após a Revolta Paulista de 1932, o país estava em ebulição para as eleições da Constituinte; as dificuldades eram grandes, mas o Brasil necessitava de uma nova Constituição. Em Alagoas isso não era diferente. Na Interventoria, o capitão Afonso de Carvalho tentava angariar aliados para a fundação do PNA, e ao mesmo tempo, solicitava calma às classes conservadoras, pois estava trabalhando com orçamento muito baixo e precisava conter grandes custos. Foi nesse momento que um grupo de jovens alagoanos influenciados pelos discursos fascistas de Mussolini³³ e acreditando na “Revolução Espiritualista” de Plínio Salgado fundou os núcleos dos camisas-verdes na Terra dos Marechais. Tem início a história de um grupo político que teve forte relevância durante a década de 30 em Alagoas e foi injustiçado, pois com o passar do tempo foi esquecido nos calabouços da história de Alagoas.

Provavelmente no dia 20 de agosto de 1933 foi fundado em Maceió o Núcleo Provincial Integralista (N.P.I.), que tinha como sede o Edifício Perseverança e Auxílio,

³³ Já vimos que Afrânio Lages fazia referência à grandeza de Mussolini em seus artigos escritos no “Jornal de Alagoas”.

localizado na rua João Pessoa³⁴. Foi ali que Plínio Salgado lançou a pedra fundamental do integralismo em Alagoas. Com toda a majestade de sua arquitetura o Edifício Perseverança e Auxílio (Anexo II) abrigou as diversas manifestações integralistas na capital alagoana, entre elas as comemorações do aniversário de um ano da instalação do Núcleo Provincial, no dia 20 de agosto de 1934. A festividade contou com a participação de quase todos os integralistas de Alagoas, que por volta das vinte horas fizeram um desfile pelas principais ruas da capital, tendo na frente da comitiva o Chefe Provincial, Afrânio Salgado Lages. Após a reluzente caminhada verde, as comemorações tiveram prosseguimento na sede provincial, onde se encontrava um grande número de famílias e pessoas interessadas naquele belo evento. Diante da plateia admirada, a ala integralista soltou três “anauês” para o chefe nacional, Plínio Salgado. A sessão comemorativa foi descrita pelo **Jornal de Alagoas**, que apresentou alguns fatos do evento:

Tomou lugar à mesa o Chefe Provincial Dr. Afrânio Lages, ladeado de suas casas civil e militar. Abrindo a sessão o Dr. Afrânio Lages fez uma brilhante dissertação alusiva à data, lembrando que, naquela mesma sala, há um ano atrás, o Chefe Nacional Plínio Salgado falara ao povo alagoano lançando a pedra fundamental do integralismo em Alagoas. Tomou a palavra o Dr. Mario Marroquim, Diretor do Departamento de Publicidade, que falou do integralismo em face do Estado corporativo. Foi substituído na tribuna pelos integralistas Oswaldo Veloso, Reis Vidal, Aracy Macedo, Aluysio Rossiter, Salustiano Cavalcanti e Claudio Peixoto. Todos falaram sobre o credo integralista. Após falar o último orador, o Chefe Provincial encerrou a sessão, concitando a mocidade alagoana a engrossar suas fileiras, concorrendo assim para a mais rápida e cabal vitória do integralismo. Feito o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional por um novo companheiro, foi encerrada a sessão sob a entoação do Hino Nacional, tendo sido batida uma chapa fotográfica.³⁵ (JORNAL DE ALAGOAS, 23 de agosto de 1934, p. 3).

O integralismo não teve grande dificuldade para se expandir em território alagoano; os grandes problemas do movimento eram financeiros e isso propiciou para o fechamento de alguns núcleos. No entanto, enquanto em algumas cidades os seguidores do Sigma sentiam dificuldades em manter seu grupo ativo, em outras esse problema não existia, pois Alagoas contou com núcleos integralistas com mais de 500 membros inscritos.³⁶

³⁴ Atualmente o edifício é um anexo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL e a rua João Pessoa é também conhecida como rua do Sol.

³⁵ Até o presente momento não foram encontradas as documentações referentes aos discursos dos integralistas na sessão comemorativa, nem a fotografia citada no jornal.

³⁶ O núcleo de São José da Lage tinha um grupo de 510 membros inscritos, com 430 ativos.

Na batalha contra o comunismo os integralistas tiveram papel fundamental, identificando membros e sedes que pregavam ideais subversivos. Os serviços eram de espionagem. Grupos integralistas vigiavam pessoas suspeitas de pregar os credos comunistas; caso suas atitudes ilícitas fossem confirmadas, eram denunciados para os chefes de polícia para que esses tomassem as medidas cabíveis. Porém os comunistas não eram os únicos inimigos da AIB-AL, pois o liberalismo também era alvo de fortes críticas, sendo apontado como um sistema falido. Assim, sua funcionalidade para o Estado, seu discurso focado em símbolos e conceitos cristãos e a descrença gerada pela crise de 1929 tornaram a AIB-AL uma possibilidade para a “salvação” de Alagoas.

Mas em 1937, nas vésperas da promulgação do Estado Novo, a repressão atingiu a todos, inclusive os integralistas. No município de Capela a batida do “martelo” foi mais forte. Nessa pequena cidade alagoana, vários camisas-verdes foram detidos e sofreram ameaças. As atitudes violentas do Estado provocaram uma série de afastamentos de alguns membros integralistas. Desta maneira, entre altos e baixos Alagoas presenciou os ideais do Sigma surgirem, crescerem e desaparecerem.

A Terra dos Marechais parecia um local fértil aos ideais dos integralistas, pois dispunha de um corpo de trabalhadores urbanos e rurais, ideais religiosos muito fortes e uma elite conservadora propensa aos ideais da extrema direita. Precisava, portanto, de uma organização política forte que pudesse colocar em prática a política de sindicalização do governo de Vargas, sem que o grupo patronal e essa elite sofressem riscos. Foi percebendo esse campo pouco explorado e aproveitando a situação de incerteza gerada pela crise de 1929 que os olhos integralistas se voltaram para Alagoas e aqui construíram uma curta, mas relevante história.

Os núcleos integralistas tinham como matriz o Núcleo Nacional, que era o poder máximo do integralismo. Este se expandia pelos núcleos provinciais, que representavam a autoridade máxima em cada estado, e cada núcleo provincial tinha sob os seus cuidados e tutela os núcleos municipais, distritais e rurais. Cada núcleo possuía várias secretarias para auxiliar nos trabalhos; o número de secretarias variava de acordo com o número de membros e o tamanho do núcleo. Na verdade, o chefe provincial era como um governador integralista, e os chefes municipais eram como prefeitos, tendo de prestar contas ao governador e ao presidente (chefe nacional).

Os grandes centros tinham como principais secretarias a Secretaria da Corporação, Secretaria da Propaganda, Secretaria da Finança, Secretaria da Imprensa, Secretaria de Estudo, Secretaria de Assistência Feminina e Pliniana, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Cultura Artística e Secretaria de Educação³⁷. Cada órgão ficava sob a chefia de um secretário, que organizava as atribuições do seu setor. Algumas dessas secretarias possuíam uma representatividade maior; isso variava de acordo com o núcleo. A Propaganda tinha de ser trabalhada da seguinte maneira: 1º) deveria ser intensa, 2º) sistematizada e comandada e 3º) ser dirigida para a conquista de elementos dinâmicos, revolucionários e formadores de massas. Assim, a propaganda era para a AIB uma das atividades de extrema importância e uma das maneiras de trazer para as fileiras integralistas novos seguidores.

A propaganda é a ação sobre o exterior, sobre o elemento não integralista. como a conquista desse elemento deve ser a nossa preocupação ininterrupta e diária, a propaganda deve, pois, ser diária. Quando um núcleo não está propagando o integralismo está faltando com o seu dever máximo. Todo núcleo deve ter bem organizado seus ficheiros, pois sede e fichários valem muito quando levam propaganda, para a agitação de problemas na cidade e nos municípios. (PLANO DE AÇÃO DO NÚCLEO PROVINCIAL DE SÃO PAULO, 17 de fevereiro de 1935, p. 3).

Influenciada pela política de sindicalização do governo varguista e baseada na concepção corporativa, surgiu outra atividade de destaque no movimento integralista: a valorização da organização sindical. Mas não bastava o indivíduo participar ativamente da sindicalização, pois sua função ia além, já que o “credo verde” deveria ser pregado no grupo sindical para atrair aliados ao integralismo. Aquelas regiões onde não existiam organizações sindicais deveriam ser ocupadas pelos integralistas. A ideia era manter as organizações trabalhistas sob a ótica integralista e afastar a classe trabalhadora dos pensamentos subversivos que pairavam sobre o Brasil.

Nenhum integralista deve ficar fora de seu sindicato. Onde houver sindicato organizado o Chefe Municipal promoverá a entrada nele dos trabalhadores integralistas do grupo. Isso será uma das exigências iniciais para o fichamento dos novos integralistas. Será a ala verde no campo sindical. Onde não houver sindicato se promoverá a criação de um, dentro das leis sindicais do país, agrupando os trabalhadores integralistas e não integralistas e fazendo com que nossos companheiros assumam a direção. (DETERMINAÇÃO DA C.P. PARA O C.M. MACEIÓ, 1936, p. 1).

³⁷ Essa seleção de secretarias tem como base o Núcleo Provincial de São Paulo após a posse do novo chefe provincial: Jehova Motta, em 15 de fevereiro de 1937. No entanto, é possível encontrar outros tipos de secretarias em vários núcleos, como, por exemplo, Secretaria de Operação Política, Secretaria de Polícia, entre outras.

Alagoas ainda “engatinhava” com relação a essas organizações sindicais; em vários telegramas trocados entre a direção do partido integralista e algumas secretarias, essa situação de imaturidade sindical é constatada. Assim, cidades como Pilar, São Luís do Quitunde e Flexeiras são citadas nas documentações. Pilar era território de uma grande fábrica têxtil do estado, a Fábrica de Fiação e Tecido Pilarense, e chamava a atenção dos integralistas por apresentar um corpo operário urbano pronto para ser “domesticado” pelos ideais do Sigma. Percebendo isso, os integralistas buscaram novos militantes nesse território pouco explorado.

Para organizar melhor esse processo de sindicalização, Afrânio Lages resolveu “resgatar” das fileiras comunistas Euclides de Andrade³⁸ e deu-lhe o cargo de secretário-geral do Centro Operário Integralista (SGCOI). Este órgão tinha a função de trabalhar na organização sindical dos trabalhadores; seus principais inimigos foram os comunistas e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Essa secretaria atuou contra greves, comícios que combatiam o integralismo, candidaturas indesejadas e grupos adversários. A pouco menos de um mês das eleições de outubro de 1934, constava num de seus relatórios as atividades de seus rivais em alguns municípios do estado: “Companheiros! A União domingo passado distribuiu várias caravanas pelo interior do estado, e o resultado foi negativo. Em Rio Largo, foram vaiados e até apelidados; em São José da Lage, foi preciso garantir auxílio à polícia para o regresso; e, por fim, no Pilar, foram decepcionados (sic)” (RELATÓRIO DA SGCOI, MACEIÓ, 19 de setembro de 1934, p. 1). Segundo o relatório da SGCOI:

Em 5 de setembro de 1934 tentei fracassar uma greve, sendo bem-sucedida minha tentativa; 6 de setembro: procurei me entender com vários companheiros do Pilar acerca de um comício que iria ser realizado contra a Ação Integralista, e graças a este entendimento o tal comício fracassou. No dia 7 de setembro fui a São José da Lage tentar destruir outro comício que também se organizava naquela cidade com o mesmo caráter anterior. Sendo pela segunda vez bem-sucedido. (RELATÓRIO DA SGCOI, MACEIÓ, 20 de outubro 1934, p. 1).

Em 1934, o secretário do Departamento Municipal de Organização Política (DMOP) do núcleo da cidade do Pilar escreveu para seus superiores que em sua

³⁸ Euclides Araújo era membro do Partido Comunista Brasileiro(PCB) e era o orador oficial da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Em 1934, quando foi recrutado pelo integralismo, teve de se desligar dos vermelhos e renunciar ao cargo na organização sindical. Foi um forte opositor da UGT e do PCB.

pesquisa tinha encontrado naquela cidade duas organizações classistas, eram elas: Fraternidade e Instrução dos Caixeiros do Pilar: beneficente das classes laboriosas do Pilar e Fábrica Fiação e Tecido Pilarense, ambas sem relação alguma com a UGT. Isso permitiria uma atuação mais contundente dos integralistas naquele município, tendo em vista que seus inimigos não haviam consolidado seus ideais naquela região.

O que fazia da UGT um risco para a AIB? Em 1934 a UGT estava presente em Alagoas e representava para os integralistas e os grupos conservadores do estado uma ameaça à ordem social e à organização sindical; seus líderes eram considerados anarquistas e “enganadores” da classe operária. A situação se agravou para os camisas-verdes quando seus adversários se aliaram à Liga Contra a Guerra e o Fascismo, e no dia 4 de setembro de 1934 organizaram uma greve que teve como consequência o fechamento do sindicato da Força e Luz e o sindicato dos Gráficos foi impedido de realizar sua última sessão.

A UGT era acusada de ser uma sociedade organizada fora das leis sindicais e, por esse motivo, não era reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Assim, os integralistas e outras forças conservadoras de Alagoas trabalhavam com a ideia de criar uma Frente Única contra a UGT³⁹. O secretário afirma também existir um sindicato da Fábrica Têxtil Pilarense, reconhecido no Ministério do Trabalho; no entanto, este se encontrava extinto, devendo os integralistas atuar na reconstrução desse grupo sindical. Assim, aquela cidade se encontrava com um forte grupo operário que precisava ser moldado sob a ótica integralista.

³⁹ Em 11 de setembro de 1934 foi publicado em um jornal (de nome desconhecido) um artigo em oposição a União Geral dos Trabalhadores. Esse artigo aparece assinado por outra organização sindical, o Centro Operário de Alagoas, que tinha uma orientação integralista. Nesse documento consta: “Façam uma frente única contra a maldita União Geral dos Trabalhadores, que tendo à frente elementos anarquistas, vive atraído os operários, projetando greves em momentos inoportunos.” (DOCUMENTO AVULSO, Maceió, 11 de setembro de 1934). É preciso tomar cuidado com o termo anarquistas citado no artigo, pois a expressão usada pelo autor não identifica os líderes da UGT como membros do movimento anarquista, mas sim como anarquistas, por tumultuarem reuniões e organizarem greves; ou seja, o termo é usado no sentido pejorativo da palavra. O elemento que reforça isso é a citação dos nomes dos candidatos da UGT que iriam disputar as eleições municipais daquele ano. “Querem apresentar os nomes do Dr. Basbaum e do Dr. Esdran Gueiros como candidatos do operariado. Esses burgueses não podem estar na chapa das classes trabalhadoras.” (DOCUMENTO AVULSO, Maceió, 11 de setembro de 1934). No que se conhece da história do movimento anarquista em Alagoas não há registros de alianças entre estes e a burguesia, nem participação desses grupos em eleições municipais. Segundo consta da própria documentação integralista, esses também eram os nomes dos candidatos do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na cidade de São Luís do Quitunde essa situação se apresenta igualmente como em Pilar, porém naquela região o levantamento identificou outros problemas além da simpatia de alguns dos trabalhadores à UGT:

Informo que nesse Município não existe associação de classe ligada à UGT, se bem que haja diversos elementos simpáticos àquela associação, elementos esses que têm alguma preponderância sobre os operários daqui. Pouco se tem feito em propaganda da sindicalização da classe operária; deve-se exclusivamente ao embaraço enorme que teremos de vencer, em vista da quase totalidade do operariado deste município ser composta de trabalhadores rurais e analfabetos. (RELATÓRIO DA SGOI, São Luís do Quitunde, 29 de outubro de 1934, p. 1).

A citação mostra uma estratégia integralista que era a de se infiltrar nos ambientes eleitorais não integralistas, perceber quais elementos tinham influência no meio eleitoral daquela cidade e dessa forma trazê-los para o integralismo. O analfabetismo desses trabalhadores rurais incomodava os integralistas, pois aqueles não representavam força de voto; assim, era preciso agir para que esse problema fosse resolvido. Mesmo não tendo a eleição como um foco principal, os integralistas acreditavam, baseados na “Revolução Espiritualista” de Plínio Salgado, que isso só seria possível com um grupo intelectualizado, e portanto era preciso ter na base do movimento militantes que pudessem no mínimo ler algumas linhas do Manifesto de 1932.

Para solucionar o problema do analfabetismo entre os trabalhadores, o integralismo tinha como obrigatoriedade de seus núcleos manter uma escola de alfabetização para adultos. Essa era uma campanha nacional e bastante aplicada em Alagoas. O objetivo era a alfabetização dos trabalhadores, que levava ao aumento do número de votos para os integralistas. Divulgava-se para a sociedade que os seguidores do Sigma eram também artífices da construção cultural do Brasil. Essa discussão era tão presente no movimento integralista que em 1º de janeiro de 1937, período em que os partidos políticos do Estado se organizavam para as eleições do ano seguinte, ocorreu um congresso municipal da Ação Integralista em Alagoas⁴⁰. Uma das teses apresentadas naquele encontro foi:

⁴⁰ Em 1935 ocorreu na cidade de Penedo um congresso municipal da AIB, o Congresso de São Francisco, sendo aí tomadas determinações para os núcleos integralistas de Alagoas. “No dia 4 de novembro de 1935, Salustiano de Albuquerque, que era Chefe de Gabinete do Departamento Provincial de Polícia, chefiado por Milton Rodrigues, endereça uma correspondência para Aloísio Rossiter, Chefe Municipal de

Em cada núcleo deve ser criada uma escola de alfabetização de adultos. Isso não só facilitará a inscrição eleitoral como dará uma demonstração do nosso programa cultural, pois o integralismo é um movimento de educação, antes de ser um partido político. (TESES DO CONGRESSO MUNICIPAL INTEGRALISTA, MACEIÓ, 1 de janeiro de 1937, p. 2).

O processo de formação intelectual do sujeito era algo que chamava a atenção dos camisas-verdes, pois o enxergavam além das vias eleitorais. Tendo em vista a doutrina domesticadora dos movimentos autoritários, esse processo educacional tinha grande relevância, já que a disciplina, o espírito patriótico, o anticomunismo e os preceitos cristãos aos integralistas deveriam ser ensinados desde pequeno, para aqueles brasileiros que tivessem a “sorte” de tê-los. Cabia à Secretaria Provincial de Assistência Social (SPAS) a função de organizar um centro educacional para a comunidade.

A concepção de educação integralista estava baseada em uma tríade: Deus, Pátria e Família. Essa ideia de educação integral não ficou apenas nos planos integralistas; na década de 1930, o Brasil passou a reproduzir um modelo educacional que se assemelhava muito com o projeto pedagógico fascista⁴¹. E a preocupação desse processo educacional não ficava apenas com os discentes, pois os docentes também representavam a engrenagem impulsionadora dessa máquina. Assim, os educadores tinham de provar seu “valor religioso, patriótico e moral, pois eles representavam a disciplina da consciência, o modelador do caráter e formador de homens do futuro, soldados da cruzada da fé e da pátria” (ALMEIDA, 2001, p. 55). Em Alagoas, as escolas integralistas geralmente ficavam sob os cuidados do departamento feminino.

Para se manterem próximos da comunidade, os núcleos integralistas em Alagoas usavam festividades para expandir o “credo verde”. Funcionavam como mais um trabalho de assistência social, buscando na atuação sobre os desamparados uma possibilidade de mostrar o lado “caridoso” do movimento e, ao mesmo tempo, atrair

Maceió – e deve ter remetido a todos os núcleos –, solicitando duas pessoas para o serviço secreto durante o Congresso de São Francisco. Era para zelar pela segurança de Plínio Salgado.” (ALMEIDA, 2013, p. 178).

⁴¹ Sobre isso, ver ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo, 2001.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Educação e Integralismo: um estudo sobre estratégias de organização da Ação Integralista Brasileira – AIB (1932-1937)*. São Paulo, FEUSP, 1995. Tese de doutoramento. COELHO, Lígia Martha C. da Costa. *Integralismo, anos 30: mais uma concepção de educação integral?* Aracaju, Anais do VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2003. *Educação integral e integralismo, anos 30: a vez (e a voz) dos periódicos*. Curitiba, Anais do III Congresso Nacional de História da Educação, 2004.

seguidores para a bandeira do Sigma. Essas festividades contavam com o apoio da Igreja Católica e geralmente se concentravam nos festejos religiosos. Alguns desses eventos foram o Natal dos Meninos Pobres e o São João dos Pobres.

Em 1936, devido a uma série de obrigações do núcleo provincial de Alagoas, o Natal das Crianças Pobres não pode ser organizado; assim, para não faltar com o serviço de caridade perante a comunidade e principalmente com a Chefia Nacional, os integralistas alagoanos decidiram organizar o São João dos Pobres. Essa cerimônia consistiu na distribuição de donativos para pessoas necessitadas e foi organizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e pela Secretaria Municipal Feminina (SMF).

Para a realização do evento, o movimento contava com donativos obtidos em quermesses, leilões e outras atividades que pudessem ampliar o capital acumulado. Todo o dinheiro acumulado nessas arrecadações era remetido à Secretaria Provincial, que junto com a Secretaria Municipal de Finanças (SMF) o distribuía entre os núcleos municipais, para que estes fizessem a compra dos materiais destinados aos pobres. A divulgação desse evento ficou por conta da Secretaria Municipal de Propaganda (SMP), que usou o jornal **A Província** para executar essa função. O evento estava marcado para a véspera das comemorações do dia de São João.

Para cumprir com o ideário religioso, a AIB usava citações cristãs visando manter as atividades do movimento dentro da tríade “por Deus, pela Pátria e pela Família”:

“Quem dá aos pobres empresta a Deus.” Essa será a frase usada por todo aquele que tomar parte na bandeira de caridade, estender a mão em socorro do seu semelhante humilde. Uma grande obra de abnegação e justiça temos nós integralistas de realizar, e assim é bem necessário começarmos a trilhar essa estrada de lenitivo aos que sofrem. Como espiritualistas enxergamos e sentimos a dor do nosso próximo, e por isso, sem pejo nem egoísmo, lancemos mão à caridade pública pela humanidade. (INFORMATIVO DA SPAS, Maceió, 18 de janeiro de 1937, p. 1).

O Departamento de Assistência Social era o que mais se aproximava da comunidade, pois seus trabalhos de caridade aos desamparados permitia essa relação. Além dos trabalhos de educação e das festividades religiosas, os integralistas usavam essa secretaria para a disponibilização de assistência médica à sociedade. Em 1936 foi nomeado para a SPAS o Dr. Pedro da Cunha, médico não integralista que atendeu

gratuitamente em nome da AIB, fornecendo inclusive medicamentos a seus pacientes. Porém, em novembro, o Dr. Rocha teve de se mudar para o sul do país; mesmo assim, ainda atendeu algumas pessoas recomendadas pela AIB.

Apesar desse grande desfalque, a SPAS não ficou desamparada, pois desde setembro daquele ano o chefe provincial de Sergipe, Aguinaldo Celestino, estava em Alagoas como delegado do chefe nacional e deu funcionalidade a relevantes trabalhos no departamento de assistência social no estado. Iniciou a construção de um ambulatório para atender a população carente e disponibilizou seus próprios recursos para financiar a compra de uma mesa de cirurgia.

Em janeiro de 1937, a SPAS tinha como metas para o primeiro semestre de 1937 as seguintes medidas referentes à saúde: 1º) concluir os trabalhos da construção do ambulatório; 2º) nomear um médico para atender os necessitados que recorrerem à AIB; 3º) manter uma farmácia com medicamentos solicitados a vários laboratórios do país e comprar alguns no laboratório Raul Leite. Como solução para esses planos os integralistas pretendiam usar a arrecadação de donativos para o primeiro item; ao segundo, nomeariam um companheiro médico para assumir os trabalhos de atendimento; e quanto ao terceiro item, ficou definido que após a nomeação do médico, seria enviado um ofício, assinado pelo médico nomeado, para os principais laboratórios do país com a solicitação de medicamentos.

Como se percebe, as SMAS eram uma forma de fortalecer a propaganda dos integralistas, já que, com as festividades e a arrecadação de donativos para auxiliar os pobres, eles não só pregavam seus ideais cristãos, como também mostravam que ao lado dos camisas-verdes ninguém passava necessidade nem ficaria desamparado.

Pela assistência social a propaganda deve ser feita por meio de visitas domiciliares aos necessitados, a fim de socorrê-los moral e materialmente; serão organizados festivais para angariar donativos destinados à aquisição de medicamentos, alimentos e vestuário, que serão distribuídos entre aqueles cuja situação precária esteja realmente comprovada. (TESES DO CONGRESSO MUNICIPAL INTEGRALISTA, Maceió, 1 de janeiro de 1937, p. 2).

O Departamento de Propaganda também era de fundamental importância para a disseminação do “credo verde” em Alagoas, já que era dele o trabalho de convencimento das comunidades para aderirem à AIB. Desse modo, além da caridade

praticada pelas SMAS, as Secretarias Municipais de Propaganda (SMP) apresentavam o integralismo nos municípios do estado, sendo para isso era seguido um roteiro: a) o uso obrigatório de camisas verdes em festividades públicas, nos dias de feiras na cidade, principalmente em atos religiosos e em qualquer outra solenidade de caráter parecido; b) a organização de bandeiras que percorressem os interiores dos municípios e com linguagem acessível pregassem a doutrina do Sigma – as escolas de alfabetização de adultos também eram parte da propaganda verde; c) a difusão de jornais, revistas, livros e até mesmo boletins e avisos eram recursos para essa secretaria; d) a anexação, nas vias mais movimentadas, de cartazes e letreiros que tratem do movimento integralista; e) a organização de conferências, culturais e doutrinárias, em linguagem ao alcance intelectual da população ouvinte; f) a organização de um clube esportivo e de outras diversões que tivessem o caráter integralista; g) nos estabelecimentos de membros integralistas deveria haver papéis de embrulho e etiquetas com o símbolo integralista; h) trabalhar na expansão dos núcleos rurais; i) propagandear os ideais integralistas nas palestras familiares e em qualquer outro meio social, pois não se deveria perder nenhuma oportunidade de fazer aliados; j) fazer alusão nas correspondências ao integralismo ou à AIB como a ressurreição da pátria; l) fazer a saudação integralista em qualquer lugar, vestindo qualquer roupa, pois o entusiasmo da saudação exibiria ao público a fé na doutrina integralista, e assim asseguraria adeptos em maior número para a Ação Verde.

A década de 1930 é marcada por um surto econômico industrial. Alagoas não ficou isenta a esse processo, pois desde o final do século XIX e início do século XX, as fábricas chegaram ao estado (Anexo III). As matas alagoanas serviam de combustível para as caldeiras das máquinas; as linhas férreas e as lagoas eram a “Via Ápia” nordestina para os transportes das mercadorias, e as antigas comunidades ribeirinhas cederam a mão de obra para essas indústrias. Assim, o operariado urbano se consolidava cada vez mais, da capital ao interior, e isso não passava despercebido pelos partidos políticos, que enxergavam nessa situação uma possibilidade perfeita para aumentar seu número de eleitores.

Sob essa ótica a AIB não era diferente, e buscou nesses centros industriais de Alagoas um espaço para propagar suas ideias. Os integralistas se espalharam por Pilar, Fernão Velho, São Miguel dos Campos, Rio Largo, Saúde e Penedo. O que essas cidades e bairros tinham em comum? Todas possuíam no mínimo ou tinham possuído

uma fábrica têxtil com um grande grupo de trabalhadores que poderiam integrar as fileiras integralistas. A sindicalização era uma bandeira defendida pelos seguidores do Sigma; para se aproximar dos trabalhadores, contavam ainda com o Centro Operário Integralista (COI)⁴², que ficou sob o comando de Euclides Alves de Andrade, no cargo de secretário-geral, para organizar esses sindicatos. Em 30 de outubro de 1934, o secretário-geral da COI assim escreveu para os diretores dos centros industriais alagoanos:

O Centro Operário Integralista, desejando realizar conferências doutrinárias em todos os núcleos industriais desta província, não só como divulgação do seu programa altamente elevado, como também em benefício do trabalhador alagoano, vem solicitar a V. S. marcar um lugar, dia e hora para o Centro levar a efeito a conferência nesse núcleo industrial. (CARTA DO SECRETÁRIO GERAL AOS INDUSTRIAIS, Maceió, 30 de outubro de 1934, p. 1).

Essa carta foi endereçada ao Sr. Arthur Machado, que era o diretor da União Mercantil de Fiação e Tecidos, fábrica de Fernão Velho. Porém, no mesmo documento, Euclides de Andrade fez a observação de que essa mesma solicitação tivesse cópias enviadas para Alfredo Peixoto, diretor da Fábrica Alexandria em São Miguel dos Campos, Eduardo Silva, diretor da Fábrica Pilarense, Abelardo Lopes, representante da Fábrica São Miguel, e Gustavo Paiva, diretor das fábricas de Rio Largo, Progresso e Alagoana. Desta maneira, os integralistas buscavam no meio urbano fortalecer as relações com a classe operária têxtil, que ainda engatinhava em Alagoas, embora já representasse uma força econômica e política no estado.

Assim, com o apoio das secretarias, os trabalhos de assistência social, o objetivo de sindicalização da classe trabalhadora e a política educacional, os integralistas foram consolidando espaços na sociedade alagoana que renderam para esse grupo vitórias. Estas se estenderam desde a sabotagem às atividades de seus rivais até conquistas eleitorais como os cargos de deputado estadual, vereadores e até de prefeito de alguns municípios alagoanos.

⁴² Esse centro tinha por fim organizar as classes trabalhadoras do estado de Alagoas em sindicatos moldados pelos princípios integralistas. Uma das investigações iniciais desse departamento foi sobre qual a relação dos sindicatos alagoanos com a UGT.

2.2 OS NÚCLEOS INTEGRALISTAS DE ALAGOAS: São Luís do Quitunde e outras histórias

Alagoas foi “prestigiada” com a presença integralista a partir de 1933, depois da fundação do núcleo provincial, porém era preciso espalhar-se por todo o estado, para assim cobrir o maior número possível da Terra dos Marechais com o verde integralista. Para isso, os núcleos municipais foram fundamentais, e entre as várias sedes integralistas podemos destacar um desses núcleos municipais, o de São Luís do Quitunde. Essas terras que tinham sido habitadas por índios e exploradas pelos holandeses foram, na década de 1930, cenário das atividades integralistas em Alagoas.

Em uma festiva solenidade na cidade de São Luís do Quitunde, Afrânio Lages com mais 27 companheiros, entre secretários e milicianos, conduziram a sessão de inauguração do núcleo municipal de São Luís do Quitunde, e assim, em 19 de junho de 1934, a AIB chegava oficialmente a essa cidade. A sessão de instalação do núcleo municipal ocorreu no prédio do Cineteatro São Luís. A sede do interior alagoano já contou com a inscrição de 13 membros no dia de sua inauguração; todos fizeram o juramento ao chefe nacional. As reuniões eram realizadas semanalmente, e o dia escolhido para tais encontros era o domingo, a partir das 19h30. A disciplina dos integralistas pode ser constatada pela seguinte observação: “Até hoje, apenas em dois domingos não foram realizadas as sessões previstas” (RELATÓRIO DO CHEFE MUNICIPAL, São Luís do Quitunde, 23 de fevereiro de 1935, p. 1).

Após um ano de existência, o núcleo de São Luís do Quitunde contava com 83 integralistas registrados em sua sede. O número de camisas-verdes na cidade se mostrava bem relevante e seu ingresso no movimento se deu da seguinte forma: no mês de julho inscreveram-se 28 pessoas; em agosto o número chegou a 21 novos membros; outubro contou com seis; em novembro, um acréscimo de 14 novos membros; porém em dezembro e janeiro não ocorreu nenhuma nova inscrição. A diretoria do Núcleo do município atribuiu tal fato às propagandas negativas feitas por adversários do movimento integralista que pretendiam enfraquecer os seguidores do Sigma para as eleições de outubro de 1935:

O motivo principal de não ter havido inscrições nos últimos dois meses foi uma certa campanha de descrédito movida por alguns elementos facciosos, de espírito impatriótico, sem ideal, que, criticando a atitude do integralismo nas eleições de outubro, nessa província, vomitaram fortes ataques a nossa doutrina. Esperamos, porém, destruir essa infeliz campanha. O efetivo do

núcleo é de 71 integralistas, em virtude de ter havido 12 exclusões em diversos meses. (RELATÓRIO DO CHEFE MUNICIPAL, São Luís do Quitunde, 23 de fevereiro de 1935, p. 1).

Em novembro do mesmo ano, esse núcleo já contava com 180 inscritos. A chefia do núcleo de São Luís ficou sob os cuidados do Sr. Abel Lima, que ocupava o cargo desde a fundação da sede municipal. De 19 de dezembro de 1934 até 10 de fevereiro de 1935, essa chefia esteve nas mãos de José Carneiro, pois Abel Lima teve de se afastar do cargo⁴³. Em 1935 o núcleo não apresentava uma condição financeira negativa, o que permitiu saldar todas as dívidas referentes às compras de mobílias para a sede.

Por se tratar de um núcleo numa cidade rural, ressalta a sua diretoria o seguinte: “Sendo o núcleo composto, em sua maioria, de pessoas de humilde condição social, julgamos estar a mesma em situação financeira que não merece censura, embora tenhamos a observar que algumas despesas efetuadas nos primeiros meses de sua fundação ocorreram por conta de um dos companheiros” (RELATÓRIO DO CHEFE MUNICIPAL, São Luís do Quitunde, 23 de fevereiro de 1935, p. 2). O núcleo se encontrava com a receita de 5:083\$000 e tinha despesas que somavam 5:036\$000, verificando-se assim um saldo de 47\$000. Mesmo assim, Abel Lima em 24 de outubro de 1934 escreve ao SDOP, mais exatamente, ao Sr. Carloman Carneiro, sobre as dificuldades que o núcleo vinha encontrando para custear algumas despesas com material de propaganda e auxílio financeiro na campanha integralista:

Consegui com um esforço brutal fundar o núcleo municipal de São Luiz do Quitunde, tendo sido obrigado a ter despesas muito acima das minhas forças e possibilidades. Imagino que saiu do meu bolso, até a data de hoje, cerca de 2:00\$000. Ultimamente me vi em uma situação um bocado triste: fui obrigado a levar o fato ao conhecimento de alguns companheiros. Felizmente estes se prontificaram a dividir as despesas que fossem aparecendo de agora em diante, o que aliás já sucedeu com a nossa ida a Barra de Santo Antônio e Maceió. Nesta última viagem as despesas foram divididas irmãmente entre quatro: eu e mais três. (CARTA DO CM PARA A SDOP, São Luiz do Quitunde, 24 de outubro de 1934, p. 1).

A propaganda integralista no município era intensa; só no primeiro ano de existência desse núcleo foram organizados três comícios e duas bandeiras que visitaram povoados de São Luís do Quitunde. Além dos comícios e das bandeiras, a propaganda integralista era efetuada através da panfletagem realizada nas ruas. Os desfiles

⁴³ O motivo do afastamento de Abel Lima é ainda desconhecido.

periódicos pela cidade também eram uma forma de apresentar ao cidadão daquela região quem eram os integralistas, a força do movimento e seus ideais patrióticos e cristãos. Foi preciso muito trabalho para empolgar o povo do município com a ótica integralista, pois os defensores do Sigma não tiveram o apoio das elites locais.

Ao se perceber que os pequenos trabalhadores, dependentes desses grandes senhores, não se aproximariam do “Ideal Verde” sem certo fervor na sociedade, foram organizados comícios, as marchas integralistas, os trabalhos de assistência social, tudo com o intuito de promover o movimento na região. Em alguns casos essas atividades de apresentação do movimento integralista eram realizadas de forma muito simples; um exemplo disso ocorreu no município vizinho, Passo do Camaragibe, onde três integralistas do núcleo de São Luís foram espontaneamente a bater de porta em porta, distribuindo panfletos, boletins e convidando o povo a assistir a um dos rapazes falar. A sociedade respondeu ao chamado, e o jovem discursou por algumas horas, em cima do coreto da praça da Matriz, para uma multidão⁴⁴.

O Chefe Municipal salienta o fato de que o núcleo se encontra numa situação estável, porém faz uma ressalva quanto aos inimigos do integralismo na cidade:

Os nossos inimigos reconhecem que somos verdadeiramente idealistas e se espantam da nossa vitória, apesar da campanha derrotista, dos coronéis capitalistas e dos comunistas. Passadas as eleições, acredito que arregimentaremos uma porção de pessoas, embora de condições humildes. Prefiro assim, é o alicerce que estamos preparando cuidadosamente. (CARTA DO CM PARA A SDOP, São Luís do Quitunde, 24 de outubro de 1934, p. 1).

Mas em 1935 o núcleo municipal liderado por Abel Lima não estava tendo apenas experiências positivas, pois o relatório anual dessa sede menciona alguns problemas de indisciplina entre companheiros integralistas. A solução para casos de indisciplina entre os camisas-verdes era radical, pois, dependendo do grau de infração, o sujeito poderia ser afastado ou até mesmo expulso do movimento. Parece que essa segunda opção era a que pretendia utilizar o chefe municipal a seus companheiros infratores, já que, naquele ano consta no relatórios alguns casos de exclusão.

⁴⁴ A carta de Abel a Carloman, o chefe municipal, afirma que o resultado em Camaragibe só não foi mais produtivo porque faltaram materiais de propaganda do movimento, tendo em vista que o número de pessoas foi maior que o esperado. Desta maneira, é solicitado mais material de propaganda ao SDOP para, assim, continuarem a campanha naquele município. (Carta do Chefe Municipal de São Luiz do Quitunde, Sr. Abel Lima, para o SDOP, Sr. Carloman Carneiro, 24 de outubro de 1934, p. 1).

Uma das metas do núcleo nacional era aumentar o número de eleitores para a AIB, e para isso era aconselhada aos núcleos provinciais e municipais a criação de escolas de alfabetização para adultos. Seguindo essa ordem, em São Luís do Quitunde havia uma escola de alfabetização para adultos, comandada por duas mulheres integralistas, provavelmente representantes do Departamento Municipal Feminino. A escola primária contava com uma frequência de alunos que oscilava entre vinte e trinta pessoas. Além disso, o núcleo municipal contava ainda com uma biblioteca integralista – apesar de pequena, com apenas 36 volumes –, onde poderiam ser encontrados materiais bibliográficos para a instrução de novos membros sobre os ideais do Sigma. Entre essas obras encontravam-se obras de Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Custódio Viveiros, Affonso Arino de Mello Franco, Eduardo Prado, Obiano de Melo, entre outros.

Os integralistas alagoanos que eram escritores usavam o jornal **A Província** como fonte de sua propaganda, e informativos onde semanalmente eram publicados os acontecimentos nas reuniões ordinárias e solenes. O destaque referente ao município de São Luís do Quitunde deve ser dado à monografia de Abel Lima que foi publicada no periódico **A Província**. Este jornal, no dia 16 de julho de 1935, teve uma edição especial, em comemoração ao primeiro aniversário da sede daquela região. A documentação integralista se refere a esse texto como o estudo mais completo sobre esse município⁴⁵.

Esse núcleo municipal estava dividido nas seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Operação Política, que ficava sob o comando de Luiz Correia de Araújo; Secretaria Municipal de Propaganda, controlada por Josué Silva; Secretaria Municipal de Finanças, a qual tinha como secretário Alberto de Carvalho. Outros cargos eram ocupados na sede de São Luís, como o de secretário do Gabinete do Chefe, ocupado por José Lourenço de Monte, subcomandante do destacamento da Milícia, cujo encarregado era Cícero Feitosa.

No dia 31 de outubro de 1934, a AIB se expandiu para o povoado de Flexeiras. Nessa data foi fundado um núcleo distrital; a chefia desse núcleo ficou com Jayro Souza. Além de Flexeiras, Abel Lima conduziu uma bandeira para a cidade de Barra de

⁴⁵ Infelizmente, até o momento não tivemos acesso a esse texto. É importante salientar que em 1937 o núcleo municipal de São Luiz do Quitunde sofreu forte repressão pela política do Estado Novo e muito dos seus materiais foi destruído.

Santo Antônio, onde foi realizado um comício pelos integralistas com o objetivo de atrair seguidores ao credo do Sigma naquela região. Outra cidade visitada pelos integralistas liderados por Abel Lima foi Passo do Camaragibe, município vizinho que também contou com a realização dos comícios integralistas.

Fica evidente que o núcleo municipal de São Luís do Quitunde era o ponto de influência dos municípios vizinhos, a saber: Flexeiras, Barra de Santo Antônio e Passo do Camaragibe. No relatório anual à direção do partido, o chefe municipal afirma:

Foram, pelos integralistas do município (São Luís), realizados três comícios nessa cidade: um no povoado de Barra de Santo Antônio; um no povoado de Flexeiras, e um na cidade de Passo do Camaragibe. O Município foi visitado por três Bandeiras, todas de Maceió, e expediu seis, sendo duas para Maceió, a fim de tomarem os integralistas do município parte na concentração realizada em 16 de setembro de 1934, e nos festejos de 1º de maio de 1935, duas para Flexeiras, uma para Barra de Santo Antônio e uma para Passo do Camaragibe. (RELATÓRIO ANUAL DO CM, São Luís do Quitunde, 10 de novembro de 1935, p. 2).

As reuniões ocorriam na sede do núcleo e tinham o caráter de ordinárias, porém entre 1934 e 1935 foram realizadas sete sessões solenes em virtude dos seguintes acontecimentos: instalação do núcleo de São Luís do Quitunde, realização do congresso de Petrópolis, colocação na sede do núcleo central do retrato do chefe nacional, comemoração da data de descobrimento do Brasil, hasteamento da bandeira do Sigma, comemoração do aniversário de um ano do núcleo, festividade de comemoração da data de Independência do Brasil e a comemoração do terceiro aniversário do lançamento do Manifesto de Outubro de 1932. Outra sessão solene ocorreu no período das festas juninas, destinada à festividade para as pessoas carentes e à arrecadação de donativos. Essas festas eram uma maneira de expandir os ideais do Sigma, transformando a festa num ambiente político.

Outro modo de descontração encontrado para propagar os ideais do integralismo era a atividade esportiva. O integralismo tinha um modelo específico para a atividade física⁴⁶, e os núcleos se apropriavam de alguns espaços para exercer essa preparação.

⁴⁶ Segundo pesquisas recentes, sabe-se que a AIB tinha um plano de educação física para seus militantes que teria sido encabeçado por um de seus camisas-verdes, Francisco de Assis Hollanda Loyola, renomado autor da Educação Física em âmbito nacional, redator e diretor do primeiro periódico específico da área a partir de 1939 (revista "Educação Physica"), colaborador na constituição de métodos e programas de Educação Física para o Brasil. Havia participado efetivamente do integralismo, redigindo artigos e crônicas sobre Educação Física e esportes para o jornal oficial do movimento **A Offensiva**, além de atuar como mestre de campo da milícia integralista, criada em 1934, como diretor da Escola Technica de

Em São Luís do Quitunde o núcleo possuía um campo para a realização de “cultura física”, que media 150 metros de comprimento por 85 metros de largura. Nesse mesmo campo se encontrava delineado um campo de futebol.

A região de São Luís do Quitunde desde a sua exploração pelos holandeses, ainda no século XVII, teve sua economia baseada na cana-de-açúcar. Em 1934 os integralistas tentaram introduzir um novo produto na agricultura do município, o algodão. “A fim de introduzir no município a nova cultura, o núcleo conseguiu da inspetoria agrícola, de Maceió, duas toneladas de sementes selecionadas de algodoeiro e as distribuiu gratuitamente entre os agricultores dessa zona” (RELATÓRIO ANUAL DO CM, São Luís do Quitunde, 10 de novembro de 1935, p. 3). Possivelmente, a ideia de plantar algodão no município estivesse ligada ao surto industrial ocorrido na década de 1930. Alagoas tinha em seu centro industrial grandes fábricas têxteis que precisariam ser abastecidas e que importavam parte dessa matéria-prima de outros estados. Assim, essa iniciativa poderia reduzir os custos para esses empresários, como também garantir uma nova renda para essas famílias.

No mesmo ano do levante comunista liderado por Prestes, os integralistas de São Luís do Quitunde contavam com 180 inscritos; desses, 161 eram efetivos. O grupo se dividia em: 16 do núcleo distrital de Flexeiras, que ficava sob a jurisdição desse núcleo; 36 eram representantes do departamento feminino, 28 de ambos os sexos eram da juventude integralista, e 78 eram integralistas. Porém, nesse número existiam as pendências: 13 integralistas excluídos, cinco mudaram de residência e um faleceu. Esses números mostram uma grandeza considerável no município, o que lhe conferia boas projeções eleitorais.

O município contava com um número pequeno de eleitores. Em consulta ao cartório eleitoral, os integralistas identificaram 860 votantes. Por essa razão, o núcleo municipal organizou o alistamento eleitoral, e para aumentar o número de votantes em nome da AIB desenvolveu o trabalho de alfabetização de adultos. Nas eleições municipais de 14 de outubro de 1934, a legenda integralista foi sufragada com 78 votos. Tendo em vista que o coeficiente eleitoral para ter representantes municipais ficava

Instructores de Educação Física da AIB, ocupando o cargo de Secretário Provincial de Educação.” (GOELLNER in: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092012000200009).

entre 60 e 70, a AIB obteve naquele município uma relevante vitória eleitoral. Os nomes selecionados para representar a região no Conselho Municipal foram: José Lourenço de Monte (industrial), Luiz Raposo de Araújo (comerciante), Josué Tabira Silva (funcionário público), Virgílio Xavier (comerciante), Argentina Rios, Alberto de Carvalho (comerciante), Jayro Souza (farmacêutico), Mario Barreto (agricultor), José Erasmo (artista) e José Arthur Souto (administrador de estradas).

Uma coisa importante a se observar é que a legenda integralista do município era formada em sua maioria por membros da classe média urbana, mesmo tendo a classe agrária dos canavieiros como dominante nessa região. Isso demonstra uma representação clara dos ideais integralistas, que enxergavam na classe média urbana o grupo social da mudança. A pretensão para as eleições de 1934 era eleger um ou dois vereadores, e essa meta foi alcançada com a eleição de Luiz Raposo de Araújo, em 12 de dezembro de 1935.

Na solenidade de comemoração de um ano do núcleo integralista em São Luís do Quitunde, além das atividades festivas, fez-se também um momento de reflexão sobre a sociedade brasileira, com fortes críticas desferidas à “Revolução” de 1930. Usando da palavra, o titular da Secretaria Municipal de Operação Política (SMOP), Luiz Correia de Araújo, afirmou que o movimento liderado por Vargas não representou uma revolução, nem se podia distinguir 1930 da proclamação da República em 1889. Para ele não existia diferença entre esses dois movimentos, a não ser quanto ao período cronológico. Asseverou que a solução para o problema brasileiro seria o integralismo, por conter o ideário político que resgataria a República brasileira dos falsos ideais da Revolução Francesa que teriam originado a falida democracia liberal. Desta maneira, estaria nas mãos dos integralistas a verdadeira transformação da sociedade brasileira. Reforçando isso, Luiz Correia de Araújo esclareceu:

Companheiros, o movimento de 1930 não foi uma revolução, mas um assalto ao poder promovido pelos descontentes, pelos mistificadores e por alguns iludidos. Revolução, no sentido sociológico, é transformação de regime político, é mudança profunda de estado de espírito de uma nacionalidade. Outubro de 1930 quase não se distingue de 15 de novembro de 1989, como a Constituição de julho de 1934 se confunde com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Portanto, companheiros, o movimento de 1930 não foi uma revolução. Existe porém, há cerca de dois anos, uma verdadeira e salvadora revolução no Brasil, e faz um ano hoje que ela iniciou sua jornada em Alagoas. Essa revolução somos nós, é a Revolução Integralista. Ela durará mais alguns anos, porque enquanto não mudar profundamente o estado de espírito dos brasileiros que se acham imbuídos das caducas ideias e falsos princípios da Revolução Francesa, que geraram o liberalismo democrático, ela não terminará

a sua marcha salvadora. (DISCURSO DO SMOP, São Luís do Quitunde, 21 de agosto de 1935, p. 1).

A Secretaria de Assistência Social era para os integralistas um dispositivo para a aproximação do movimento com a comunidade, e em São Luís do Quitunde essa secretaria não poderia ficar de fora da grande engrenagem integralista. Além das festividades para a distribuição de donativos, como o “Natal Para os Pobres” e o “São João Pobre”, a SMAS tinha como um dos principais trabalhos a distribuição gratuita de medicamentos e a disponibilização de consultas médicas para os necessitados. No município esse trabalho era realizado pelo clínico pernambucano Dr. André Sampaio, que em 1935 prestou assistência médica gratuita para a população carente daquela cidade nos meses de setembro e outubro. Ainda no mês de setembro foram despachados gratuitamente 365 remédios para abastecer famílias pobres da região. As medidas populistas da AIB davam a ela um sentido de caridade e bondade cristã; assim, os defensores do Sigma apareciam para a sociedade como figuras de auxílio para os desesperados.

A cidade do Pilar, banhada pela lagoa Manguaba e terra do escritor Arthur Ramos, um dos setores do polo industrial têxtil alagoano, também contava com a presença da AIB. A fundação desse núcleo ocorreu no dia 2 de março de 1934; o chefe provincial interino, Dr. Carlos Gomes de Barros, acompanhado de 27 integralistas liderou a Bandeira de inauguração da nova sede municipal. A cidade recebeu os integralistas com festa; foguetes espocavam no céu e a sirene do cinema onde seria realizada a cerimônia anunciava a chegada dos camisas-verdes. O cinema se encontrava lotado de pessoas de diversas classes sociais que assistiram à cerimônia. O chefe provincial interino abriu as atividades do recém-criado núcleo e logo depois passou a palavra para o companheiro Expedito Farias Costa, que fez a apresentação da Bandeira ao povo pilarense. O discurso do chefe provincial contou com incisivas palavras que revelavam a trajetória política da AIB.

O segundo a discursar nessa solenidade foi o chefe da seção universitária, Dr. Afrânio Lages, que fez uma conferência em torno do corporativismo e da realidade brasileira. A seguir, Arnóbio Graça fez uma belíssima conferência acerca da doutrina integralista. Um dos momentos de destaque da solenidade deu-se após a leitura da carta do chefe nacional, que dizia: “Companheiros de Alagoas, no momento grandioso da

instalação do 1º Congresso Integralista Brasileiro de cuja mesa faz parte de forma honrosa o vosso chefe provincial, transmito a vocês o grande apreço que tenho por todos” (CARTA DE PLÍNIO SALGADO AO CP, 28 de fevereiro de 1934, p. 1).

Antes de terminar a seção, o chefe provincial, Dr. Carlos Gomes de Barros, declarou aberto o núcleo municipal do Pilar. Em seguida nomeou a comissão organizadora destinada a encaminhar os trabalhos do integralismo naquele município. Essa comissão contava com os seguintes membros: Francisco Salles de Luna tinha o cargo de chefe municipal; Expedito Farias Costa era o secretário; José Xavier Barbosa de Araújo, o tesoureiro. Após isso, foram feitas as saudações ao chefe nacional, ao chefe provincial e ao povo de Pilar.

Os integralistas aproveitaram o tempo na cidade do Pilar para fazer uma visita ao semanário **A Ordem**, jornal de apoio aos integralistas que tinha oficina naquela cidade. O núcleo municipal do Pilar, mesmo estando num campo propício para organizar um bom número de trabalhadores, não obteve tanto sucesso como em outras regiões. Antes de a AIB entrar na ilegalidade, os integralistas pilarenses já tinham se dissipado e o núcleo havia sido extinto.

Outros núcleos também marcaram a história da AIB em Alagoas e fizeram desse estado nordestino um grande polo de influência integralista. Em 1935, Manuel de Barros escreveu para o chefe provincial Afrânio Lages: “De conformidade ao que combinamos aí, pretendemos ir ao Pilar na próxima quinta-feira, 21, passando por Atalaia a fim de ali doutrinar um pouco, para que se possa inaugurar o núcleo o mais breve possível” (CARTA DO CM DE SANTA LUZIA DO NORTE AO CP, 17 de junho de 1935). A ideia era espalhar os ideais integralistas se não por todo o estado, pelo menos na maior parte dele. Assim, em 1937, antes da instauração da política repressora do Estado Novo, o Alagoas possuía 29 municípios com a presença integralista e um número total de 3.621 inscritos (Anexo).

O núcleo de São José da Lage contava com 510 inscritos, 430 ativos. O núcleo da capital era o que possuía o maior número de inscritos, 977, porém quando essa avaliação era feita com os participantes ativos esse número caía para 200. Serra Grande era outro núcleo municipal com um forte efetivo: 524 inscritos, sendo 360 ativos. Seu chefe municipal interino, Dr. Carlos Pinheiro Lyra, comandava um núcleo que chegou a fazer comícios para mais de 500 pessoas nas praças dessa região. Os números de

participantes nas atividades do núcleo de Serra Grande impressionam, pois parece não existirem atividades de pequeno porte naquela localidade. Em julho de 1935 ocorreu uma sessão solene no cinema dessa localidade que contou com a presença de 400 ouvintes. Segundo o relatório da Secretaria Provincial de Organização Política (SPOP):

No dia 16 de julho de 1935, realizou uma sessão solene no salão do cinema desta cidade, tendo o comparecimento de cerca de quatrocentos ouvintes. Falaram diversos companheiros, todos tendo recebido aplausos gerais. O companheiro João Pinheiro Lyra leu uma extensa carta de um cearense, deixando uma profunda impressão em todos quantos a ouviram. A carta, cujo título é “Ao Brasileiro que Não Acorda”, transporta o indivíduo que a ouviu à era de Antônio Felipe Camarão, de onde lhe vem um apelo no sentido de se definir entre as duas correntes que se batem no Brasil. É um despertar de consciência para a realidade do momento. (RELATÓRIO DA SPOP N. M., Serra Grande, 25 de julho de 1935, p. 1).

É importante ressaltar que esse núcleo em 1935 tinha um número de participantes inscritos inferior a 100. Segundo o mesmo relatório, esse grupo era formado por 64 membros, dos quais cinco teriam sido expulsos e quatro eram ausentes; sobravam, portanto, 55, sendo 15 do sexo feminino, quatro plinianos e dois aspirantes a integralistas. Assim, a maior parte dos ouvintes das atividades integralistas naquele município em 1935 era de simpatizantes, curiosos e admiradores do movimento. Posteriormente, parte desses homens e mulheres migrou para as fileiras integralistas.

2.3 RUMO À VITÓRIA: participação dos camisas-verdes nas eleições de 1934 e 1935

Alagoas se encontrava em ebulição; a disputa eleitoral ficava cada vez mais acirrada, pois os partidos políticos almejavam eleger representantes para as constituintes estadual e federal. Em cena estavam os seguintes grupos: PRA, LEC, PNA, AIB. A busca por um espaço na Constituinte fez dos jornais grandes plataformas políticas, que eram apropriadas pelos partidos para fazer acusações a seus rivais e divulgar sua legenda. As linhas seguintes esclarecerão como se deram os processos eleitorais de 1934 e 1935, ressaltando o acirramento na disputa entre o PRA e a LEC, a participação da AIB nesses pleitos e quais as legendas vitoriosas.

As duas maiores legendas, PRA (governista) e PNA (oposição), fizeram dessa disputa um verdadeiro campo de guerra, e as balas disparadas, na maioria das vezes,

foram as palavras. Havia uma terceira legenda – LEC –, que também fez barulho nessas eleições. As campanhas não eram feitas apenas com a apresentação de propostas, pois era preciso enfraquecer o adversário, e para tanto os periódicos eram ferramentas fundamentais. Mas a imprensa também era usada como defesa, e assim fazia o PRA:

Às portas do memorável pleito de 14 do corrente, eles sabem que serão fragorosamente derrotados, mas apelam para o recurso desmoralizado da mentira e da intriga. Esperançosos de que resulte de toda essa campanha demolidora qualquer coisa que lhes acalente o ostracismo inevitável e cruel. Todos os dias o seu jornalzinho estampa com uma cerimônia deslavada um amontoado de insinuações e perfídias que pasmam o mais crédulo leitor. E o fim de toda essa querela é lançar no espírito público a semente da desconfiança contra verdadeiras expressões políticas e representativas do estado. Mas nada poderá abalar o enorme prestígio de que desfruta o Partido Republicano. Felizmente para os que prezam o bom nome do jornalismo local, já está próximo o fim da empreitada dos moços que fazem “A Imprensa”. Verificada a vitória completa e absoluta do Partido Republicano no pleito de domingo vindouro, nada mais restará aos corifeus da mentira. Se não fechar as portas do jornal com uma única certeza que venceram o campeonato da arte escabrosa e indesejável da difamação sem limites. (JORNAL DE ALAGOAS, 9 de outubro de 1934, p. 3).

As críticas dos governistas eram direcionadas ao Partido Nacional, pois desde a fusão partidária entre PSA, PEDA e PNA, que culminou na criação do Partido Republicano, que o PNA e o recém-criado partido se digladiavam. Estava para surgir mais um integrante desse enredo que iria aumentar o mal-estar dos homens da “Política São Patriótica” do general Góes Monteiro: a LEC. Fundada sem formato partidário, tinha a função de orientar a sociedade sobre a política no país; era uma organização ligada à Igreja Católica. Assim, ter o seu apoio representou objeto de cobiça para os partidos políticos que desejavam agregar valores e eleitores cristãos. Numa sociedade extremamente religiosa como a alagoana, receber o apoio de uma instituição como a Igreja poderia ser decisivo.

No art. 1º do estatuto da LEC estava escrito que a sua função era a “arregimentação eleitoral de todos aqueles que aceitarem seu programa, no que se refere ao exercício do direito do voto, pugnando pelos ideais católicos na vida pública brasileira” (O SEMEADOR, 6 de julho de 1934, p. 1). Por esse motivo, após o seu lançamento essa organização publicou um artigo tentando explicar no que realmente ela consistia:

O que se acaba de organizar não é um partido político, que ambicione a posse de poder e que vise, para isso, empregar os meios comuns aos combatentes políticos das agremiações partidárias. Se a Liga Eleitoral Católica, por força

dos dispositivos dos seus estatutos básicos, que hoje estampamos em outra parte, tem de repudiar os partidos e políticos que defendam ideais contrários ao seu programa e a sua ideologia, por outro lado ela há de prestigiar os homens e as organizações partidárias que venham ao encontro e na defesa dos seus princípios e dos seus postulados. (O SEMEADOR, 6 de julho de 1934, p. 1).

Não era bem isso o que os seus opositores publicavam, pois a LEC passou a ser acusada de alguns atos desastrosos que os partidos adversários denunciavam nos periódicos do estado. Às vésperas das eleições de 1934, o “Jornal de Alagoas” acusava essa entidade de se aproveitar da instituição sagrada que era a Igreja Católica para promover atitudes sujas e de baixa moralidade. Criticar a LEC, entretanto, não era uma tarefa simples, pois qualquer informe que não ficasse bem esclarecido poderia parecer uma agressão direta à Igreja Católica; desta forma, mesmo fazendo acusações graves, o PRA utilizava seu espaço no periódico para esclarecer a população sobre seus posicionamentos em relação à instituição religiosa. Assim, quase que como uma carta de retratação à Igreja e à sociedade, o grupo governista publicou no **Jornal de Alagoas** um artigo com o seguinte título: “O Partido Republicano e a Igreja Católica”. Eis um trecho:

São princípios fundamentais do programa do Partido Republicano: estabilidade da família brasileira, com assento na sua tradição cristã, respeitando os dispositivos da atual Constituição federal, que a ela se refere como grupo biológico fundamental a sociedade brasileira. Manter todos os princípios fixados pela Constituição da República, referentes às cláusulas religiosas em geral e as relações entre Igreja e Estado, pugnando por uma consequente legislação subsidiária no sentido da eficiência dos preceitos estabelecidos, dentro do quadro histórico e social da nacionalidade brasileira. (JORNAL DE ALAGOAS, 13 de outubro de 1934, p. 1).

Mas quais eram as críticas do PRA à Liga Católica? Podemos dizer que a possível aliança da LEC com o adversário político dos governistas, o PNA, constituía um fator agravante. Como vimos anteriormente, as ações políticas entre esses dois rivais não eram nada diplomáticas, e em algumas situações de violência contra os governistas o grupo católico era acusado de participação. As acusações iam de desvios morais e éticos até coisas mais graves, como tentativas de assassinato. No mesmo dia em que os governistas usaram a imprensa para alertar sobre a relação do partido com a Igreja, apresentaram também em primeira página e em destaque a seguinte denúncia ao eleitorado alagoano:

A Liga Eleitoral Católica de Alagoas, adulterando perversamente os princípios fundamentais de sua própria estrutura orgânica como um órgão superior de coordenação do nosso pensamento católico. Acima e fora de Partidos. Sem provocar qualquer perturbação à ordem política e social do estado, está transformada em um ajuntamento heterogêneo a serviço da baixa politicagem daqueles que prometem respeitar e servir à Igreja, mas que mandam matar seus semelhantes pelas costas, de emboscada. É preciso por isso que o eleitorado alagoano católico se previna contra essa mistificação inspirada por maus elementos à sombra da confiança do chefe da Igreja no estado. Fazendo uso do seu voto com liberdade e consciência, isento da ostensiva coação com que pretendem se eleger pelos sufrágios católicos os próprios adversários da Igreja. a nossa reação não é, como se vê, contra a Igreja e o clero, com os quais sempre estivemos. Mas contra aqueles elementos leigos que estão explorando a tolerância e a boa-fé das dignidades eclesiásticas. (JORNAL DE ALAGOAS, 13 de outubro de 1934, p. 1).

Enquanto isso, a Liga Católica dirigia-se a seus fiéis através do periódico católico **O Semeador** e pedia para que, em uma expressão de consciência, elessem os candidatos que fariam a diferença por sua conduta moral e princípios cristãos inabaláveis. E defendia que se o povo alagoano acreditasse, poderia fazer das eleições de 14 de outubro de 1934 o início de uma grande e bela transformação no país. Nesse pleito de 1934, a LEC aparece como a incentivadora do alistamento da população. Cobriu várias áreas do estado, e em poucos meses conseguiu montar bases em diversas regiões de Alagoas. Maceió, Santa Luzia do Norte, Atalaia, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Serra Grande, São José da Lages, Paulo Jacinto foram regiões que receberam sedes desse grupo. O apelo à religiosidade e a fé cristã funcionava, já que convencia a população a buscar as juntas para fazer o cadastramento eleitoral. “O movimento leigista, diante das manifestações de apreço e adesão do nosso povo, constitui uma prova irrefragável da confiança que inspira. A Liga à mercê de Deus cumprirá seu propósito” (O SEMEADOR, 16 de agosto de 1934, p. 3).

No meio dessa disputa entre poder temporal e poder espiritual, estava a AIB, que almejava eleger representantes tanto para as cadeiras da Constituinte estadual, como para a federal. Um dos nomes citados para uma possível candidatura dos camisas-verdes foi o jornalista Reis Vidal, porém este, em sessão do dia 4 de outubro de 1934, retirou sua candidatura para ceder espaço à ala proletária do partido.

Realizou-se, quinta feira última, mais uma sessão de estudos e doutrina, promovida pelo integralismo nesse Estado, com a presença de crescido número de adeptos. Abrindo os trabalhos, o Chefe Provincial Dr. Afrânio Lages fez referências acerca da chapa dos camisas-verdes às eleições de 14 do corrente e elogios ao companheiro Reis Vidal, pelo seu gesto de desprendimento, em abrindo mão de sua candidatura a deputado estadual, em

benefício de outro colega proletário. (JORNAL DE ALAGOAS, 7 de outubro de 1934, p. 3).

Um dos nomes que compunha a chapa integralista era o do chefe provincial, Dr. Afrânio Lages, que almejava eleger-se deputado estadual. Mas o que parecia ser um período de paz para os integralistas alagoanos, na verdade era só um momento de organização da chapa, pois um acontecimento na cidade paulista de Bauru mudaria, nacionalmente, a situação para os integralistas. O fato ocorreu no dia 6 de outubro do ano das eleições: passava pela rua Batista de Carvalho um grupo de 89 integralistas liderados por Plínio Salgado, que se dirigiam para o grêmio bauruense, onde seria realizado um comício. De repente, surgiu um grupo de extremistas do Sindicato dos Trabalhadores da Noroeste, que cercaram os integralistas; segundo o chefe nacional, esse grupo era liderado pelo médico Dr. Jerônimo do Couto, que se encontrava acompanhado de 300 companheiros extremados. Na fala do chefe policial, houve troca de tiros com vários feridos e uma morte. O camisa-verde abatido foi Nicolas Rosita. De acordo com Salgado, os integralistas estavam desarmados, porém para a polícia houve disparos de ambos os lados.

O Dr. Plínio Salgado narrando os fatos declarou que fora avisado das atitudes dos extremistas. O delegado local estivera com ele no Hotel Carinte e pedira que mandasse desarmar os integralistas, pois que garantiria a mais absoluta ordem. Ele então dera ordem para que os seus se desarmassem. A hora que saíram para o grêmio bauruense, colocou-se à frente dos integralistas e deu ordem de partida. Ao se defrontarem com a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Noroeste dali saíram inesperadamente cerca de 300 homens sob a chefia do médico local Dr. Jerônimo de Couto, os quais em rápida manobra fecharam a passagem, cercaram os integralistas, alvejando-os em cerrado tiroteio. (JORNAL DE ALAGOAS, 9 de outubro de 1934, p. 3).

Essa situação fez com que os integralistas passassem a se preparar para ataques. O recado da direção nacional para as províncias era que se preparassem para não sofrer ataques de surpresa de seus adversários. Porém, enquanto os integralistas eram atacados em São Paulo, em Alagoas, quando parecia que as acusações à Liga Católica e ao partido do antigo interventor iriam ficar apenas no papel, eis que surge uma situação delicada. O que deveria ser um exercício de cidadania tornava-se, a cada dia que se aproximavam as eleições, uma situação de apreensão e cautela, pois a “diplomacia democrática” não parecia ter chegado ao Brasil.

Nas vésperas das eleições, a LEC e o PNA ameaçavam interromper o pleito; para isso teriam enviado um grupo de correligionários aos interiores, a fim de atuarem não apenas na campanha de seus aliados, mas também com o objetivo de provocar confusões e sabotar as eleições.

Ao que estamos seguramente informados, a Liga Eleitoral Católica e o Partido Nacional, em vista de falta absoluta de apoio no seio do eleitorado de nossa terra, fizeram seguir para o interior de nosso Estado, com destino aos maiores colégios eleitorais do norte, centro e sul de Alagoas, elementos de sua confiança para provocar desordem durante as eleições, com o preconcebido intuito de responsabilizar, de futuro, o Governo por qualquer perturbação que se venha verificar. (JORNAL DE ALAGOAS, 13 de outubro de 1934, p. 1).

O mesmo jornal ainda acusa a Liga Católica de se apropriar dos espaços religiosos para propagar ideais subversivos, assim como para aliciar estrangeiros contra Alagoas e contra a ordem política do estado. O nome que aparece como sendo o estrangeiro a serviço da LEC é o do padre Afonso, da cidade de Porto Calvo, de nacionalidade holandesa. Seria ele o homem da Liga naquele município, responsável por usar seus sermões para fazer propaganda política contra o Governo. Os opositores se utilizavam de todos os recursos para se manter na disputa eleitoral, já que, mesmo não obtendo a vitória, intentavam tumultuar o processo eleitoral. As consequências das eleições de 1933 para o coronel Afonso de Carvalho pareciam ainda estar muito frescas na memória dos seus correligionários, e a união dos antigos adversários para formar o Partido Republicano despertou a revolta dos grupos mais conservadores do estado.

A Liga Eleitoral Católica de Alagoas, manejada, à sombra da tolerante e generosa Igreja, com fins claramente subversivos da ordem política e social do Estado, está agindo, sem reserva, sob a inspiração de elementos que sempre combateram e degradaram a prosperidade e a grandeza de nossa terra, contra os mais altos interesses de Alagoas. Ainda agora, segundo fomos seguramente informados, o Padre Afonso, vigário da freguesia de Porto Calvo, subiu ao púlpito, no distrito de Campestre, para proferir, dentro da própria casa de Deus, graves insultos à autoridade do Governador e ao generoso povo de nossa terra. A Liga Eleitoral Católica chega assim ao extremo de sua campanha fanática e impatriótica contra o nosso Estado. Da ostensiva coação moral que pretendeu exercer, a princípio, sobre o ânimo desprevenido das populações do interior, até o aliciamento de estrangeiros, de que agora se utiliza para, com eles, atacar os homens de maior responsabilidade de Alagoas, a LEC não distingue meios e elementos para perturbar a ordem e para fazer mal ao povo de nosso Estado. (JORNAL DE ALAGOAS, 13 de outubro de 1934, p. 1).

Com todas essas denúncias e ameaças de perturbação da ordem pública, a Justiça eleitoral e o Governo do Estado se organizaram para impedir procedimentos que

colocassem em risco o pleito, pois, sem medir consequências, as lideranças políticas estavam preparadas para o pior. Assim, Alagoas caminhou para a escolha de seus representantes nas constituintes federal e estadual sob um clima tenso, de ameaças e riscos à população que exerceria seu direito cívico em nome da democracia.

Essa eleição representava um importante ato para a população alagoana, não só porque escolheria os representantes do estado para a construção da Carta Magna, mas também por saírem dela os representantes da Câmara estadual, responsáveis pela Constituinte estadual; além disso, seriam eleitos o futuro governador do estado e os dois senadores representantes da região. Percebendo isso, o Partido Republicano de Alagoas deu sua última cartada nas linhas do **Jornal de Alagoas**, horas antes da eleição:

O Partido Republicano de Alagoas oferece aos honrados patrícios uma oportunidade de valorizarem os seus sufrágios, dando-os às legítimas expressões da nossa inteligência e do nosso caráter. Com um critério digno de nota, aquela agremiação partidária apresentou ao patriótico eleitorado alagoano uma plêiade de homens de bem, expoentes de sua classe e de sua gente, cuja eleição constituirá uma garantia de trabalho eficiente e elevado, à altura das nossas tradições, bem como uma escolha feliz no que toca à renovação governamental. Não pode haver vacilação nessa preferência. O Partido Republicano congrega os elementos mais representativos do nosso povo, e a sua vitória constituirá a última pá de cal sobre os remanescentes do nefasto consulado Affonsista, que, com a Liga ou sem ela, desejaria reaver o mandato em Alagoas, para repetir, tresdobradas, as sombrias façanhas que assinalaram a sua rápida, porém ominosa dominação. (JORNAL DE ALAGOAS, 14 de outubro de 1934, p. 3).

Foi assim que no dia 14 de outubro de 1934 o povo alagoano elegeu como seus representantes alguns nomes, porém dessa vez o PNA não foi unânime nos votos, contando com a presença dos seus rivais na eleição. O PRA elegeu para o cargo de deputado federal os seguintes correligionários: Rodolpho Pinto Motta Luiz, Orlando Valeriano de Araújo, Antônio Mello Machado, Jose Afonso Valente Lima, Armando Sampaio Costa e Carlos Cavalcante Gusmão. Já seus opositores e a antiga força affonsista elegeram para o mesmo cargo José Fernandes Barros de Lima, o qual foi o único eleito do Partido Nacional de Alagoas para a Câmara Federal. Já a Liga Eleitoral Católica elegeu o seu representante, o Sr. Emílio Eliseu de Maia. Para deputado federal a AIB não teve êxito em Alagoas. Na Câmara estadual o PRA teve a maioria esmagadora dos representantes, com 22 eleitos e 2 suplentes.

Os nomes dessa legenda foram: Hermilo de Freitas Melro, Maria José Salgado Lages, João Felino Tenório, Albino Pereira de Magalhães, Luiz Moreira de Mendonça,

Manoel Joaquim Mendonça, Oscar Maurício da Rocha, Ignácio Brandão Gracindo, Serzedello de Barros Correia, Antônio Arnaldo Bezerra Cansanção, Joaquim de Barros Leão, Mário Gomes de Barros, Francisco Cândido Oliveira Mendonça, Arthur Acioly Lopes Ferreira, José Quintela Cavalcante, José de Castro Azevedo, Alfredo de Barros Lima Júnior, José da Rocha Cavalcante, José Paulino da Rocha Sarmiento, Lourival de Mello Motta, José Evilásio Torres, Manoel Rodrigues de Mello, Arthur de Freitas Melro (suplente) e Francisco Cavalcante (suplente). Os opositores também não ficaram de fora; ainda que em minoria, esses se fizeram presentes e o Partido Nacional ficou em segundo lugar nessa disputa, colocando quatro nomes na Câmara, a saber: Alfredo Elias da Rosa Oiticica, Álvaro da Silva Peixoto, João Carlos Albuquerque e Amarílio Salles. Para esse cargo também foi eleito um candidato avulso: Hildebrando Martins Falcão.

Nessas eleições a AIB teve sucesso, pois conseguiu a eleição para deputado estadual do seu chefe provincial, Dr. Afrânio Salgado Lages. Com essa vitória os integralistas atingiram sua meta, que era eleger entre um ou dois companheiros, como também marcou presença na Câmara estadual. Agora os camisas-verdes de Alagoas atuariam diretamente na Constituinte estadual.

Portanto, 1934 parece ter sido um ano de sucesso para os integralistas na Terra dos Marechais, pois mesmo parecendo coadjuvantes na disputa eleitoral, se comparados aos outros dois grandes partidos, a AIB alcançou seu objetivo. Mas o sucesso maior ainda estava por vir, porquanto foi nas eleições gerais para prefeitos e vereadores que os defensores do Sigma tiveram um destaque considerável em Alagoas. O dia 15 de dezembro de 1935 marcou uma data histórica para o integralismo, pois nesse dia vários nomes integralistas passaram a figurar nas prefeituras e nas câmaras dos vereadores de diversos municípios do Estado.

Nessa eleição competiram as seguintes legendas: Por Porto de Pedras (Município de Porto de Pedras), Coligação Progressista de Capela (Município de Capela), Verdadeiro Partido Progressista de Capela (Município de Capela), Pela Ordem e Progresso de Maragogi (Município de Maragogi), Partido Progressista de Maragogi (Município de Maragogi), Arapiraca Autônoma (Município de Arapiraca), Piaçabuçu Livre (Município de Piaçabuçu), Com Fé em Deus Venceremos (Município de Palmeira dos Índios), União Reivindicadora de Pão de Açúcar (Município de Pão de Açúcar), Atalaia Livre (Município de Atalaia), Partido Progressista Pró São Luiz (Município de

São Luís do Quitunde), Pelo Progresso de São Miguel (Município de São Miguel dos Campos), Partido Provisório Autonomista (Município de Maceió), Tudo Pela Terra de Deodoro (Município de Alagoas) e Clube Floriano Peixoto (Município de Anadia). Foram essas as legendas que além da AIB estiveram presentes nas eleições municipais de 1935 e conseguiram eleger algum candidato para suas câmaras e prefeituras.

Segundo relatório do departamento integralista da Junta Executiva Provincial da Campanha Eleitoral (JEPCE), os municípios onde os integralistas tiveram votos foram: no Município de Alagoas⁴⁷: o Partido Progressista de Alagoas (PPA) recebeu 136 votos, a Ação Integralista Brasileira (AIB) recebeu 57 votos, já a legenda Tudo Pela Terra de Deodoro (TPTD) ficou com 131 votos. No município de Capela, o PPA não aparece na contagem de votos, sendo contabilizados apenas 56 votos para a AIB e 816 votos para a Coligação Progressista de Capela. Na capital alagoana, Maceió, foi onde os integralistas tiveram seu melhor resultado, e ficou assim: PPA, 1.654 votos, AIB, 332, e Partido Provisório Autonomista de Maceió (PPAM), 1.803 votos. Na cidade onde o Imperador D. Pedro I passou uma noite, em Penedo, os integralistas conseguiram um mandato de quatro anos, ficando assim: PPA com 735 votos e AIB com 317 votos. Já no município de Pilar, os integralistas obtiveram o menor número de votos: PPA com 319 e AIB com 28 votos. São Luís do Quitunde também se configura como um dos municípios que concederam votos para os camisas-verdes: PPA com 217 votos, AIB com 78 votos, Partido Provisório Pró São Luís do Quitunde, 346 votos. Em Santa Luzia do Norte, os partidos que aparecem no relatório da secretaria integralista são: PPA com 650 votos e AIB com 134 votos. Em São José da Lage a contagem ficou assim: PPA com 699 votos e AIB com 190.

Os candidatos eleitos para o cargo de vereador pela AIB foram: no Município de Alagoas, o Dr. Leônidas Barbosa Filho, que era também o chefe municipal dos camisas-verdes naquela cidade; em Capela foi eleito Raul Dias Cardoso, que também era o chefe municipal dos integralistas naquela região; em Maceió uma das vagas foi ocupada pelo Dr. Mário Marroquim do Nascimento; em Penedo foram três os representantes eleitos: Otávio Guedes de Mello, João José Galvão e José Demétrio de Souza; em Santa Luzia do Norte o candidato vitorioso foi José Maria Acioli Lins. Em São Braz os integralistas tiveram um desempenho irrepreensível, pois conseguiram todas as cadeiras de

⁴⁷ Em 1939 o nome da cidade passou a ser Marechal Deodoro, em homenagem ao alagoano e primeiro presidente da República, o marechal Deodoro da Fonseca.

vereadores para o seu partido; nesse município os eleitos foram: Diógenes Gomes, Alfredo Messias de Carvalho, Arthur Santos, Manoel Francisco dos Santos, Emílio José Tavares e Umberto Feliciano dos Santos. Em São José da Laje foram eleitos dois nomes integralistas de muita influência no movimento: Dr. João Pinheiro Lyra e Manoel Tenório de Oliveira Cavalcante. E, por fim, o município de São Luiz do Quitunde elegeu Luís Raposo de Araújo. No cargo de prefeito o único candidato eleito pelo partido integralista foi o Sr. Oseas Santos, no município de São Braz, o mesmo em que os integralistas já tinham dominado a Câmara dos vereadores.

Assim, nas eleições de 12 de dezembro de 1935 a AIB elegeu representantes para a Câmara de vereadores de sete municípios de Alagoas e uma prefeitura. A situação não era nada mal para um partido que tinha pouco mais de dois anos desde sua fundação no estado. Alguns núcleos obtiveram resultado abaixo do esperado, e a conclusão sobre isso foi a falta de alistamento de alguns companheiros, familiares e amigos de integralistas, que poderiam ter aumentado o número de votos para o partido. A ideia dos integralistas era buscar forças não apenas nos companheiros fichados, mas também naqueles simpatizantes que por um motivo ou outro não entraram no partido, porém se identificavam com os ideias do Sigma. Por esse motivo, em 15 de fevereiro de 1937 uma circular destinada aos chefes provinciais e aos chefes municipais tinha o seguinte texto:

Dado que nos aproximamos das eleições federais para a escolha de deputados e do presidente da República, faz-se necessário que dediquemos desde já atenção para esse serviço. Por ocasião das eleições passadas, é triste, mas necessário confessar, em todos os núcleos do país, vimos muitos integralistas que não dispunham do título eleitoral e assim não puderam contribuir para a vitória de nossos candidatos. Que tal fato não se repita. Que nenhum integralista fique desarmado e incapaz de participar da grande luta que no terreno eleitoral iremos sustentar contra o espírito velho dos partidos velhos. E mais, que o departamento eleitoral procure alistar além dos integralistas as pessoas das famílias deles, simpatizantes, homens ou mulheres. Que cada integralista se transforme em um angariador de votantes para os nossos candidatos. Na luta eleitoral o voto do simpatizante vale o voto do integralista fichado, e é portanto indispensável que os núcleos procurem mantê-lo arregimentado e bem elucidado sobre os aspectos principais da vida política provincial e nacional. (CIRCULAR DA CHEFIA NACIONAL AOS CHEFES PROVINCIAIS E MUNICIPAIS, 15 de fevereiro de 1935, p. 1).

Esse era um erro que os integralistas não esperavam repetir em 1937, se tivessem ocorrido eleições. Essa era a estratégia traçada pelos camisas-verdes, que tinham aprendido com os erros dos pleitos anteriores; somada a isso estaria a

alfabetização de adultos, que forneceria um maior número de eleitores para a AIB. Dessa maneira, Alagoas se encontrava como uma província promissora ao crescimento dos ideais integralistas, já que, mesmo com todos os percalços existentes, a legenda conseguiu resultados significativos no estado em poucos anos de existência.

3 – AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: os disciplinados caçadores que viraram caça.

3.1 O INIMIGO DO SIGMA: atrás dos rastros comunistas nas terras alagoanas

Entre os inimigos dos integralistas estavam o liberalismo, o semitismo e o comunismo. Desses, o terceiro provavelmente foi o mais agredido, ao menos no estado de Alagoas, já que segundo os ideais do “credo verde” ele representava para a sociedade a Escravidão Moral, a Escravidão Política e a Escravidão Econômica.⁴⁸ O bolchevismo era um risco que não poderia ser tolerado nas fronteiras brasileiras, muito menos nas terras conservadoras de Alagoas. Visando debater as operações de combate ao comunismo é que abordaremos esse tema nas linhas seguintes.

Os integralistas acreditavam que o comunismo era o reducionismo do homem ao âmbito econômico e que suas bases materialistas afastavam o homem de uma concepção espiritual, assim como o Estado Liberal era uma visão limitadora do homem ao civismo. Segundo o discurso integralista, ao homem no comunismo não é agregado nenhum sentido humano, pois não passa de um ser econômico, sendo o mundo uma arena onde se trava uma guerra constante entre capital e trabalho (SERRATTO, 2008, p. 78).

A superação disso, segundo os integralistas, estava no Estado Integral, que era a junção do civismo com o econômico, acrescentados ao espiritual, e qualquer ideia que representasse a fragmentação desses ideais deveria ser combatida. O caráter internacionalista do comunismo era tido como uma ideia apátrida. Para os defensores do Sigma, o comunismo representava o fim da soberania política e econômica das nações. Ou seja, o comunismo, assim como o liberalismo, pretende estabelecer um regime

⁴⁸ Para essa afirmação baseamo-nos nos escritos de Gustavo Barroso, que em uma de suas críticas ao comunismo desenvolveu um esquema didático que caracteriza o que seria o comunismo. Essa ideia é também citada na dissertação de mestrado de Edgar Serratto: “1 - a sua base filosófica apoia-se em uma concepção materialista de mundo criando um Estado ateu, que por sua vez acaba indo contra os ideais de família, pátria e religião, gerando a escravidão moral do homem, já que somente o lado material é considerado; 2 - a sua base política apoia-se na ditadura do proletariado visando à futura extinção do Estado, representando o domínio de poucos sobre a sociedade, em nome de uma classe, criando uma forma de escravidão política; e que, por fim, 3 - sua base econômica está atrelada à ideia de que o Estado deve ser o proprietário dos meios de produção, dirigindo a economia com o intuito de promover a igualdade econômica entre todos, porém, somente conseguindo gerar uma forma de escravidão econômica.” (SERRATTO, 2008, p. 82).

completamente avesso aos ideais integralistas, que prezam pela religião, pela família e pela pátria, como se pode constatar em seu lema “Deus, Pátria e Família”.

Hélgio Trindade divide o anticomunismo integralista em três fases. Na primeira, o socialismo e o liberalismo fazem parte de uma mesma concepção filosófica, o materialismo. Já na segunda, os teóricos integralistas afirmam que o socialismo e sua estrutura socioeconômica estavam ligados às doutrinas fragmentárias do século passado e seria o fascismo integral a representação da superação desse socialismo. A terceira e última fase consistia em disseminar o medo ao comunismo entre os militantes integralistas, já que geralmente se combate o que se teme (TRINDADE, 1979, p. 239). É essa terceira expressão de anticomunismo que está mais presente nos discursos de jornais e panfletos do movimento, e até mesmo da grande imprensa na década de 1930. A ideia era aterrorizar para manter a sociedade longe dos ideais subversivos do comunismo.

Existiu uma tática usada pelos integralistas que foi muito efetiva no combate ao comunismo: o serviço de espionagem realizado pelo Departamento de Polícia Integralista. Em 1933, após um decreto de reestruturação da Polícia Civil, é criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS)⁴⁹. Esta dispunha de alguns agentes, porém poderia ampliar o seu quadro e contratar tantos homens quanto o chefe de polícia achasse necessário. É nesse campo que se enquadra a atuação do combate ao comunismo dos camisas-verdes de Alagoas. Essa não é uma característica exclusiva dos integralistas alagoanos, pois o trabalho de identificação e investigação das sedes comunistas foi uma atribuição nacional da AIB. Assim, os integralistas da Terra dos Marechais tiveram a sua participação na perseguição aos bolchevistas. O seguidor do

⁴⁹ Essa delegacia, além de investigar os comunistas, passou a investigar os integralistas após os camisas-verdes caírem na ilegalidade. “O principal alvo da Polícia Política eram os Integralistas quando estes caíram na ilegalidade, além dos espões do Eixo já antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Estes últimos atuavam em várias cidades brasileiras sob o disfarce de homens de negócios e trocavam informações através reuniões aparentemente informais em cafés e confeitarias. Mas é o combate ao comunismo que se configura em seu objetivo principal. Além do mais, este grupo era o que reunia maior experiência com a ilegalidade e com a repressão, devido à exclusão e perseguição política que sofriam já há algum tempo.” [...] “A Delegacia era composta por três Seções permanentes, e outras três que foram criadas ao longo de sua existência até 1944. As três Seções permanentes eram a Seção Política, responsável por monitorar a Ação Integralista Brasileira e garantir a segurança do presidente e de embaixadas estrangeiras, a Seção Social, incumbida de efetuar vigilância sobre agremiações e organizações civis, bem como sindicatos e células comunistas, e a Seção de Armas e Explosivos, responsável pela fiscalização de artefatos belicosos e pela parte logística da delegacia 11. Com a evolução deste órgão, foram criadas a Seção de Arquivo, o Serviço de Ronda (policimento ostensivo) e o Serviço Reservado”.

(http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5464:espias-na-era-vargas&catid=36&Itemid=127).

“credo verde” deveria investigar, e ao identificar a presença dos comunistas em alguma região, informar ao Chefe de Polícia para que este tomasse as medidas cabíveis.

Para manter essa atividade com maior efetividade foi criado o Departamento Nacional de Polícia (DNP), que se dividia em Departamento Provincial de Polícia (DPP) e Departamento Municipal de Polícia (DMP). Cabia a essas secretarias o trabalho de investigar e combater os ideais subversivos que “ameçassem o bem” do Brasil. Para isso foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

Deveis cumprir e vigiar todos os militantes comunistas, enviando ao DPN a ficha respectiva, bem como avisar qualquer ausência, quer por fuga, quer por motivo de viagem. Deveis procurar localizar todas as células comunistas da província, estar sempre a par de suas atitudes, bem como descobrir os chefes. Sempre que for aconselhável, deveis entrar em contato com as autoridades policiais, a fim de serem tomadas as providências necessárias, desde que essas ultrapassem a nossa capacidade de agir, como nos casos de prisão, etc. Todos esses serviços devem ser exigidos do DNP, nos respectivos municípios, fazendo ver a cada companheiro que ele deve ser, no momento, um agente de polícia, para o bem do Brasil e contra o Comunismo. É preciso trazer este DNP sempre a par de todas as investigações de certa importância e com tanto maior rapidez quanto o valor e o resultado da investigação. Deve ser exercida toda vigilância em torno de pessoas desconhecidas, fazendo as mais severas sindicâncias no sentido de descobrir quais as suas atividades, bem como os motivos que a terão levado a abandonar o lugar de sua moradia. (CIRCULAR DO DNP ENDEREÇADA PARA O DPPA, 21 de dezembro de 1935, p. 1.)

Essas seriam as atitudes que deveriam tomar os integralistas diante da ameaça comunista. Para além de uma mera ação investigativa, exigia-se a disciplina, o espírito patriótico e a crença nos ideais do Sigma, para que cada camisa-verde agisse conforme o comunicado. O DPPA tinha uma funcionalidade tão ativa que contava com um número de mais de quarenta funcionários espalhados pelos bairros de Maceió; os bairros eram divididos em zonas e cada área ficava sob a fiscalização de um grupo integralista. O DPPA contava ainda com a ajuda de mais de trinta membros auxiliares nessa secretaria.

Em 1935 a chefia do DPPA ficou nas mãos do Sr. Milton Ramires e tinha como funcionários: José Mendonça de Vasconcellos, no cargo de chefe de gabinete do DPP, Fernando Regis do Amaral como oficial de gabinete do DPP, Ismael Lisboa era o chefe da 1ª Divisão, a 2ª Divisão era comandada por Renato Bonfim Tavares, Jalk Cabral era o chefe da 3ª Divisão e José Antônio dos Santos era o chefe da 4ª Divisão do DPP.

Porém o departamento de polícia integralista não se limitava apenas aos cargos de gabinete, usando a força dos grupos auxiliares para atuar no combate à subversão.

Abelardo Pugliese era o comissário de Maceió, e Othon de Araújo Farias o chefe do Serviço de Investigação; a chefia dos agentes de segurança ficava dividida entre Luís Costa e Luís Araújo; Antolino de Oliveira Lima era o comissário de polícia da região do Trapiche da Barra. A região do Farol contava com os serviços do comissário de polícia Júlio Costa e do chefe de Serviço de Investigação, Cícero Fragoso de Albuquerque; como chefe dos agentes de segurança, João Correia Lima. Antônio Vieira da Silva Barros era o comissário de polícia da região da Levada e trabalhava ao lado de Antônio José dos Santos, que era o chefe do Serviço de Investigação; já o chefe dos agentes de segurança era Heitor Casado de Lima. Manoel de Moraes Costa era o comissário de polícia da Ponta Grossa, que tinha como chefe do Serviço de Investigação Manuel Litis do Nascimento; seu chefe dos agentes de segurança era José Maraba e Silva, sendo Germano Nunes da Costa o investigador. O bairro do Poço tinha como comissário de polícia Miguel Arcanjo de Lima, Vicente Galeano como chefe do Serviço de Investigação e Zenando de Oliveira e Silva como chefe dos agentes de segurança.

A eficiência desse departamento estava garantida pelo número de funcionários e auxiliares desse setor, mas só isso não bastava: a Secretaria tinha de agir no combate ao comunismo. Exercendo a função investigativa, em 1935 o DPP envia um telegrama ao comissário de polícia da Zona do Poço para investigar o Sr. Francisco José de Barros. Sobre esse sujeito queriam saber: sua orientação política, residência e rotina. Como segue:

De ordem do chefe deste departamento, solicito do companheiro comissário da Zona do Poço o seguinte: deveis com máxima brevidade informar a esta chefia, relativamente sobre o cidadão de nome Francisco José de Barros, que reside nas imediações do posto fiscal da Mangabeiras, próximo à mercearia do Sr. Toledo, se este cidadão o que é, se é comunista, se é Liberal Democrata, se é Aliancista, como também sua atividade. Feita esta sindicância, deveis também informar a esta chefia todos os sinais característicos e residência, tudo com a máxima urgência, pois assim temos cumprido com o nosso dever patriótico e integralista. (TELEGRAMA DO DPP PARA O COMISSÁRIO DA ZONA DO POÇO, Maceió, 29 de julho de 1935).

A investigação sobre o Francisco José de Barros originou-se de uma denúncia feita a Carloman, na qual o investigado era acusado de esconder comunistas procurados em sua residência, bem como de ser defensor de ideias subversivos e extremados. A denúncia partiu de Osvaldo Veloso e veio do bairro da Saúde. Foi solicitada certa emergência no resultado dessa investigação⁵⁰ (CARTA DE OSVALDO VELOSO A CARLOMAN, Saúde, 21 de julho de 1935, p. 1). A busca para identificar os comunistas era intensa. Assim, em 25 de julho de 1935, os resultados desse trabalho começavam a aparecer.

Na capital alagoana, no bairro da Ponta Grossa, foi identificado como comunista Antídio de Souza. Esse indivíduo, além de ser comunista, era acusado de manter e chefiar em sua casa uma célula dos seguidores de Moscou. O telegrama de investigação dizia: “Antídio de Souza é comunista e chefe de uma célula em sua residência, na rua Tupinambás nº 128, carroceiro e proprietário de duas carroças, sendo condutor de uma, e uma seu companheiro de nome Antônio Ferreira era condutor” (TELEGRAMA ENVIADO AO CHEFE DO DPP, 21 de julho de 1935, p. 1).

A região da Ponta Grossa tinha como comissário o integralista Manoel de Moraes Costa. Em seu relatório sobre os comunistas de sua zona de investigação ele acrescenta as características físicas de cada sujeito:

Antídio de Souza é de estatura média, cor branca, barba raspada, cabelos cortados, olhos castanhos claros, idade de 35 anos, solteiro, tendo uma companheira em sua residência. Antônio Ferreira é de estatura regular, cor branca, barba raspada, cabelos castanhos claros, olhos azuis, idade de 39 anos, amigado, residente na rua Paissandu, nº 148. (TELEGRAMA ENVIADO AO CHEFE DO DPP, 21 de julho de 1935, p. 1).

Perseguir os rastros dos comunistas era uma forma que os integralistas encontravam para diminuir as forças de seus adversários políticos, que se espalhavam pela capital alagoana. Mas esses não eram os únicos alvos dos integralistas alagoanos, pois outras organizações eram vistas como perigosas aos ideais verdes, sendo também a Aliança Nacional Libertadora (ANL) colocada nas fileiras inimigas. As perseguições contra a ANL se confundiram com as perseguições aos comunistas, já que os integralistas tratavam essa organização como uma extensão do PCB. Defendiam que a presença de sujeitos como Carlos Prestes na Aliança já era suficiente para comprovar

⁵⁰ Infelizmente não tivemos acesso ao resultado final dessa investigação.

sua teoria. Alegavam ainda que esse movimento constituía um novo partido em combate ao integralismo e por isso deveria ser destruído (ALMEIDA, 2013, p. 174). Desta maneira, os olhos dos espiões integralistas estavam fixados na ANL, fazendo-se necessário identificar os chefes, seus membros, suas sedes e as atividades de cada um do movimento. Tudo isso foi solicitado pelo Chefe do DPP em uma circular remetida em 24 de julho de 1935. Nesse documento, Milton Ramires solicita aos seus companheiros do Departamento da Polícia Integralista em Alagoas o seguinte:

Peço informar com a precisa brevidade a esse departamento tudo quanto ocorrer com a Aliança Nacional Libertadora, seus chefes, seus membros, suas sedes e localização das mesmas, residência dos chefes, profissão, característicos e atividades de cada um. Essa informação deve ser tomado logo em consideração, devendo o companheiro remeter a resposta até o dia 30 do corrente, no máximo. (CIRCULAR DO CHEFE DO DPP, 24 de julho de 1935, p. 1).

Dispondo de pouco mais de cinco dias, os membros desse departamento tiveram de trabalhar rápido. A resposta veio do comissário da região do Trapiche da Barra, que ficava sob a responsabilidade do comissário Atolino de Oliveira Lima. Este investigador obteve resultados que levaram aos nomes de dois sujeitos que atuavam em sua região: Olívio e Aristides Téa. Em seu relatório afirma que esses homens, além de propagandistas da ANL eram também opositores dos ideais integralistas. Ambos residentes no bairro do Trapiche da Barra, atuavam em conjunto naquela região, um suprimindo a ausência do outro. No telegrama enviado ao Chefe do DPP o comissário Atolino de Oliveira escreve:

De acordo com o cargo que ocupo, e as ordens recebidas desse departamento, venho com a presente informar-vos sobre os indivíduos seguintes: Olívio de Tal, casado, brasileiro, residente na Avenida Manguaba nº 2416 no Trapiche da Barra desta cidade, de cor morena, bastante magro, olhos castanhos, cabelos agastados, mecânico, trabalha em todas as oficinas dessa cidade, e atende chamado para o interior deste estado, nos dias em que não viaja, dá aula em sua residência, chamando o povo para o seu movimento, e desfazendo na Ação Integralista Brasileira, constando-me também que existe em sua residência uma máquina para imprimir boletins. Aristides Téa, casado, brasileiro, residente na mesma avenida, nº 2498, de cor branca, olhos castanhos, ourives, trabalha em casa, e fora, esse é um verdadeiro propagandista da Aliança Nacional Libertadora, e muito ofensivo ao nosso movimento, e ele é o secretário do Mestre Olívio, supre as faltas quando este viaja. Com tempo darei maiores informações, uma vez que agora não tive a pedir um bom esclarecimento, logo que me chegue um auxiliar, como espero, será muito adiantado este trabalho. (TELEGRAMA AO CHEFE DO DPP, 31 de julho de 1935, p. 1).

A presença dos inimigos da AIB não era um privilégio da capital alagoana, pois esses grupos se espalhavam pelos municípios do estado. Em São Miguel dos Campos deu-se um caso curioso: o inquérito instaurado para saber se o indigitado extremista José Laurindo de Lima poderia ser aceito pelo Núcleo Municipal de São Miguel dos Campos. A investigação constava de uma avaliação dos antecedentes desse sujeito para avaliar a possibilidade de seu ingresso nas fileiras integralistas. Assim, no dia 9 de junho de 1936, na sede do núcleo municipal integralista de São Miguel dos Campos, perante os camisas-verdes Afrânio Moreira de Oliveira (SMOP), José Emídio Filho (SME), Miguel Frederico da Silva (SMSF) e o chefe municipal, Sr. José de Medeiros Aprato, foi iniciado o inquérito para decidir os rumos de Laurindo de Lima. O investigado tinha 28 anos de idade, casado, se declarou agricultor, era natural da cidade de Alagoas, mas residia em São Miguel dos Campos; sabia ler e escrever.

Durante o interrogatório perguntaram ao agricultor se ele professou ou professava o credo comunista. Sua resposta foi:

Que já professou o credo comunista, e pertencia à célula da capital, de Maceió, não sabendo todavia onde se achava localizada a dita célula, pois exercia as funções de distribuidor de boletins e prospectos na capital e nas cidades do interior por onde andava, e não conhecia nem pessoalmente, nem de nome o seu chefe, porque recebia o material de propaganda para distribuição, de camaradas seus, que o faziam no meio da rua. (INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE JOSÉ LAURINDO DE LIMA, São Miguel dos Campos, 9 de junho de 1936, p. 2).

O investigado afirmou ainda haver ingressado nas fileiras comunistas por livre e espontânea vontade, que nunca foi obrigado a nada e que obedecia tão só à sua consciência. O ex-militante comunista mostrou-se muito determinado em não esconder seu passado entre os seguidores dos ideais soviéticos. Contou também que enquanto esteve na cidade de Coruripe, onde realizava trabalhos como vendedor ambulante de miçangas, atuava em paralelo fazendo propaganda para o PCB, e foi lá que sua sorte começou a mudar.

Declarou ainda, que se achando na cidade de Coruripe, deste estado, no dia 24 de março de 1936, em negócios de sua profissão, que era vendedor ambulante de miçangas, ao mesmo tempo em que fazia o serviço de propaganda comunista, quando foi preso pelo delegado de polícia de nome José Alves, que o conduziu escoltado até a penitenciária de Maceió, onde permaneceu por espaço de dezenove dias, no sentido de passar por rigorosa inquirição, após a qual lhe tiraram vinte e uma fotografias, bem como idênticas atividades de impressão datiloscópica, as quais presume terem sido revertidas para as delegacias de polícia dos vinte e um Estados da Federação. (INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE JOSÉ LAURINDO DE LIMA, São

Miguel dos Campos, 9 de junho de 1936, p. 3).

Foi após essa intervenção policial que o antigo vendedor ambulante decidiu mudar de vida. Assim, depois de ser liberado, mudou-se para São Miguel dos Campos, onde fixou residência e passou a trabalhar como agricultor. Até a data do inquérito, Laurindo se dizia afastado de toda e qualquer atividade comunista, bem como arrependido por ter se deixado levar por essas atividades subversivas e antipatrióticas. No entanto, aquele não era um inquérito apenas para averiguar se aquele homem era ou não comunista, pois isso já estava provado no próprio depoimento dele. Aquela era uma entrevista com o intuito de avaliar se o investigado se mostrava decidido a ingressar no movimento integralista. “No intuito de ver se pode conseguir por meio deste grande movimento de renovação nacional a sua regeneração, e firmar o seu nome e o seu caráter, assim queiram os bons brasileiros que eu chefió” (INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE JOSÉ LAURINDO DE LIMA, São Miguel dos Campos, 9 de junho de 1936, p. 3).

Como um grande pai que jamais se nega a dar outra chance para seus filhos, o movimento integralista passou a avaliar a possibilidade de ter esse novo integrante nos seus quadros. Mas não bastavam apenas as palavras do entrevistado, pois os chefes integralistas queriam ouvir a comunidade que era mais próxima do investigado. Assim, a investigação contou com o depoimento de duas testemunhas, Antônio Teles dos Santos e José Petronilo de Lima. O primeiro a depor foi o Antônio Teles dos Santos, de 31 anos de idade, casado, operário, natural de Campos, estado de Sergipe, residente em São Miguel dos Campos. O depoente começou dizendo que ouviu rumores de uma prisão em Coruripe de um sujeito que respondia por nome de José Laurindo, mas que jamais pensou que fosse o seu amigo, pois jamais ouviu dizer que ele estivesse envolvido com grupos subversivos. No entanto, após os rumores e a confirmação de sua prisão, a testemunha pôde ter certeza que o Laurindo dos fuxicos do povo era mesmo o seu amigo. Assim transcreveu as palavras do depoente o relator Afrânio Moreira de Oliveira:

Ouvi dizer que havia sido preso em Coruripe um indivíduo de nome José Laurindo, porque era comunista. A testemunha, porém, que conhecia o acusado há muito tempo, nunca o viu distribuindo boletins comunistas nem fazendo propaganda dessa desgraçada ideia. Só teve ciência de que o mesmo era comunista, quando foi de sua prisão. (INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE JOSÉ LAURINDO DE LIMA, São Miguel dos Campos, 9 de junho de 1936,

p. 4).

A segunda testemunha nesse inquérito foi José Petronilo de Lima. Tinha 36 anos de idade, era casado, operário e residente em São Miguel dos Campos. Assim como a outra testemunha ouvida, dizia desconhecer as atividades comunistas do acusado, pois o conhecia como o vendedor ambulante de miçangas. Afirmou que só ficara sabendo de suas atividades quando Laurindo foi preso em Coruripe. Foi-lhe perguntado como o acusado conseguia se manter oculto diante da comunidade. A testemunha acrescenta que se as atividades do acusado fossem realizadas na cidade, eram feitas num horário desconhecido, para evitar testemunhas. O depoente afirmou que se presenciasse o Sr. Laurindo a realizar esse tipo de atividade teria feito a denúncia.

Não sabia que José Laurindo era comunista, que o conhecia aqui como vendedor de miçanga ambulante, que já havia até feito negócio com ele, porém o mesmo nunca lhe falou nada a respeito de comunismo. Que veio saber, ou melhor, ouvir dizer que o acusado era comunista, quando ele passou aqui vindo de Coruripe preso para Maceió. Entretanto nunca o viu distribuindo boletins, nem prospectos, e se ele distribuía boletins, era alta noite, fora de hora, pois se ela, testemunha, o encontrasse fazendo distribuição o denunciaria imediatamente. (INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE JOSÉ LAURINDO DE LIMA, São Miguel dos Campos, 9 de junho de 1936, p. 5).

As falas das duas testemunhas ouvidas não confirmavam a participação efetiva do indivíduo nos grupos comunistas, mas o próprio acusado assumia sua participação entre os comunistas. Restava agora a avaliação final para saber se José Laurindo era realmente “digno” de usar a camisa verde e se realmente desejava redimir-se de todas as suas atividades subversivas cometidas no passado. Foi-lhe concedido um período de estágio probatório de um mês, em que o ex-militante vermelho teria de provar que estava pronto para se tornar um integralista.

A conclusão foi feita tendo como base os depoimentos prestados à comissão de inquérito integralista. Assim anotou o relator:

Dos depoimentos das testemunhas ouvidas por essa comissão de inquérito, em presença do Chefe Municipal, ficou provado que não se pode, com resultados positivos, dar culpabilidade de José Laurindo de Lima como comunista, com exceção do depoimento do próprio acusado, que confessa claramente o que foi no passado, ficando, pelo seu próprio depoimento, esclarecido o seu crime. (INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE JOSÉ LAURINDO DE LIMA, São Miguel dos Campos, 9 de junho de 1936, p. 5).

Era chegada uma das horas decisivas do inquérito: era o momento da decisão de uma das chefias sobre o ingresso ou não do Senhor Laurindo. Isso competia ao chefe municipal do núcleo de São Luís do Quitunde, José Medeiros Aprato. Este levava em conta os depoimentos das testemunhas e do acusado, e fazia uma avaliação do comportamento do sujeito durante o período de estágio probatório. Esse foi o “calcanhar de Aquiles” do candidato, pois, segundo o parecer do chefe, o investigado não correspondia ao perfil de um integralista. A falta de compromisso com as obrigações do movimento, a postura indisciplinada dentro e fora do núcleo, a irresponsabilidade com a família, tudo isso e mais alguns adendos fizeram com que Aprato considerasse o ex-militante vermelho indigno de se tornar um integralista. Assim escreveu o chefe municipal:

Sou de parecer que o cidadão José Laurindo de Lima, indigitado comunista, que pretende ingressar nas fileiras do integralismo, é um individuo de maus precedentes, afeito às discussões e aos insultos indecorosos, mau filho, péssimo esposo, reincidente em faltas disciplinares e funcionais, alcoólatra inveterado, propenso a violência e a desrespeito às autoridades constituídas, que portanto não é digno nem está apto a envergar uma camisa verde, haja visto o seguinte: quando o citado cidadão assinou a ficha, estabeleci um estágio de trinta dias, findo o qual prestaria o juramento, submetendo-se o mesmo a cumprir rigorosamente as prescrições emanadas dessa Chefia Municipal, as quais foram precisamente não cometer as faltas acima referidas, bem assim não faltar a nenhuma reunião doutrinaria, prescrições que não cumpriu fielmente conforme prometera. Terminado o estágio de trinta dias, fiz ver ao estagiário que ele, de modo algum, cumpriu à risca as determinações dessa chefia. Pelo que resolvi prorrogar o estágio por tempo indeterminado, bem como deixar a solução de seu caso a critério da Chefia Provincial, a fim de que essa chefia resolva conforme lhe prouver. Na certeza, entretanto, de que é um elemento que, de modo nenhum, nos convém ou recomendo. (INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE JOSÉ LAURINDO DE LIMA, São Miguel dos Campos, 9 de junho de 1936, p. 6).

O parecer do chefe municipal de São Miguel dos Campos não chegava a ser a palavra final, porém era uma recomendação de maior importância para a chefia provincial. Assim, as ausências, o passado e má conduta do candidato a camisa-verde podem ter frustrado os objetivos do agricultor em ingressar nas fileiras dos seguidores dos ideais do Sigma⁵¹.

Toda essa resistência e combate ao comunismo não passava despercebida aos olhos dos seguidores de Moscou; contra a ação do Governo e dos integralistas, os comunistas brasileiros já preparavam uma reação. Não era possível manter-se passivo

⁵¹ Até o momento não foram encontrados documentos que apontassem qual a conclusão do chefe provincial referente ao processo do Sr. José Laurindo de Lima.

com tudo o que estava acontecendo; era hora de agir para não se tornarem “presas” tão fáceis de ser capturadas.

Nossa ofensiva marcou o início de uma nova fase, das lutas armadas, da Revolução Nacional Libertadora. A esse grande avanço da revolução se opõe um aumento muito grande da reação contra a qual precisamos opor uma defesa eficaz para, recompondo nossas forças dentro do trabalho de massas, prosseguir avançando até a vitória final. (CARTA DISTRIBUÍDA ÀS CÉLULAS COMUNISTAS, sem data, p. 1).

As forças opositoras eram a polícia, o governo varguista e as forças imperialistas do capitalismo liberal, que passavam a atuar com um serviço de espionagem bem mais sofisticado, diferenciando-se das atuações truculentas da polícia da República Velha. O objetivo agora não era capturar apenas um indivíduo, mas sim investigar um suspeito por um, dois ou até três meses, para assim, por meio daquele indivíduo, capturar uma organização inteira. Era nesse momento que entrava a atuação dos integralistas, pois muitos deles eram contratados para os serviços auxiliares da polícia, atuando no serviço de investigação de um suspeito e como informantes das forças militares.

A polícia emprega métodos mais firmes. Não é só o aumentando a reação física contra os revolucionários que atua a polícia de Getúlio e dos imperialistas. Ela emprega mais recursos e métodos policiais. Por exemplo, a polícia não manda mais vigiar as casas por “tiras” com um bruto revólver na cinta que se denuncia como tal imediatamente. Hoje ela emprega novos métodos: mobiliza milhares de espíões que se fantasiam de vagabundos, vendedores ambulantes, mata-mosquitos, vendedores de loteria, etc. E suborna uma série de gente só para o serviço de informação. É preciso estar agora vigilante contra todos os espíões e não ficar comodamente convencidos de que não estamos sendo vigiados porque não aparece o “tira”. Outro novo método da polícia é vigiar alugando uma casa nas proximidades para que o vigiado não perceba. Incumbe um integralista desse trabalho. Antigamente, mal ele localizava um companheiro, dava cana nele; hoje a tática é outra: procuram seguir aquele às vezes durante meses, para assim poder deitar a mão em um organismo inteiro ou pegar uma pista para o aparelho ou pegar uma pista para o aparelho e para a direção. (CARTA DISTRIBUÍDA ÀS CÉLULAS COMUNISTAS, sem data, p. 1).

A carta comunista distribuída entre as células do partido apresentava sete pontos que pretendiam prevenir seus partidários dos atos de perseguição dos seus opositores. As medidas tomadas deveriam ser transmitidas pelos secretários aos correligionários. Foi esta a determinação: “Todos aqueles camaradas que moram em casas conhecidas da polícia devem fazer a mudança, pois mesmo que nunca tenham sido presos, isso não lhes garante segurança”. Essa mudança deve ser realizada com extremos cuidados, “sem deixar rastros, transportando primeiro a uma estação de bondes, despachando para outra

e, ao chegar ao destino, deve sair em carro diferente, ou então levar a mudança primeiro para a casa de um conhecido, e de lá mudando em outro carro e dentro de poucas horas” (CARTA DISTRIBUÍDA ÀS CÉLULAS COMUNISTAS, sem data, p. 1). Essa era uma forma de despistar as investigações da polícia.

Num segundo ponto, a carta esclarecia os caminhos que deveriam percorrer os companheiros comunistas: as ruas nunca deveriam ser repetidas; não se deveria cumprimentar nem falar com amigos partidários na rua, pois um dos dois poderia estar sendo seguido; as esquinas mortas deveriam ser ponto de encontro para no máximo dois camaradas; usar a casa de simpatizantes ou amigos para conversar com os correligionários e transmitir informações da diretoria.

No terceiro item era feita a ressalva de que com a participação dos integralistas nos serviços de espionagem, devia-se ter mais cautela. “Agora que os espiões da polícia são muito mais numerosos porque aumentados por todos os integralistas, temos que tomar cuidado de não falarmos em locais públicos, trens, bares, ônibus, cafés, etc.” (CARTA DISTRIBUÍDA ÀS CÉLULAS COMUNISTAS, sem data, p. 1). É que uma ação impensada daria pistas que levariam a polícia até os comunistas.

O quarto item apontava justamente para a questão das medidas que tinham de ser tomadas para não serem surpreendidos pelos inimigos. Assim, os pontos centrais das cidades deveriam ser evitados pelos companheiros conhecidos da polícia, que deveriam evitar passar a pé por esses locais. Caso isso não fosse possível, a diretoria do Partido dava outra opção: “sempre que possível, ficar dentro de conduções onde viajam muitos outros passageiros e passar por esses lugares lendo jornal, de cabeça baixa, sempre o mais discretamente possível, portando-se como todo mundo, e não gesticular, não falar alto” (CARTA DISTRIBUÍDA ÀS CÉLULAS COMUNISTAS, sem data, p. 2).

O quinto item da carta alertava para que os militantes comunistas observassem se estavam sendo perseguidos; para isso, deveriam deixar cair o jornal, parar em uma vitrine de loja, olhar uma mulher bonita, entrar em uma loja para comprar fósforo, dobrar a esquina sempre que chegassem perto de um local, para constatar se estão sendo seguidos. Tudo isso deveria ser feito sem alarde, para não chamar atenção de outras pessoas.

O sexto item aconselhava os partidários vermelhos a não manter em casa nenhum tipo de material do partido, e a evitar ser pego com qualquer tipo de propaganda do partido. Era preciso distribuir todos os boletins e panfletos assim que os recebessem.

O sétimo item adverte as células comunistas sobre os horários das reuniões:

Nenhuma reunião deve durar mais do que até 21:30 horas no centro e 21 horas nos subúrbio ou pequenas cidades. Não se deve falar alto. Devemos abandonar as reuniões longas para pater papo e conversar fiado sobre os acontecimentos. Numa hora e até meia hora, 5 e 6 membros de uma célula podem entender-se sobre a realização das tarefas traçadas, tomar novas resoluções e discutir a situação de sua empresa ou fábrica. Isso pode se fazer andando na rua, depois do trabalho, a caminho de casa, ou em um jardim público, afastando-se dos demais frequentadores e não tomando atitudes misteriosas. Uma reunião de 2 horas no máximo é o que se pode aguentar hoje para uma célula. Tratar de coisas concretas é a melhor forma de manter uma célula viva. Da reunião ninguém deve sair com papelório, pois pode ser revistado. Não sair aos grupos e em vozerio, porque chama a atenção dos vizinhos e o dono da casa pode não querer mais cedê-la. (CARTA DISTRIBUÍDA ÀS CÉLULAS COMUNISTAS, sem data, p. 2).

Assim, o temor da vigilância fazia os inimigos do integralismo ficarem mais atentos e cometerem menos erros, pois sabiam que aqueles eram tempos em que não se podia confiar no vizinho. Essa situação reforçou a importância dos camisas-verdes nesse sistema de espionagem, já que, quanto mais inimigos os vermelhos encontrassem pela frente, melhor para as forças do Estado.

3.2 A DISCIPLINA DOS CAMISAS-VERDES: entre o credo, a hierarquia e os desejos carnavais

O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício, em favor da família, da Pátria e da sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da nação e o enlevamento moral das pessoas. A riqueza é um bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não seja cumprido pelos seus detentores os deveres que rigorosamente se impõem para com a sociedade e a pátria. Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimulando os outros, cada qual se distinguindo nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria, e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da Nacionalidade e a felicidade social. (MANIFESTO DE OUTUBRO DE 1932, 1932, p. 1).

A disciplina integralista era algo muito valorizado entre seus militantes, pois um homem deveria estar pronto para servir a Deus, à Família e à Pátria. O homem deve

manter a moralidade e a ética cristãs, pois suas ações servirão de exemplo na construção de uma sociedade harmoniosa, onde os homens se respeitam e ajam por um bem comum. O integralista tinha de ser um propagador da felicidade social, e sua conduta tinha de ser inquestionável diante da comunidade. O homem que se vestia com o uniforme integralista passava a representar o partido; suas atitudes não seriam mais vistas como ações de um indivíduo, mas como atos do movimento. Desse modo, aqueles que não se adaptavam a essa realidade eram excluídos do partido.

As exclusões dentro do movimento integralista não eram novidade para ninguém; elas ocorriam por diversas formas⁵², mas alguns casos de indisciplina chamaram a atenção entre os integralistas alagoanos. Um dos casos de indisciplina ocorreu na cidade de Maceió com o integralista de nome Cícero Jackson, acusado de infringir os artigos de números 19 e 20 do Estatuto dos Camisas-Verdes⁵³. A afronta à hierarquia integralista era uma falta grave, e essas atitudes precisavam ser averiguadas por um inquérito, para avaliar a culpabilidade do acusado.

Era 22 de setembro de 1937, na capital alagoana, quando a solicitação do inquérito para avaliar a conduta de Jackson foi deferida pelo chefe do Departamento Técnico Provincial (DTP) dos integralistas. Os trabalhos iniciais foram realizados pelo chefe do DTP, Armando Montenegro, junto com os integralistas João Jovelino, Manuel Epifânio do Carmo e José Lourenço Filho, que serviriam como testemunhas no caso. Nesse inquérito o acusado teve direito a um advogado de defesa. Passados seis dias, estava tudo pronto para a oitiva das testemunhas. Assim, em 28 de setembro de 1937, na Secretaria Provincial de Propaganda (SPP) da Ação Integralista Brasileira, dava-se início aos trabalhos deste inquérito.

Presentes nesse momento estavam os integralistas Francisco Firmo Cavalcante Moura e Jorge da Silva Garcia; este último, por ordem do chefe do DTP, funcionou como escrevente do inquérito e exerceu a presidência. A primeira testemunha a ser ouvida foi Manuel Epifânio do Carmo, que quando perguntado o que sabia sobre o caso, respondeu:

⁵² Atos extremados como frequências em faltas com o Regimento Integralista, alianças com inimigos da AIB, atos contra a fé cristã, eram atitudes punidas com a exclusão, como veremos a seguir.

⁵³ Art. 19 – É considerada indevida a ingerência de qualquer integralista em assuntos da competência exclusiva do chefe provincial, bem como dos respectivos secretários.

Art. 20 – Toda atividade integralista, nos municípios, será controlada e dirigida por um chefe municipal, nomeado livremente pelo chefe provincial. (ESTATUTO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, 1934, p. 4).

Em data que não precisa, ouviu do companheiro Cícero Jackson fortes censuras ao movimento integralista desta Província, bem como a declaração de que aqui não havia integralismo e que integralismo só no Rio, onde o camisa-verde encontra na própria sede o conforto, cama, etc. Disse ainda mais o depoente que o acusado alegou ainda que os Chefes do movimento aqui não olhavam para os integralistas, pois ele, Cícero, quase morria na cadeia, quando preso em Rio Largo, e isso devido ao descaso dos Chefes Integralistas da Província. (INQUÉRITO CONTRA CÍCERO JACKSON, 28 de setembro de 1937. p. 1).

A comissão que ouvia a testemunha tinha outra preocupação, pois era preciso saber se mais alguém tinha ouvido as “injúrias” proclamadas pelo acusado; para a inquietação de todos, o Senhor Jackson havia discursado para uma plateia. O integralista rebelde teria realizado esse bombardeio de acusações no saguão da sede provincial, onde se encontrava um grupo de integralistas que participavam de uma palestra no momento. Essas foram as últimas informações prestadas pela primeira testemunha aos inquiridores. As ações do acusado provavelmente preocupavam a diretoria do partido, pois além de representar uma fragmentação no movimento, que falava em integração social, mostrava uma afronta à hierarquia do integralismo, e isso não poderia ser tolerado. É que todo bom camisa-verde deveria manter obediência às chefias, já que a harmonia social depende da obediência aos superiores.

No mesmo dia foi ouvida a segunda testemunha, José Lourenço Filho, que, quando questionado sobre o que sabia do caso em questão, respondeu de forma muito enfática e disse saber da indisciplina do acusado e que ele vivia disparando acusações contra os chefes integralistas e não obedecia à ordem de seus superiores, mesmo quando essas lhe eram dadas diretamente. Quando perguntado sobre o fato ocorrido no saguão da sede integralista, Lourenço Filho afirmou não ter presenciado o fato.

Perguntado se ouviu o acusado no saguão da sede da AIB desta Cidade, destratando os Chefes do Movimento, respondeu negativamente; perguntado como positivava as suas acusações de indisciplinas praticadas pelo acusado, respondeu que mais de uma vez transmitiu ao acusado ordens emanadas do DIP, atinentes à segurança interna do movimento, sem que o mesmo desse cumprimento as citadas ordens; disse mais saber o acusado, quando pernoitava nesta sede, se recolhido a noite, digo uma noite fora de hora, juntamente com o companheiro João Jovelino, forçando nessa ocasião a fim de ter entrada no portão dos fundos da mesma sede, apesar de existir ordens da Chefia em contrário, ordem da qual o companheiro João Jovelino era conhecido. (INQUÉRITO CONTRA CÍCERO JACKSON, 28 de setembro de 1937, p. 4).

Usar a sede para pernoitar era uma falta muito grave em face da moralidade integralista, pois provavelmente não se tratava de passar a noite na sede após um dia de

trabalho pelo partido, mas sim após uma noite da qual não se orgulharia nenhum integralista. A fala da segunda testemunha realça a indisciplina do acusado diante da autoridade dos chefes, pois mesmo não presenciando a ocorrência no saguão da sede, a testemunha acrescentou ao inquérito outros acontecimentos que reforçavam a ausência do respeito à hierarquia pelo acusado. Os chefes na AIB tinham seus poderes indivisíveis e deveriam governar seus núcleos de forma total, respondendo apenas à hierarquia integralista, sem questionamentos por parte de seus inferiores. O Estatuto Integralista coloca a pessoa do chefe como perpétuo e, por isso, não se deve comentar nada sobre os atos das Chefias Provinciais⁵⁴. Assim, os atos do integralista acusado feriam o estatuto dos camisas-verdes e manchavam o nome do movimento.

Após o depoimento da segunda testemunha, fez-se uma pausa no inquérito. Os trabalhos só foram retomados no dia 29 de setembro de 1937, quando foi ouvida a terceira testemunha do caso, João Jovelino da Silva. Essa terceira testemunha parecia ser a mais próxima do acusado, pois Jackson foi visto com ele a forçar o portão dos fundos da sede para tentar pernoitar; também foi ele o único dos companheiros integralistas a visitar o amigo radical na prisão. Essa testemunha também era importante para o inquérito, porque assim como o seu companheiro de partido José Lourenço, havia presenciado o acusado fazer as acusações contra a chefia integralista. Quando perguntado sobre o que sabia do acontecido no saguão da sede provincial, o depoente respondeu:

Ouviu do acusado que, em data que não precisa, palavras obscuras e gestos indecentes para com o movimento que classificou no mais baixo nível, em termos que o decoro manda silenciar; perguntado o que deu lugar a essa atitude do acusado, respondeu o depoente que o acusado alegava como justificativa da sua revolta contra o movimento o fato de ter sido abandonado, quando preso em Rio Largo, pelo seus chefes e companheiros do integralismo, recebendo apenas, na prisão, a visita dele depoente e do companheiro Luiz de Barros, sendo que o último o fizera no intuito de cobrar determinada importância que o acusado lhe devia. Acrescentou o depoente que o acusado fez as declarações acima quando ambos palestravam na calçada da sede provincial. (INQUÉRITO CONTRA CÍCERO JACKSON, 29 de setembro de 1937, p. 6).

O interrogador acrescentou ao seu depoimento o fato ocorrido no dia em que ele e o acusado foram vistos forçando o portão dos fundos da sede provincial. Jovelino não

⁵⁴ Art. 18 – É proibido sob pena de exclusão a qualquer integralista comentar os atos do Chefe Provincial, bem como dos respectivos secretários. (ESTATUTO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, TÍTULO III, CAP. III, 1932, p. 4).

negou o fato; quando perguntado se realmente estava na companhia do acusado, não só respondeu positivamente como também deu detalhes do ocorrido. Afirmou que em uma noite de sábado ambos vinham caminhando pelos fundos do prédio da sede provincial, quando o companheiro Jackson resolveu entrar no prédio com o intuito de pernoitar, mas como era de se esperar, encontraram o portão fechado. Isso não foi obstáculo para o acusado, que com um punhal forçou o ferrolho do portão e o abriu, e lá passaram a noite.

Outra questão que chama a atenção no depoimento de Jovelino é a ausência de visitas ao acusado, enquanto se encontrava preso. As ações do integralista já vinham sendo observadas há algum tempo, e como foi dito nos depoimentos, sua indisciplina era algo presente e que já se identificava; assim, manter relações com esse homem seria um risco para a imagem dos seus companheiros integralistas. A melhor forma de não ser interpretado como um cúmplice do rebelde era mantendo-se distante dele.

Faltava ainda a fala da defesa. Após um intervalo de mais de cinco dias, as atividades foram retomadas. Em 5 de outubro de 1937, na Secretaria Provincial de Propaganda (SPP) da AIB, na cidade de Maceió, na presença dos integralistas Francisco Firmino Cavalcante e Gastão Carvalho de Souza, acompanhados do presidente e escrevente do inquérito, ouviu-se o acusado. Este não negou que há algum tempo vinha comentando com alguns companheiros as suas insatisfações com o movimento e com as suas chefias, mas deixou bem claro que aquele não era um ato isolado de sua pessoa, pois, assim como ele, outros colegas do partido também se queixavam dos rumos que o integralismo estava tomando naquela capital. Assim ficou registrado no relatório:

O acusado no inquérito em apreço foi convidado a declarar se tinha alegações a fazer em sua defesa, em face das citadas acusações: respondeu que efetivamente tem comentado com vários companheiros fatos verificados no movimento dessa Província, fatos esses também comentados por outros companheiros como sejam: João Jovelino, Jorge da Silva Garcia, José Lourenço Filho, Manuel Epifânio de Lima e outros de cujos nomes não se recordava naquele momento, os quais comentários giram em torno de certos atos de alguns dos dirigentes do movimento nesta Província, a ponto de João Jovelino dizer por várias vezes que irá embora porque o Chefe não o socorre e que integralismo só tem em Pernambuco, tendo estado doente e quase morrendo por falta de auxílio; disse mais o depoente ter ouvido ainda Jorge da Silva Garcia dizer perante muitos companheiros, por várias vezes, em diversos lugares da sede e fora dela, que estava arrojado por causa do movimento e que ninguém até hoje o socorreu, sendo já chefe digo, tendo já sido chefe de um departamento do qual já foi demitido sem motivo algum. (INQUÉRITO CONTRA CÍCERO JACKSON, 5 de outubro de 1937, p. 8).

O acusado não poupou nomes em seu depoimento e citou peças fundamentais no interrogatório, a saber, duas testemunhas e o escrivão e presidente do inquirido como seus cúmplices de acusações contra a AIB. Com isso o acusado tentava enfraquecer a imagem de seus acusadores e desacreditá-los perante os inquiridores. Sua estratégia era mostrar que apesar de todos os seus atos de indignação, aquilo não eram atos isolados, pois muitos outros já questionavam as atitudes das chefias naquela província.

Mas essa era apenas a primeira das acusações feitas contra o acusado, pois ele ainda precisava justificar à comissão a desobediência às ordens de seus superiores. Quando perguntado sobre tais atos de indisciplina, o acusado respondeu negativamente.

Perguntado o inquirido o que tinha a dizer em sua defesa, respondeu: que na dependência ocupada pelo companheiro José Lourenço Filho declarou abertamente que iria oficializar a chefia pedindo seu afastamento do integralismo por ter achado lá fora outra conveniência; disse mais que outro dia o encontrara a discutir com um cabo eleitoral da UDB (ainda na residência do companheiro Epifânio) e perante, entre outros, o companheiro Moacir de tal (também residente na sede) e o próprio Epifânio, nessa ocasião declarou o companheiro José Lourenço que iria abandonar o movimento porque estava prejudicando os seus interesses; perguntado ainda se conhecia esse cabo eleitoral da UDB, respondeu ignorar seu nome, mas que o vendo o reconheceria. (INQUÉRITO CONTRA CÍCERO JACKSON, 5 de outubro de 1937, pp. 8/9).

Agora o acusado apontava sua fala contra os companheiros integralistas, acusando-os de conchavo com os rivais dos camisas-verdes. Tentou mostrar que apesar das acusações contra ele, mantinha-se fiel ao movimento, enquanto aqueles que o acusavam estavam tramando um desligamento em massa da AIB para uma filiação com os adversários. O depoimento do integralista investigado alertava indiretamente que era preciso a chefia abrir bem os olhos, já que seus militantes estavam insatisfeitos com suas atuações e talvez fosse hora de adotarem uma nova postura, embora isso não coubesse no movimento integralista, pois seus chefes eram absolutos e só se reportavam a seus superiores. Ressaltou que aqueles que pretendiam continuar no movimento deveriam aceitar essas diretrizes, como também abdicar de alguns interesses pessoais, ou não estariam aptos a usar uma camisa verde, além de ferirem o estatuto integralista⁵⁵.

⁵⁵ Art. 44 – O integralista é um homem livre que se inscreve espontaneamente na AIB com o fim de sacrificar seus caprichos pessoais, uma parte de seus interesses e de seu tempo, submetendo-se a deveres de honra pela grandeza da Nação.

Faltava ainda Jackson Silva responder a uma acusação, pois no depoimento do integralista José Lourenço Filho foi relatado que o acusado, acompanhado por João Jovelino, teria sido visto, tarde da noite, a forçar a fechadura do portão dos fundos da sede provincial. Quando perguntado sobre o fato, assim respondeu:

... que vinha certa noite de uma festa na companhia de João Jovelino e como já fosse muito tarde e o portão estivesse fechado, o companheiro João Jovelino declarou ao depoente que fechado o portão como estava, devia ser arrebentado, ao que o inquirido ponderou que não convinha assim proceder visto como iria tentar o mesmo com o punhal que conduzia, e que de fato o conseguiu sem dano algum; disse mais o depoente que João Jovelino declarara ter por hábito as vezes que chegava fora de hora para se recolher ao seu dormitório na sede tapeava o porteiro Manuel Epifânio com a declaração de que andava a serviço da AIB. (INQUÉRITO CONTRA CÍCERO JACKSON, 5 de outubro de 1937, p. 9).

Dando sequência à sua estratégia, o acusado não desmente os fatos pelos quais é acusado, mas faz questão de acrescentar que não esteve sozinho em nenhum dos atos e que nem sempre a ideia de determinadas ações partiu dele. A ação de pernoitar na sede, algo que já havia sido proibido pela chefia, ficou claro na fala do depoente ser um hábito, mas não dele, e sim de um de seus acusadores. O inquérito se estendia, pois faltava saber do depoente se realmente ele teria falado palavras de baixo calão e feito gestos indecorosos contra o movimento integralista. Sobre essa acusação Jackson Silva, negou totalmente sua culpa.

O depoimento do acusado levantou uma série de acusações que provavelmente geraria a necessidade da abertura de um novo inquérito que incluísse todos os nomes citados pelo depoente, mas apenas suas palavras não seriam suficientes para provar qualquer coisa diante daquela tribuna. Assim lhe foi perguntado se ele teria como provar tais acusações, se teria testemunhas que confirmassem tudo aquilo que foi dito por ele. O acusado afirmou que se lhe fosse permitido ele traria um ou mais colegas para confirmar tudo o que foi dito em seu depoimento.

Sem mais nada a declarar, foi finalizado seu depoimento para que a comissão pudesse avaliar suas acusações. No dia 28 de outubro de 1937 foi publicada uma nota pelo DTP, arquivando o processo contra o Sr. Cícero Jackson da Silva e ressaltando que

Art. 45 – Todo integralista ao ingressar para o respectivo núcleo assinará uma declaração em que jura estar de pleno acordo com a doutrina e estrutura da AIB.
(ESTATUTO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, TÍTULO V, CAP.VIII, 1932, p. 6).

ele sofreria as penas que constavam no regulamento integralista. O documento ainda liberava os integralistas acusados por Jackson, considerando suas declarações como falsas e infundadas.

O Departamento Técnico Provincial resolveu arquivar o presente processo instaurado contra o companheiro Cícero Jackson da Silva, por haver constatado que o mesmo prestou declarações comprovadamente falsas contra companheiros esforçados e dignos, sem a devida permissão para tal fim, informações aleivasas contra o companheiro Da Silva Garcia, hoje, Diretor da Execução da SPP, que, inegavelmente, integralista de grandes serviços prestados à causa, e tendo ocupado vários cargos de relevância dentro do movimento, está isento das acusações falsas do companheiro Cícero da Silva, o qual, a bem da moral da AIB, depois de apuradas as suas responsabilidades, sofreu as penas impostas pelo regulamento de conduta do Camisa-Verde. (RESOLUÇÃO DO INQUÉRITO CONTRA CÍCERO JACKSON, Maceió, 28 de outubro de 1937, p. 1).

Esse inquérito mostra a relevância da manutenção da disciplina e da hierarquia integralista. Assim, a figura dos chefes era de fundamental importância na condução da sociedade e na formação do Estado Integral. O próprio chefe nacional, Dr. Plínio Salgado, enxergava o papel do chefe como um doutrinador, e como fundamental a fidelidade dos militantes, devendo o integralista, respeitar a doutrina do movimento. Para Plínio Salgado eram quatro os elementos que constituíam o poder de um chefe integralista, como esclarece Trindade:

O primeiro é que ninguém tem o direito de colocar em questão a autoridade do Chefe. O líder que tolera a dúvida ou a contestação de sua autoridade provoca a crise de seu poder e enfraquece. O segundo princípio liga-se estritamente ao primeiro: não haver contradição entre o Chefe e a Doutrina. Esta regra é absoluta no integralismo, pois o Chefe é simultaneamente o criador e intérprete desses princípios. Em consequência, a lógica entre a concepção do Chefe e os dois corolários do fundamento de sua autoridade é perfeita. O Chefe mantém a intangibilidade de seu poder, porque sua fidelidade à doutrina é imanente pelo fato de que é ele o seu criador. Quanto à possibilidade de erro nas decisões de ação, ele tem sempre recurso de imputar a responsabilidade aos órgãos auxiliares de consulta. (TRINDADE, 1976, p. 168).

Mas esse não foi um caso isolado de indisciplina entre os integralistas. Parece que alguns camisas-verdes se deixavam levar pelas tentações mundanas e caíram no abismo da jogatina, da bebedeira e da formicação. Atitudes como essas levariam um integralista a ser advertido, e caso não mudasse suas ações, possivelmente seria expulso do movimento. O uniforme integralista não era apenas um pedaço de pano usado para cobrir o corpo; o homem que vestisse a camisa verde deveria ser a representação da

honra, do amor à pátria, do temor a Deus, do respeito à família e nunca ter sua moral questionada.

Outro exemplo de indisciplina desse tipo foi encontrado nos registros do Departamento Provincial de Polícia (DPP) dos integralistas. Neste caso o infrator se chamava Salustiano Eusébio de Barros, integralista do núcleo de Maceió. A infração desse sujeito se resumiu ao ambiente no qual foi avistado, e não seria de tamanha gravidade se não estivesse vestido em seu uniforme integralista.

No dia 19 de julho de 1935, esse camisa-verde foi visto no cassino Antártida, na capital alagoana. A situação do homem se agravou, pois aquela não era a primeira nem a segunda vez que fora flagrado no mesmo cassino, mas se tratava da terceira vez que o chefe do Departamento de Provincial de Polícia (DPP) o encontrava naquele local. Cumprindo o protocolo integralista, Milton Ramires, chefe do DPP, enviou um telegrama para o chefe provincial de Alagoas, Dr. Afrânio Lages:

Venho trazer ao conhecimento dessa chefia que o companheiro Salustiano Eusébio de Barros achava-se no dia 19 do mês corrente, as 11 e ½ da noite, no cassino Antártica, desta cidade, vestido com a camisa verde assinalada com o Sigma. Isso já acontece pela terceira vez. A informação supra não é colhida por intermédio de terceiros. Foi o Chefe do DPP signatário desta que o encontrou por três vezes. (TELEGRAMA DO DPP AO CHEFE PROVINCIAL, Maceió, 20 de julho de 1935).

Ações como essa preocupavam a direção do partido, já que o cassino não era o melhor lugar para um integralista, pois feria o conceito de moralidade cristã do movimento. Ambientes como esse deveriam ser evitados, e jamais frequentados por integralistas uniformizados. Mas a disciplina de alguns de seus militantes era superada por impulsos incontroláveis de uma noite na imoralidade do homem comum. Essa era uma questão tão forte para os integralistas que os seus rivais comunistas usavam como estratégia para tentar atingir a “integridade” dos seguidores do Sigma, vestirem-se com uniformes integralistas e saírem pelos cassinos e cabarés noitadas afora, bebendo, arrumando confusão e cometendo atos de vandalismo. “Tendo chegado ao conhecimento da Chefia Nacional que elementos comunistas estão adquirindo e mandando fabricar camisas verdes e distintivos integralistas, com os quais pretendem, não só provocar desordem, como tentar contra o regime” (INFORMATIVO DO DTP AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS, Maceió, 27 de agosto de 1937, p. 1).

As desavenças entre os integralistas também eram interpretadas como uma atitude de indisciplina, e discussões que levassem a ofensas ou agressão física deveriam ser investigadas pelo Departamento Técnico Provincial (DTP). Os registros mostram que problemas similares já foram enfrentados por esse departamento, pois no dia 27 de outubro de 1937, na oficina do Jornal **A Província**, na cidade de Maceió, dois camisas-verdes colocaram à prova suas diferenças e, por muito pouco, essa discussão não terminou em agressão física. Os envolvidos foram os integralistas Álvaro Carneiro e Sebastião Miranda Rego; o motivo da confusão é desconhecido, porém se sabe que, na manhã do dia citado, era mais um dia comum de trabalho no jornal integralista, quando em algum momento foram ouvidos berros de fúria. Segundo alguns relatos, quando os outros integralistas presentes no local rumaram em direção ao vozerio, presenciaram Álvaro soltando palavras de ofensas injuriosas e partindo para agredir seu companheiro de legenda, Miranda Rego. A ação de alguns colegas dos brigões foi partir para separá-los, pois aquela atitude era inadmissível para um integralista. Em depoimento ao inquérito de averiguação desse fato, o integralista Moacir José da Cunha afirmou haver presenciado o seguinte:

Estando encostado à janela a conversa com o companheiro Manoel Epifânio do Carmo, quando foi despertado pela gritaria dos companheiros Álvaro Carneiro e Sebastião Miranda Rêgo e ouvi então aquele companheiro dizer palavras obscenas ao queixoso, encaminhando-se nessa ocasião contra o mesmo com gestos de querer agredi-lo, quando o companheiro José Lourenço caminhou para desapertá-los, dizendo que ele, Álvaro Carneiro, respeitasse outros companheiros ali presentes. Dito isso, o agressor foi embora. (INQUÉRITO CONTRA ÁLVARO CARNEIRO, 30 de outubro de 1937. p. 1).

Miranda Rego manteve uma postura pacífica, mesmo quase sendo agredido. Outra testemunha desse acontecimento foi o integralista e chefe da quarta secção do DPP, Luiz Teixeira de Barros. Quando perguntado sobre o que tinha visto com relação à atitude do companheiro, respondeu que “O queixoso limitava-se a dizer apenas que retribuía” (INQUÉRITO CONTRA ÁLVARO CARNEIRO, 29 de outubro de 1937, p. 2).

O resultado desse inquérito é desconhecido, pois a documentação não revela a conclusão dos fatos, porém evidencia preocupação com a ação dos integralistas. O partido pretendia manter seus militantes sob seu controle, tanto dentro como fora dos

espaços integralistas; seus hábitos, sua conduta e seu discurso deveriam ser focados no modelo de um “verdadeiro” camisa-verde.

3.3 O COMEÇO DO FIM: a repressão aos camisas-verdes

O Governo de Vargas e os integralistas viviam praticamente em uma lua de mel. Os seguidores do Sigma compactuavam ideias e inimigos semelhantes aos do presidente e de parte de sua cúpula governista. Em 1935, os integralistas atuaram no serviço de espionagem a favor do governo e estiveram ao lado de Vargas na implantação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), apoiando inclusive a implantação do Estado Novo. Mas o desfecho dessa história não traria um final feliz para os integralistas.

Em 1935, quando foi instaurada a Lei de Segurança Nacional com o intuito de impedir o avanço dos ideais subversivos, Plínio Salgado ficou do lado das forças governistas, dando-lhes apoio considerável com o serviço de espionagem dos camisas-verdes. A Lei nº 38, aprovada em 4 de abril de 1935, foi o embrião de um dos órgãos mais opressores da era varguista, o Tribunal de Segurança Nacional (TSN). No entanto, tudo isso só seria consolidado em 1937, com a instauração do Estado Novo⁵⁶.

Para os integralistas, os anos de 1935 e 1936 foram um período de sucesso, pois obtiveram vitórias nas eleições municipais, estaduais e federais, contribuíram para a derrocada da ANL, e com seus inimigos fragilizados, cresceram significativamente. Porém, as forças do continuísmo iriam interromper esse crescimento do movimento verde, pois era chegada a hora de Vargas apresentar seus verdadeiros aliados, às vésperas da implantação do Estado Novo.

Era a ameaça soviética o que mais preocupava o regime político brasileiro desde 1930. As medidas para frear a “avalanche” vermelha que vinha seduzindo e conquistando nações pelo mundo afora já tinham sido tomadas. Era chegada a hora de consolidar a vitória dos “revolucionários” de 1930, pois outra ameaça ao continuísmo de Vargas se aproximava: as eleições presidenciais de 1938, previstas pela Constituição de 1934.

⁵⁶ Sobre os impactos da Lei de Segurança Nacional, a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TRN) e a repressão no Governo Vargas antes e após a implantação do Estado Novo, ver: CAMPOS, Reynaldo Pompeu. *Repressão Judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro, 1982.

Desde 1936, o debate girava em torno da sucessão presidencial que ocorreria em 1938, mas Vargas tentava a todo custo adiar essa discussão. Ao se aproximarem as eleições, Armando Sales, então governador, se lançou candidato e buscou o apoio da oposição, porém foi o nome de José Américo de Almeida que preocupou o Governo Federal, pois o paraibano recebeu o apoio de grande parte dos opositores de Vargas. Também pretendia se lançar candidato o líder integralista Plínio Salgado.

As ações nesse meio tempo, geradas pela política repressora do governo, fizeram cair tanto antigos inimigos como antigos aliados do presidente que eram contrários à política do continuísmo. Um desses foi o governador gaúcho Flores da Cunha, que além de não apoiar o continuísmo, tinha uma forte representação política e militar no sul do país. Ao longo de 1937 a situação política foi mudando, e a estratégia para o Golpe se consolidou⁵⁷.

Mas fazia-se necessário o apoio da população ao que estava por vir. Lançou-se mão do medo da sociedade brasileira ao bolchevismo para a aprovação do Estado de Guerra que se instauraria no país. O Plano Cohen foi o ápice. O documento consistia numa suposta ofensiva comunista comandada por Moscou.

O capítulo dois desse trabalho analisava os erros cometidos em 35, que em hipótese alguma deveriam ser repetidos e, para tanto, estabelecia um plano de violência útil e concreta. Assim, nos quartéis e navios, cada oficial suspeito deveria ter um homem encarregado de eliminação, bem como deveriam ser executados os sargentos que não inspirassem confiança. Sugeriu-se ali a criação de um comitê de incêndio composto por pessoas disfarçadas de mata-mosquitos que, munidos de material próprio, incendiariam as casas, obrigando a que o corpo de bombeiros, tendo que atender a vários incêndios, não pudesse ser usado como força militar contra os revoltosos. Ao mesmo tempo, outros grupos deveriam ser usados nos saques e depredações que, para aumentar a excitação, devem ser conduzidos a um sentido nitidamente sexual. (CAMPOS, 1982, p. 72).

⁵⁷ O final do ano de 1936 foi marcado por importantes mudanças tanto nos meios políticos quanto nos militares. Na política, as forças se realinharam e trocaram de posição de acordo com suas orientações estratégicas, preparando-se para o embate da sucessão que se avizinhava. Diversas substituições foram feitas nos comandos militares do sul visando a uma maior eficácia na ação contra o governador gaúcho. Passo importante nesse sentido foi dado com a substituição do ministro da Guerra João Gomes, reticente à intervenção no Rio Grande, pelo general Eurico Gaspar Dutra. Outro importante elemento de esvaziamento da campanha sucessória foi o cerco promovido por Vargas em torno de alguns focos regionais de resistência ao continuísmo. Em Pernambuco, o governador Lima Cavalcanti foi acusado publicamente de envolvimento com o comunismo, abrindo-se em seu partido uma dissidência liderada pelo ministro Agamenon Magalhães, que disputava a liderança no estado. Na Bahia, governada por Juraci Magalhães, começavam a circular boatos de uma intervenção federal. No Rio Grande do Sul, o general Góes Monteiro preparava-se para derrubar militarmente Flores da Cunha. Para tanto, mudanças fundamentais foram efetuadas nos comandos militares a partir de junho de 1937. (<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>)

O Plano foi divulgado em 30 de setembro de 1937 em todos os jornais e apresentado como um plano tenebroso do Partido Comunista russo que atentava contra a moral e ética da sociedade brasileira. Para impedir essa ameaça comunista seria instaurado um Estado de Guerra. O medo evoluiu para pânico, terror, havendo até o risco de um confronto armado. A situação se tornou tão desconfortável que, quarenta dias após a divulgação do suposto plano comunista, foi instaurado o Golpe de Estado sem represálias à sua implantação. Iniciava-se o período mais totalitário da Era Vargas: o Estado Novo.

A perseguição aos comunistas por atos considerados subversivos e criminosos é bem conhecida. Existe um grupo que por muito tempo foi aliado do Governo de Vargas e que, com a promulgação do Estado Novo, ou até mesmo antes disso, sofreu com perseguições, prisões e o exílio de alguns de seus membros. Trata-se da AIB. Os dois anos que antecederam 1937 parecem ter sido os anos dourados dos integralistas; o movimento naquele período já representava uma força política significativa, e Getúlio Vargas e sua cúpula golpista sabiam disso, tanto que enviaram seus mensageiros para contatar o chefe nacional dos camisas-verdes.

Assim começaram as negociações entre as partes. Na versão de Plínio Salgado, ele teria sido procurado em agosto de 1937, quando teria recebido uma cópia da Carta Constitucional que seria outorgada após o Golpe. Plínio afirma ter levado esse documento para leitura, devolvendo-o e acusando que aquilo se tratava de uma carta totalitária e que, mesmo sendo um antiliberal, era antes de tudo um defensor da harmonia entre os três poderes, um paladino da liberdade de imprensa e de uma democracia orgânica. Mas existe outra versão que assegura que Plínio Salgado teria sido procurado alguns meses antes pelo Sr. Aranha, que teria apresentado os planos ao chefe integralista e este teria aceitado participar do Golpe, pois acreditava que a ação integralista era revolucionária, e não eleitoral (CAMPOS, 1982, p. 74).

Outros contatos foram estabelecidos, e até o próprio presidente tentou convencer Salgado a apoiar o golpe, pois a ameaça comunista persistia na candidatura de José Américo. Essa situação preocupou o líder integralista, que buscou contatos para salvar seu movimento do que estava por vir. Inicialmente alguns de seus contatos afirmaram que os integralistas não sofreriam consequências graves com a promulgação do Estado Novo, mas logo depois Salgado foi alertado para tomar cuidado, pois o Golpe que

estava por vir não pouparia ninguém, nem mesmo os antigos aliados do Governo. Era chegada a hora de mobilizar as forças integralista, para mostrar à cúpula golpista a força dos camisas-verdes. Assim foram mobilizados os integralistas a fim de expor em todas as províncias o seu poder. Como reagiu Alagoas a essa situação?

As marchas integralistas eram coisas rotineiras no estado. Os camisas-verdes tinham por hábito expor seus militantes em marchas nas ruas, que geralmente terminavam em comícios. Em 1937 essas marchas passaram a ter uma maior frequência, intensificando-se as atividades integralistas, principalmente com desfiles pelas ruas. Em 15 de agosto foi organizada uma marcha que tinha como destino o rio Catolé; o evento contou com a presença de alguns integralistas, porém foram contabilizadas quase cinquenta ausências, em um momento tão crítico para o movimento. As faltas preocupavam tanto a direção do partido que, dois dias após a caminhada, foi publicado um boletim parabenizando os integralistas que participaram e censurando os faltosos:

Este DTP elogia a disciplina mantida pelos camisas-verdes que participaram da marcha realizada no dia 15 do mês vigente, com destino ao rio Catolé, assim como dedicação, esforço e compreensão de disciplina de alguns companheiros que, embora doentes, compareceram à referida marcha, tornando extensivo aos camisas-verdes. (BOLETIM INTERNO nº 4, Maceió, 17 de agosto de 1937).

Nesse mesmo documento, a diretoria elogiou os militantes que estiveram presentes na marcha apesar de sua idade avançada. Entre os faltosos à marcha aparecem nomes como os de Afrânio Lages, Mário Marroquim, Carloman Carneiro, Othon Farias, entre outros. Homens que ocuparam cargos de relevância e eram entusiastas no movimento, agora estavam sendo acusados de não cumprir com o juramento integralista. Pergunta-se: qual seria o agente motivador que levou integralistas tão dedicados a se furtar a suas obrigações com o movimento? Provavelmente a resposta esteja na perseguição e nas prisões de integralistas muito antes da promulgação do Estado Novo.

No município alagoano de Capela foram registrados alguns casos de abuso policial contra os integralistas. Em 27 de março de 1937 os camisas-verdes dessa cidade foram surpreendidos por uma batida policial que levou preso um de seus companheiros, como também tiveram três residências de integralistas revistadas e alguns pertences confiscados. Essa atitude abusiva foi comunicada ao chefe provincial, para que tomasse

as medidas adequadas junto às autoridades competentes. Dessa maneira a situação foi apresentada em carta remetida ao chefe provincial Andrade Lima:

Venho pela presente trazer ao seu conhecimento o que vem acontecendo com o nosso movimento aqui: anteontem à noite, antes da reunião semanal, o Delegado de polícia, Sr. José Malta e Sá, mandou recolher à cadeia pública o companheiro José Alvino da Silva, sem qualquer motivo, permanecendo o mesmo preso e incomunicável na cadeia dessa cidade; ontem à noite, o mesmo delegado cercou as propriedades dos nossos companheiros Pedro Cabral, José Vítor da Costa, José Gomes de Araújo e Antônio de Araújo Cabral, trazendo as espingardas de caçada, porque outra coisa não encontrou. Tanto José Alvino da Silva como as pessoas ontem cercadas são de ótima conduta e não cometeram nenhum tipo de infração até essa data. Fizemos ontem um pedido de habeas-corpus em favor de José Alvino, porém acontece que o Juiz de Direito não se encontrava, pois andava passando a Semana Santa fora da comarca. Peço-lhe tomar providências junto ao Secretário do Interior, porque se não houver qualquer ação das autoridades superiores, terei que ser forçado a fechar o Núcleo, para evitar massacre dos indefesos camisas-verdes, pois esse delegado é violentíssimo e arbitrário. (CARTA DO C. M. MANUEL FERREIRA DE BARROS AO C. P. Capela, 29 de março de 1937).

Pelo depoimento do integralista é possível notar que o temor era algo presente entre os defensores dos ideais verdes. A repressão policial naquele município se apresentava de forma muito marcante para um grupo político que até então se mostrava aliado do Governo; agora seus militantes eram perseguidos e trancafiados em celas, ficando incomunicáveis. O terror chegava a um ponto que se cogitava a necessidade de fechar o núcleo para proteger os seus membros. E as prisões não paravam, pois no dia 30 do mesmo mês, enquanto o chefe municipal estava em Maceió para dialogar com o chefe provincial sobre a situação do movimento em Capela, ocorreram mais duas prisões. A motivação para tais atos era desconhecida. Assim escreveu Manuel de Barros:

Ontem estive em Maceió, porém não o encontrei. Ontem mesmo, à noite, aqui foram presos mais dois companheiros que estão na cadeia dessa cidade, incomunicáveis. Desconheço por completo qual razão do Delegado daqui estar prendendo e desacatando os integralistas. Nunca desacatamos as ordens das autoridades e por isso fecharemos o Núcleo logo que recebermos uma determinação das autoridades. (CARTA DO C. M. MANUEL FERREIRA DE BARROS AO C. P. Capela, 31 de março de 1937).

A situação se agravava. Os integralistas se tornavam presas para a caçada do delegado, que persistia em suas atitudes autoritárias e agressivas contra esse movimento. Essas ações reforçam a ideia de que muitos integralistas se afastaram do movimento por temerem represálias, o que levou o chefe nacional a ficar receoso em

apoiar cegamente os golpistas de 1937. A situação se agravava, e em abril o chefe municipal de Capela solicitou aos seus superiores que fosse aberto um inquérito para investigar o comportamento de seus militantes. Segundo ele não existia justificativa para as atitudes tomadas pelo delegado de polícia, que aterrorizava os camisas-verdes com uma série de prisões repentinas. As cartas continuavam a chegar ao chefe provincial:

O Jornal “A Notícia” publicou uma carta assinada por um cidadão, se assim se pode chamar anônimo, que não é conhecido aqui nem em outro lugar de Alagoas. Dou-lhe minha palavra de honra como nada houve que justificasse as violências praticadas pelo Sr. Delegado de Polícia contra os integralistas daqui. São os perseguidos todos rapazes muito calmos. Desafio que seja aberto um inquérito e se apure aqui qualquer infração cometida por integralistas. (CARTA DO C. M. MANUEL FERREIRA DE BARROS AO C. P. Capela, 16 de abril de 1937).

Era preciso tomar uma medida contra as atitudes policiais daquele município, pois o núcleo estava ameaçado. O delegado Malta e Sá continuou a perseguição ao movimento e prendeu por duas vezes o secretário de propaganda integralista daquela região por ter fichado várias pessoas para o movimento. Em junho de 1937 as perseguições aos integralistas continuavam acontecendo:

O Delegado de Polícia daqui, o Sr. José Malta de Sá, continua a nos perseguir. Agora mesmo mandou prender o nosso companheiro José Alvino da Silva, sem qualquer motivo, e o obrigou a fazer faxina. Requeri habeas-corpus e foi ele solto; continua ameaçado de ser novamente preso e até de ser surrado. Rogo-lhe tomar providências junto ao Dr. Secretário do Interior para ver se param essas perseguições aqui aos integralistas. Esse companheiro que foi preso já o foi pela segunda vez. Afirmo que ele é de boa conduta civil e moral; toda perseguição é porque ele é o secretário de propaganda e tem fichado muita gente no Núcleo daqui. (CARTA DO C. M. MANUEL FERREIRA DE BARROS AO C. P. Capela, 14 de junho de 1937).

As perseguições, prisões e ausências nas atividades integralistas levaram alguns grupos a questionar a força e a possibilidade de sobrevivência do movimento. Isso incomodava a direção do partido, pois mais do que nunca era preciso que os camisas-verdes se mostrassem fortes para reforçar a necessidade dos golpistas de mantê-los como aliados. Assim, era preciso estar de olho nos inimigos, pois qualquer boato que colocasse em dúvida a unidade da AIB seria perigoso para o futuro do movimento.

Em agosto a chefia da província de Alagoas publicou uma nota desmentindo ou tentando desacreditar a população quanto aos problemas pelos quais os seguidores do

credo verde vinham passando. O documento, assinado pelo delegado provincial Fernando Oiticica, contém quatro pontos, que vão desde os boatos das deserções até a ênfase no caráter de vanguarda do integralismo em Alagoas. Na tentativa de desmascarar todos esses falatórios dos inimigos do Sigma, o documento faz um apelo aos brasileiros “honestos” para que não se deixassem levar por conversas de terceiros. Eis os pontos explicitados no documento:

PRIMEIRO: O serviço de investigação dessa província acaba de descobrir a existência de um movimento, em preparo, para impressionar a opinião pública com pseudodeserções no movimento integralista. Este método que indica degradação do caráter dos que o forjicaram tem âmbito nacional.

SEGUNDO: Em edição de domingo último, um matutino da capital publicou uma relação de imaginárias deserções na província da Bahia. Nessa província, ao contrário da notícia falsa, ali estampada, o movimento marcha grandiosamente. A recente adesão eminente do prof. Prado de Valadares, da faculdade de medicina da Bahia, é uma demonstração eloquente do alto valor que o Sigma ali representa.

TERCEIRO: Aqui em Alagoas, elementos que se ficharam na fase inicial do movimento e que dele se encontram desligados há muito tempo, por meio de publicações na imprensa local fazem crer que desertaram agora das fileiras integralistas. Essa tática tem o objetivo de, servindo aos elementos que apoiam as candidaturas liberais, causar impressão no seio da opinião pública.

QUARTO: O movimento integralista desenvolve-se no instante atual de um modo verdadeiramente grandioso. Alagoas, que esteve sempre à vanguarda do movimento do Sigma, jamais deixará o posto de honra que ocupa. Dentro de poucos dias, bandeiras cortarão o interior da Província e se instalarão novos Núcleos, demonstrando com certeza a vitórias dos ideais do integralismo, para grandeza e felicidade de Alagoas e do Brasil. (NOTA OFICIAL, Maceió, 30 de agosto de 1937).

A frase final desse documento mostra um sinal de esperança: a crença de que após ter vivido os dois últimos anos de forma tão positiva, a AIB iria superar mais essa situação dificultosa. Porém a realidade mostrava que realmente os integralistas estavam se ausentando das atividades do movimento, principalmente se essas fossem em público. As perseguições e prisões no interior levaram os camisas-verdes a se sentir receosos, amedrontados, e a todo o momento correndo o risco de verem fechadas as portas de alguns núcleos municipais. Somado a tudo isso, alguns desses núcleos municipais já não se sustentavam por si sós e não dispunham de um número suficiente de militantes para arcar com as conduzir as despesas nesse momento de crise.

Foi assim que o movimento integralista começou a sofrer com as turbulências desse período repressivo. Um dos fatos mais marcantes para os camisas-verdes ocorreu na cidade de Campos, no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como “a carnificina de

Campos”⁵⁸. Esse fato teve consequências graves para os integralistas, que tiveram de abandonar sua identificação: suas camisas verdes. A culpa pelo acontecido não foi atribuída à repressão do Estado, ou a um protesto da população, mas sim aos grupos comunistas. Os integralistas acusaram os jornais que noticiaram o fato de estar a serviço de Moscou, pois estes asseveravam que a atitude violenta teria partido da própria população, que se mostrava hostil aos adeptos do “credo verde”. Os camisas-verdes não queriam admitir que estivessem perdendo espaço entre seus antigos aliados, e usavam a tática de amedrontar a população com acusações de que os comunistas estavam cometendo atos de terrorismo. Para justificar o que tinha ocorrido naquele dia no comício de Campos, a Chefia Nacional publicou a seguinte nota:

Os jornais noticiaram, apesar de todo o esclarecimento dado a tempo por essa chefia, que o tenente Coaraci fora agredido por integralistas, quando advertia o orador Celso Peçanha de que não deveria continuar atacando o Governo (a notícia saiu com grande destaque nas primeiras edições de ontem). Nas últimas edições, estes mesmos jornais publicavam em letras diminutas, em lugares sem evidência, as declarações dos delegados de polícia, Dr. Garchet, inteiramente favoráveis aos integralistas. (CARTA AO POVO BRASILEIRO, sem data).

Os jornais continuaram a afirmar que o ato contra os integralistas fora espontâneo e teria partido da própria população local, mas os integralistas ressaltaram que naquela região o número de camisas-verdes era considerável e rechaçaria qualquer hostilidade aos integralistas.

Os jornais noticiaram que o povo de Campos (e não os comunistas) atacou os camisas-verdes, arrancando-lhes as camisas e as atirando no Paraíba. As autoridades policiais, entretanto, verificaram diante da morte de apenas 4 integralistas e 10 não integralistas (pessoas da melhor sociedade) que a agressão dos comunistas foi contra o povo. Se o povo é que foi agredido de preferência pelos agentes de Moscou, como poderia ter atacado os camisas-verdes? E a prova de que o povo campista está solidário ao integralismo na justa revolta contra os bolchevistas encontra-se no formidável número de adesão que se está verificando de um modo impressionante nas fileiras do

⁵⁸ Em 1937, na cidade de Campos, o núcleo municipal da Ação Integralista Brasileira preparava mais um comício em sua região. Militantes da AIB de diversos núcleos distritais e de outros municípios começaram a concentrar-se por volta das 10h nas imediações da sede municipal. Às 16h, centenas de milicianos já desfilavam pelas ruas centrais com suas camisas verdes e bandeiras azuis. Aproximadamente às 17h, os soldados do Sigma chegaram à praça São Salvador, no Centro de Campos dos Goytacazes. Os milhares de integralistas presentes se concentravam em torno do palanque armado em frente à sede municipal para ouvir um dos primeiros oradores, o camisa-verde Sr. Celso Peçanha. Passados menos de cinco minutos do discurso, iniciou-se o tumulto com o próprio orador tendo seu microfone alvejado por uma saraivada de tiros proferida pelos policiais que se encontravam na praça, aonde se concentrou o intenso tiroteio. O ato de covardia resultou em diversos mortos e feridos, sendo chamado por muitos jornais da época de “Carnificina de Campos”. (<http://blogfernandoleite.blogspot.com.br/2012/08/o-massacre-de-37-na-praca-sao-salvador.html>).

Sigma,. Naquele município o número de integralistas em Campos é de 5.000 e o número de simpatizantes é muito maior (e oferecemos os nossos arquivos ao exame de quem quer que seja), demonstrando que a preponderância do povo de Campos é integralista. Como poderia, pois, o povo ficar contra o povo? (CARTA AO POVO BRASILEIRO, Chefia Nacional Integralista, sem data).

Os jornais expunham que os enterros das vítimas tiveram de ser discretos, pois a revolta contra os integralistas colocava esse grupo em risco até num cortejo fúnebre. A direção do partido tentava desmentir essa ideia, afirmando que tudo não teria passado de um ato terrorista dos comunistas contra os homens de bem – tanto integralistas, como não integralistas. Plínio Salgado alertava para que a população avaliasse a importância das informações e buscasse avaliar cada palavra que lhe fosse dita, pois a imprensa brasileira estava a serviço dos inimigos comunistas, que continuavam avançando em território brasileiro. A Agência Meridional despachou informações um dia após o evento dando conta de que vários núcleos integralistas estavam cercados e que vários chefes integralistas estavam presos e respondendo a severos interrogatórios.

Que o povo do Rio e de todo o Brasil julgue, diante desse despacho da agência Meridional, o valor das notícias que atualmente se oferecem às populações por certa imprensa que perdeu a noção do menor escrúpulo. Apelamos para os diretores de jornais, denunciando-lhes a grave infiltração bolchevista em sua reportagem. No caminho em que nós vamos, o comunismo será implantado no país mais depressa do que se pode imaginar. Urge que os brasileiros despertem a tempo. A nação está em perigo. É a confusão, é a mentira, é o embuste, é a perfídia, é o cinismo, tudo aquilo que vimos no filme “O Couraçado Sebastopol”. Na verdade, o comunismo avança... (CARTA AO POVO BRASILEIRO, Chefia Nacional Integralista, sem data).

Situações como essa levaram os integralistas a se camuflar diante da sociedade brasileira. Em 27 de agosto de 1937 foi publicado pela Secretaria Provincial de Alagoas um documento contendo algumas restrições aos integralistas, cumprindo uma ordem nacional. Como já vimos anteriormente, ocorreu a suspensão do uso das camisas verdes, do distintivo e de qualquer outra coisa que remetesse ao integralismo. A partir de então a realização de comícios exigia a garantia da segurança do público presente, para que nada de mais grave viesse a ocorrer com os integralistas e seus simpatizantes. Isso pode ser constatado no trecho de um boletim, abaixo transcrito:

O Chefe Nacional resolveu proibir os comícios onde as autoridades policiais não puderem garantir plenamente os nossos direitos políticos, a fim de evitarmos falsas acusações de que estivemos promovendo desordem. As autoridades integralistas, não obtendo garantias por escrito, informam ao público que o integralismo, acima de seus direitos, coloca a segurança do Povo. Deve ser redobrada a vigilância sobre o Comunismo. Em caso de perturbação da ordem, os integralistas colaborarão com as autoridades

constituídas. (BOLETIM DA SPEMC, DEPARTAMENTO TÉCNICO. Maceió, 27 de agosto de 1937).

Assim foram os caminhos do integralismo nos seus últimos meses de legalidade. Após estourar o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo, os antigos aliados de Vargas se viram vítimas do Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, que colocava todos os partidos políticos na ilegalidade. Os integralistas consideraram-se traídos, pois os temores de Plínio Salgado se confirmaram: a Carta Constitucional do golpe não poupou nem mesmo os integralistas.

Depois de experimentar dois anos de uma ascensão vertiginosa e ao lado das principais autoridades que agora os caçavam, os camisas-verdes buscavam ânimo e energia para resistir e tentar uma reação a esse tempo de perseguições, prisões e execuções. Assim 1937 chegava ao fim, e junto com ele, a lua de mel e a política de amizade entre os integralistas e o Governo Federal.

Considerações Finais

O integralismo se configura na identidade da moral e da ética cristã, e seus militantes tentavam representar a imagem do homem do Estado Integral. Em Alagoas esse grupo apoia-se num imaginário religioso muito marcante nessa sociedade, como também na necessidade de repelir o inimigo soviético e nas políticas corporativas implantadas no governo Vargas.

A condição religiosa da AIB deriva de seu chefe nacional, Plínio Salgado, que defendia a formação de um Estado Integral baseado na harmonia entre o materialismo e a espiritualidade. Os núcleos provinciais vão responder a isso buscando proximidade com as instituições seculares como a Igreja Católica. Em Alagoas essa proximidade era visível e os trabalhos de assistência social promovidos pelos integralistas da região deixavam esse movimento e a instituição muito mais próximos. Como no caso do São João e do Natal dos Pobres, festas organizadas pelos camisas-verdes, contando porém com a participação da Igreja. A ideia era mostrar ao povo alagoano que aquele movimento era formado por homens cristãos, caridosos e de integridade inabalável.

Os integralistas não pregavam a aniquilação das instituições do Estado, não propunham a morte da burguesia, nem defendiam o fim da propriedade privada. Ao contrário, pregavam a harmonia entre as classes e a formação de um Estado onde as diferenças seriam compactadas para formar um sistema integral; defendiam ainda a tese de que o homem não é só matéria, mas também espírito, devendo-se estabelecer uma harmonia para a nação caminhar em nome do progresso.

Para o pequeno trabalhador era muito mais fácil compreender um discurso que falava de Deus, Pátria e família que compreender a fúria comunista. Pois em Deus o indivíduo preservaria sua religiosidade e teria a esperança na promessa de uma vida eterna; na Família o sujeito buscava o sustento e a sobrevivência dos seus e manteria sua função patriarcal de provedor da casa; e a Pátria lhe concedia a oportunidade de lutar por uma nação, de transformar a sua realidade e a de seus companheiros. Isso traz ao integralismo uma oportunidade de ingressar no ideário do trabalhador que buscava transformação social, no entanto, não desejava violar a estrutura do Estado. A ação prática desse discurso se configurava nas festividades organizadas pela AIB. Nesses eventos Deus é representado pela presença da Igreja Católica, a família é representada pela participação dos integralistas e simpatizantes na organização dessas festividades e a

Pátria aparece na doação de donativos para os cidadãos carentes. Trata-se da ideia de que uma nação caridosa seria o primeiro passo para a harmonia social.

A ideia do risco de uma revolução social era algo que passava na mente das classes conservadoras do país e refletia em Alagoas. Era preciso dar uma resposta a essa elite local e mostrar um caminho para repelir esses ideais subversivos. A AIB aparece como uma força perseguidora desses grupos, e a atuação do DPP é muito intensa, sobretudo contra os comunistas e a ANL. A polícia investigativa dos integralistas foi bastante atuante em terras alagoanas; como o movimento se espalhou de forma muito rápida pelo estado, seus investigadores conseguiram cobrir uma boa quantidade de municípios. Assim, a ação dos integralistas também contribuiu para a construção da identidade do movimento em Alagoas.

Os discursos integralistas apresentavam o comunismo de uma forma depreciativa, mostrando os militantes vermelhos como ameaça à liberdade da sociedade, agressores da pátria e sujeitos perigosos para o progresso da nação e que, portanto, deveriam ser repelidos. Seriam os camisas-verdes os “heróis” que salvariam o país dessa ameaça. A ideia era implantar o medo na sociedade, para que os integralistas dispusessem de terem maior liberdade para atuar de forma mais efetiva contra os subversivos. Essa atuação deu à AIB a oportunidade de se aproximar das elites econômicas do estado, já que, ao afastar os grupos de ideais subversivos, os donos dos meios de produção de Alagoas poderiam aplicar a política de sindicalização do governo Vargas, sem ameaçar de forma direta seus interesses.

Os integralistas, em mais um exemplo de cristandade, mostravam que os militantes subversivos que desejavam se redimir poderiam fazê-lo caso abandonassem seus antigos ideais e provassem que eram dignos de ingressar na AIB. Assim, quase que de forma profética, os militantes do Sigma aparecem como os pastores que conduzem suas ovelhas para o caminho da libertação, tentando agregar a seu grupo aqueles que se acham fora desse caminho.

Os integralistas também se apropriaram das políticas corporativas implantadas pelo governo de Vargas, como no caso da atuação dos camisas-verdes na política de sindicalização desse período. Isso permitiu uma aproximação da AIB com a classe trabalhadora alagoana. Ao ingressar nos sindicatos esse grupo tinha a função de aplicar a legislação trabalhista seguindo os padrões da lei. O grupo patronal do estado se sentia

muito menos ameaçado com os integralistas dentro dos sindicatos, pois estes pretendiam seguir as regras corporativas e, além disso, tinham por determinação da chefia do partido repelir qualquer grupo subversivo nessas organizações. Provavelmente isso facilitou o acesso dos militantes do Sigma a algumas categorias sindicais.

Em algumas regiões a AIB não recebeu o apoio imediato da elite local e os trabalhadores mantinham um certo vínculo de dependência com essas elites. Os integralistas tiveram então de usar diversos artifícios para ganhar espaços nesses municípios; assim, os trabalhos de assistência social, o ingresso nos sindicatos, a ação de repelir os comunistas e as atividades de propaganda do movimento foram aproximando esse grupo da sociedade desses municípios. Essa realidade pôde ser comprovada em São Luiz do Quitunde, pois nesse município, em menos de um ano, o número de membros inscritos passou de 80 para 180, sendo essa uma das regiões em que anteriormente o movimento sofria cerrada oposição dos coronéis.

O ideal cristão, o pensamento corporativo e a repulsa ao comunismo fizeram da AIB uma proposta política válida para a realidade de 1930 em Alagoas; por esse motivo o movimento ganhou tantos adeptos e assim se espalhou por vários municípios do estado. Assim, estavam os integralistas prontos para defender a ética e a moral cristãs, repelindo ideais subversivos e preparando a sociedade para a formação de um Estado Integral.

Os integralistas alagoanos acreditavam que uma vitória nas eleições elevaria o moral de seu movimento nas regiões do estado. Por esse motivo uma das atividades dos núcleos era a de alfabetizar homens e mulheres que estivessem em idade de votar. Em 1934 a participação dos camisas-verdes nas eleições estaduais lhes rendeu a vitória de Afrânio Lages como deputado estadual. Este exerceu o mandato e defendeu os interesses da AIB. Em 1935 o **Jornal de Alagoas** expôs o fato de esse parlamentar fazer propaganda da ideologia do Sigma na Câmara dos Deputados. Conta o periódico que em uma das sessões o deputado Lages solicitou que seus companheiros de Casa distribuíssem alguns boletins integralistas enquanto discursava. Alguns parlamentares, porém, recusaram-se a distribuir os panfletos, pois alegavam que não iriam fazer propaganda fascista numa Casa que era o símbolo da democracia. O chefe provincial dos integralistas alagoanos, ao terminar seu discurso e perceber o que tinha acontecido,

gritou palavras de ordem e distribuiu os boletins entre os deputados (JORNAL DE ALAGOAS, 1935, p. 3).

Em 1935 os integralistas obtiveram uma vitória significativa, elegendo representantes em vários municípios alagoanos. O sucesso atribuído a essa segunda eleição pode ser entendido pelo fato de que nesse pleito os militantes do Sigma intensificaram as campanhas eleitorais para seus candidatos. As escolas de alfabetização nos núcleos integralistas já estavam consolidadas em alguns municípios, aumentando assim o eleitorado dessa legenda; além disso, a campanha de alistamento eleitoral a pedido da chefia nacional tinha sido bem mais realizada. O resultado positivo dessas eleições tornou o movimento integralista uma consistente força política presente em Alagoas.

Ainda que as bases ideológicas e o próprio chefe nacional defendessem que o integralismo não era um movimento de caráter eleitoral, foi através das eleições que os camisas-verdes ganharam mais adeptos no país, atraindo inclusive observadores internacionais. Nesse período os olhos do partido fascista italiano estavam no Brasil, pois Mussolini pretendia aumentar sua influência política na América Latina. Buscava, por isso, uma rota para introduzir seus ideais no país, e as sucessivas vitórias da AIB nas eleições atiçaram os olhares do líder italiano, que enviou representantes do governo para observar esse movimento que se espalhava tão rapidamente pelo país (BERTONHA, 1998, p. 553).

Os integralistas contavam com um esquema de propaganda do movimento muito intenso e isso também favoreceu a disseminação dos ideais verdes por Alagoas, o que se deu mediante marchas, comícios, boletins informativos e o próprio uniforme dos camisas-verdes. O movimento contava ainda com um jornal **A Província**⁵⁹, que passou a expandir o alcance desse grupo dentro do estado de Alagoas. Os militantes verdes usavam esse esquema de propaganda para impressionar o público; seus eventos sempre eram acompanhados de um desfile pelas ruas da cidade, tendo à frente a chefia municipal ou provincial. Dessa maneira, os integralistas buscavam impressionar os seus observadores e atrair novos adeptos para as fileiras do Sigma.

⁵⁹ Até o presente momento não tivemos acesso a esse jornal, porém sabemos da existência dele, pois os documentos integralistas mencionam fala que havia uma oficina dele na capital de Alagoas, onde era impresso. O texto do historiador Sávio de Almeida também cita a presença desse periódico na região.

Por esse motivo a imagem dos integralistas era tão importante. Já que advogavam a moralidade cristã, não poderiam os integralistas se deixar levar por desejos carniais, nem muito menos se desviarem do caminho que haviam aceitado seguir ao ingressar no movimento. Essa situação fez com que os chefes do movimento usassem o serviço de investigação para atuar, além de externamente, na vigilância sobre os próprios militantes do Sigma. Os casos de indisciplina aqui mostrados demonstram que a liderança estava muito preocupada em saber como a AIB era vista pela sociedade, daí manter uma política rigorosa sobre seus adeptos. Era preciso assumir uma postura que não colocasse em questão a integridade do movimento, pois este buscava sempre relacionar suas atividades com os ideais religiosos.

O que se percebe é que a imagem de um integralista representava para a chefia a imagem do movimento; por isso as atividades de investigação eram mantidas para impedir que essa estética de um “bom” homem cristão fosse quebrada. Os integralistas construía sua identidade sacralizando seus militantes e aviltando a imagem de seus adversários.

A ocupação territorial integralista foi outra coisa que se deu de forma estratégica, pois o movimento formou seus núcleos desde a Zona da Mata até o Sertão alagoano. Montou pontos de influência entre operários têxteis, trabalhadores rurais, profissionais liberais e funcionários públicos, ou seja, os integralistas atingiram diversas categorias da sociedade alagoana.

As regiões onde os integralistas tiveram o maior número de participantes no movimento foi a do Vale do Paraíba. Ali estavam dois grandes núcleos, o de Serra Grande e o de São José da Lage. Os dois juntos perfaziam um número de mais de mil integralistas, o que tornava aquela região um grande polo do movimento. São José da Lage elegeu em 1935 dois integralistas, João Pinheiro Lyra e Marcel Tenório de Oliveira Cavalcante. Os núcleos de Serra Grande e São José da Lage caracterizavam-se pelo envolvimento da elite dominante das usinas. A família Lyra é tradicional por sua atuação no agronegócio.

Outra região que teve um destaque significativo entre os integralistas alagoanos é a do baixo São Francisco. O município de São Brás em 1935 elegeu pela AIB o prefeito dessa cidade e ocupou todas as cadeiras da Câmara de Vereadores com seus candidatos. Esse município tinha acabado de ganhar sua emancipação pela segunda

vez⁶⁰, pois, pelo decreto estadual nº 1619, de 23 de fevereiro de 1932, o município foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Traipu. Veio a se elevar novamente à categoria de município, com a denominação de São Brás, pela Constituição Estadual de 1935. Os integralistas trabalharam nesse processo de emancipação do município, o que renderia grandes frutos para o movimento com sua incontestável vitória eleitoral.

Outro município do baixo São Francisco que obteve uma expressiva vitória nas urnas foi Penedo, onde foram eleitos vereadores Otávio Guedes de Mello, João José Galvão e José Demétrio de Souza. Pelo que consta na bibliografia, o núcleo de Penedo teria sido fundado por influência de Gustavo Barroso⁶¹. Era uma região economicamente muito ativa, pois exercia no São Francisco diversas atividades pesqueiras, e também usava o rio como uma rota de escoamento para os produtos da região. A presença de uma fábrica têxtil permitia a existência de um operariado urbano propício para a AIB atuar com seus ideais, além de alguns trabalhadores rurais dedicados à atividade canavieira. A presença integralista nessa região era forte, pois nas eleições municipais a AIB obteve 317 votos num universo de 1.115 eleitores. Depois do PPA, os camisas-verdes foram a legenda mais votada em Penedo.

As eleições de 1935 deram aos integralistas a vitória de pelo menos um candidato nos principais pontos de influência das regiões que eram por eles ocupadas. Assim, Maceió que era sede da 1ª região elegeu Mário Marroquim; São Luiz do Quitunde que era sede da região do litoral norte elegeu como vereador Luís Raposo de Araújo; o município de Capela, sede das regiões no curso do rio Paraíba, elegeu Raul Dias Cardoso. A eleição de José Maria Accioly Lins deu à região da grande Maceió mais um representante integralista, assim como a eleição do Dr. Leônidas Barbosa Filho no município de Alagoas (atual Marechal Deodoro).

Os integralistas tornaram-se uma inegável força política no estado de Alagoas, e isso se tornou visível após as eleições municipais de 12 de dezembro de 1935.

⁶⁰ Elevado à categoria de vila com denominação de São Brás pela lei provincial nº 1.056, de 28/6/1889, desmembrado de Porto Real do Colégio. Sede na antiga vila de São Brás. Instalado em 1º/10/1889. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=270820&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>).

⁶¹ Existe muito pouca informação sobre o núcleo de Penedo; o pouco que se sabe deve-se a Sávio de Almeida.

Os integralistas em Alagoas, durante seu período de legalidade, uniram forças com a Igreja Católica para expandir sua influência e seus trabalhos de assistência social. Porém, com relação à LEC alagoana até o momento não foram encontrados registros de alianças oficiais. Apesar de terem ideais semelhantes e de os integralistas participarem de algumas solenidades desse grupo católico, durante o impasse entre a LEC, o PNA e o PRA na eleição de 1934, não houve pronunciamento algum por parte dos integralistas. Talvez devido ao fato de que nessa disputa estavam implicadas duas instituições que os camisas-verdes não gostariam de afrontar. De um lado, a Igreja, representada pela LEC; do outro, a candidatura a governador de Osman Loureiro, na época, interventor do estado, cargo conferido pelo próprio chefe da Nação, Getúlio Vargas.

Assim, tratava-se de uma disputa com a qual os integralistas alagoanos não pretendiam envolver-se. O alvo de combate da AIB era muito claro: os comunistas; esse era o grupo que eles desejavam aniquilar. Porém a atuação dos camisas-verdes no estado era muito mais forte que os militantes vermelhos, já que, enquanto os defensores do Sigma desfilavam pelas ruas das cidades alagoanas a propagar os ideais de seu movimento, o grupo comunista atuava de forma reprimida e posteriormente na ilegalidade. Assim, os integralistas consolidavam seu espaço na sociedade alagoana enquanto seus adversários tiveram de percorrer os caminhos da marginalidade. Mas toda essa liberdade de atuação para os integralistas estava com os dias contados e o movimento de Plínio Salgado passaria a sofrer perseguição às vésperas da promulgação do Estado Novo.

Vargas não desconhecia a força política da AIB no país e, por esse motivo, buscou o apoio de Plínio Salgado para o Golpe de 1937. Porém o líder integralista sabia que a proposta constitucional para 1937 não garantiria a sobrevivência do seu grupo político e, portanto, passou a convocar as marchas nacionais para demonstrar ao Governo Federal o tamanho de seu poder e sua influência nacional.

Alagoas atendeu a esse chamado, e os integralistas foram para as ruas em desfiles que pretendiam exibir seu potencial numérico e sua união. No entanto, nem todos foram às ruas, pois a repressão policial no município de Capela e o tiroteio na

cidade de Campos deixaram muitos integralistas apreensivos. Se os anos anteriores tinham sido um período de prestígio e ascensão dos ideais do Sigma no país, 1937 representa um momento de terror para esse movimento. Pois a intimidação que antes era imposta aos comunistas dava-se agora com os militantes da AIB.

Faltava aos integralistas um pouco do espírito revolucionário dos comunistas, pois apesar de defenderem uma Revolução Espiritualista, quando foi exigida uma posição de resistência as ações governamentais, muitos camisas-verdes recuaram e abandonaram o confronto direto. Alguns dos integrantes desse movimento faziam parte da elite econômica do estado; entre eles, industriais e usineiros que teriam muito a perder caso entrassem em confronto direto com as forças federativas. Então, o medo de ameaçar seu negócio foi maior que a força de seus ideais políticos. Mas isso não significa que os militantes do Sigma não se posicionaram em Alagoas em apoio ao chefe nacional. Pois eles o fizeram, porém não unanimemente.

Portanto, a AIB fez sua história em menos de dez anos; num curto período tornou-se um dos movimentos de maior expressão popular da década de 1930. Entretanto, teve sua trajetória política interrompida em menos de um ano, devido à política repressiva do Estado Novo.

Sem dúvida, a AIB teve uma presença marcante em Alagoas, aqui consolidando as suas bases políticas. Apropriando-se do simbolismo religioso, da valorização da autoridade e do patriotismo ufanista, os integralistas tornaram as terras alagoanas um ponto de influência de seus ideais no Nordeste brasileiro.

Sua proximidade com os ideais cristãos, seu discurso que falava em harmonia social entre as classes, suas ideias corporativas e todo o simbolismo dos integralistas possibilitaram a esse grupo político expandir-se nas terras alagoanas e assim multiplicar suas áreas de influência na região. Os camisas-verdes tiveram de lidar em Alagoas com o grande índice de analfabetismo dos trabalhadores, além de enfrentar a resistência das elites locais em algumas regiões, bem como a indisciplina de alguns militantes.

Encontraram em Alagoas um campo fértil para os seus ideais políticos, pois se depararam com uma sociedade de forte religiosidade e muito crente nas doutrinas da Igreja Católica; uma classe trabalhista ainda desorganizada e carente das políticas

sindicais, além da presença do inimigo (comunismo). Assim, de forma messiânica, os integralistas se fixaram nas terras desse estado com base na seguinte tríade: propagar uma política baseada nos ideais cristãos, efetivar a organização sindical da classe trabalhadora e repelir os riscos subversivos a que essa classe estava sujeita. Essa foi a fórmula dos seguidores do Sigma para aumentar as fileiras de seu movimento entre o povo alagoano.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Notas Para a História do Integralismo de Alagoas. **Revista do IHGAL**, Maceió, V. XLI, p.p 87-112, 1989.

- Crônicas alagoanas vol. II – **Notas sobre poder, operários e comunistas em alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo, 2001.

ASCENSÃO, Vera Lúcia da, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de, GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado, ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura, orgs.; **A Revolução de 30 - TEXTOS E DOCUMENTOS - Tomo I**, Editora UnB, Brasília, 1982.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 8ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ATHAIDE, Rafael. A historiografia e as relações nazi-integralistas, In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009, p.p 1-11.

BARROS, Luiz Nogueira. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió, EDICULTE/SECULTE, 1989.

BERTONHA, João Fábio. **Sob o Sigma do Fascismo: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil de 1922 a 1943**. 1998, 419 f. Tese – (Doutorado em História), UNICAMP, São Paulo, 1998.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a Ação Integralista Brasileira no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 1999.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu. **Repressão Judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro, 1982.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Educação e Integralismo: um estudo sobre estratégias de organização da Ação Integralista Brasileira – AIB (1932-1937)**, São Paulo: FEUSP, 1995.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ; FRANCO, Marilena; Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Social**. Rio de Janeiro: CEDEC, 1977.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **Integralismo, anos 30** : mais uma concepção de educação integral? Aracaju, In: Anais do **vi seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no brasil”**, 2003.

- **Educação integral e integralismo, anos 30**: a vez (e a voz) dos periódicos.

Curitiba, **Anais do III Congresso Nacional de História da Educação**, 2004.

DECCAS, Edgar de. **1930 O Silencio dos Vencidos**. 2ª ed.. São Paulo, 1981.

DUTRA, Eliana de Freitas; **O Ardil Totalitário Imaginário Político no Brasil dos Anos 30**. 1997, Tese– (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**, São Paulo: Brasiliense, 1970.

FURTADO, Celso. **Formação econômica cafeeira do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GINZBURG. Carlos. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG. Carlos. **mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GUT, Nicolau de Flue. **Plínio Salgado, o criador do integralismo na literatura brasileira**. Speyer a. Rh, Pilger-Druckerei GmbH, 1940.

HOBSBAWM; Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo, 1994.

- **Era das Revoluções: 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- **Sobre História. Ensaios**. (trad.) São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LESSA, Golbery. **Trama da memória, urdidura do tempo**: (Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos), 2008. Disponível em:

<<http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/10/para-uma-historia-da-industria-textil.html>>

LIMA, Valentina da Rocha. Org.; **Getúlio**: uma história oral, São Paulo: Editora Record, 1986.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. org.; **Operários em movimento**: Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870- 1960). Maceió: EDUFAL, 2007.

MARIANI, Bethania. **O PCB E A IMPRENSA**: Os comunistas no imaginário dos jornais 1922 – 1989. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 4ªed. São Paulo: Boitempo, 2005.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- Folclor, antropologia e historia social”. In; THOMPSON, E.P , **Historia social y antropologia**. México. 1977.

TRINDADE, Hélió. **INTEGRALISMO: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: DIFEL, 1976.

SERRATTO, Edgar Bruno Franke. **A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E GETÚLIO VARGAS: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945**. 2008, 219 f. – Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Curitiba, 2008.

GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grota: reminiscências**, Sergasa, Maceió, 1970.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. org.; **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62.

OLIVEIRA, Rodrigo Santo de. **Perante o tribunal da História: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira 1932-1937**. 2004, 215 f. - Dissertação de (Mestrado em História), UFRS, Porto Alegre, 2004.

- **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1930-1937)**. 2009, 388 f. – Tese (Doutorado em História) UFRS, Porto Alegre, 2009.

PARENTE, Josênio. **Os camisas verdes no poder**. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **NOVOS BÁRBAROS: Escritores e Comunistas no Brasil 1928-1948**. Maceió: EDUFAL, 2014.

RAPOSO, Eduardo. **1930 Seis Versões e uma Revolução – História Oral da Política Paraibana (1889 – 1940)**. Recife: Massangana (Fundação Joaquim Nabuco), 2006.

REGIS, João Rameres. **INTEGRALISMO E CORONELISMO: interfaces da dinâmica política no interior do ceará (1932-1937)**, Fortaleza, 2002.

ROMITA; Arion Sayão. “**O Fascismo no Direito do Trabalho Brasileiro: influências da carta Del Lavouro sobre a legislação trabalhista brasileira**.” São Paulo: LTR, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos . In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. org.; **O século XX: O tempo das crises, Revoluções, fascismos e guerra**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VARGAS, Getúlio. **A POLÍTICA TRABALHISTA DO BRASIL**, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1952.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na Ação Integralista brasileira (1932-1937)**. 2012, 149 f. - Dissertação (Mestrado em História) UFRS, Porto Alegre, 2012.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, Etnicidade e Política: O integralismo e a luta**

pelo poder político no sul de Santa Catarina na década de 1930. 2007, 385 f. Tese (Doutorado em História), UFRS, Porto Alegre, 2007.

Fontes documentais:

Documentação do Movimento Integralista Alagoano – Arquivo Público de Alagoas – APA, 2011.

Jornal de Alagoas (1930-1937), Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL – 2013.

Jornal A Razão/ Ofensiva, Disponível no Site: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>; Acessado no mês de Junho – Julho de 2013.

Sites:

<http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5464:espias-na-era-vargas&catid=36&Itemid=127>.

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100015&script=sci_arttext#N08>

<http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5464:espias-na-era-vargas&catid=36&Itemid=127>

<<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-21.htm>>

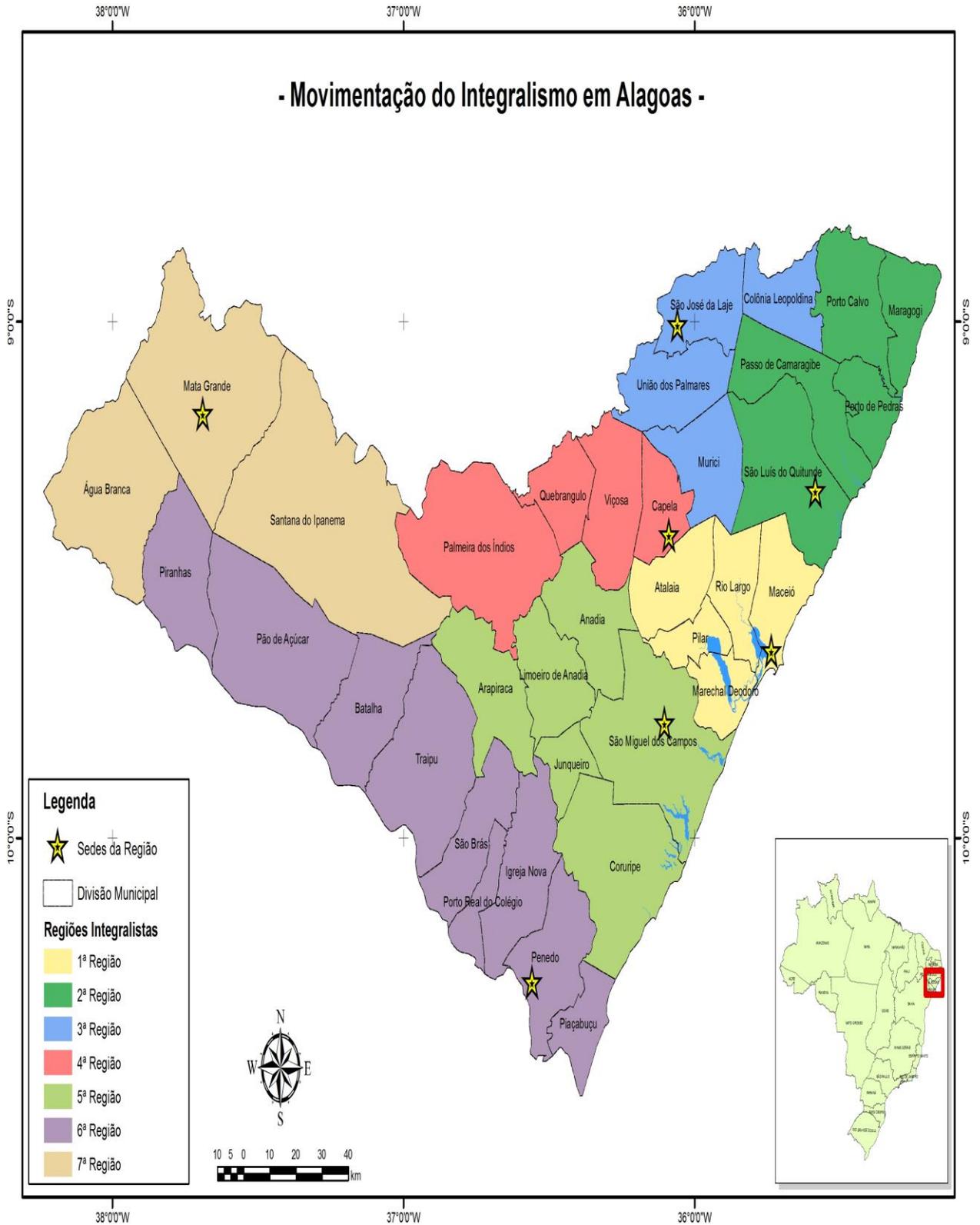
<<http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/10/ensaio-outra-alagoanidade.html>>

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=270820&search=||info%EFicos:-hist%F3rico>>.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092012000200009>.

Anexos:

Anexo I:



Anexo II:



Macció - Séde da 'Perseverança e Auxílio'

Fonte: (<http://www.balaiodefatos.com/2013/10/iphanal-recupera-predio-da-perseveranca.html>)

Anexo III

Seleção das Fábricas Têxteis de Alagoas

| Nome | Município | Ano |
|----------------------------|-----------------------|------------|
| Fábrica União Mercantil | Fernão Velho (Maceió) | 1863 |
| Fábrica Progresso | Rio Largo | 1890 |
| Fábrica Alagoana | Rio Largo | 1893 |
| Fábrica Pilarense | Pilar | 1893 |
| Fábrica Penedense | Penedo | 1898 |
| Fábrica Alexandria | Bom Parto (Maceió) | 1911 |
| Fábrica São Miguel | São Miguel dos Campos | 1913 |
| Fábrica de Santa Margarida | Jaraguá (Maceió) | 1914 |
| Fábrica Vera Cruz | São Miguel dos Campos | 1926 |
| Fábrica Norte de Alagoas | Saúde (Maceió) | 1926 |
| Fábrica Marituba | Piaçabuçu | 1949 |

(Fonte: LESSA, 2008, p. 12).

Anexo VI**Relação dos Núcleos Municipais, Distritais e Rurais**

| Categoria do Núcleo | Localização | Chefes | Inscritos | Ativos |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------------|------------------|---------------|
| Municipal | Maceió | (Chefe Provincial) | 977 | 200 |
| Municipal | Serra Grande | João Pinheiro Lira | 524 | 361 |
| Municipal | São José da Lage | Dr. Aril Pontes Lira | 510 | 430 |
| Municipal | São Luís do Quitunde | José Lourenço Monte | 202 | 143 |
| Municipal | Capela | Manoel Ferreira de Barros | 202 | 120 |
| Municipal | Cajueiro | Raul Dias Cardoso | 162 | 105 |
| Municipal | Penedo | Elizio Nogueira | 136 | 136 |
| Municipal | São Miguel dos Campos | José Aprato | 108 | 73 |
| Municipal | Rio Largo | Dr. Jeferson Belo | 100 | 100 |
| Municipal | Atalaia | Tte. Antônio O Pedrosa | 83 | 83 |
| Municipal | São Braz | Manoel Messias dos Santos | 78 | 78 |
| Municipal | Alagoas (Marechal Deodoro) | Leônidas Barbosa | 75 | 75 |
| Municipal | Santa Luzia do Norte | Antônio Carneiro da Silva | 71 | 50 |
| Municipal | Pilar | Extinto | | |
| Municipal | Murici | Extinto | | |
| Municipal | Colégio (Porto Real do Colégio) | Quase Extinto | | |
| Municipal | Traipu | Quase Extinto | | |

| | | | | |
|-----------|-------------------------------------|--------------------------------|---|-----|
| Distrital | Pontal da Barra | Pedro Alves Xavier (Maceió) | 120 | 120 |
| Distrital | Saúde (Maceió) | Osvaldo Veloso Rosa | 84 | 84 |
| Distrital | Barra Nova (Alagoas) | | 40 | 4 |
| Distrital | Taperaguá (Alagoas) | | 31 | 30 |
| Distrital | Santa Rita (Alagoas) | | 5 | 5 |
| Distrital | Uruba (Cajueiro) | Pedro Venceslau Almeida | 94 | 79 |
| Distrital | Paulo Jacinto (Cajueiro) | Severino Bitú | 19 | 18 |
| Distrital | Flexeiras (São Luís do Quitunde) | Jairo Souza | Incluído no total de S. Luís do Quitunde | |
| Distrital | Urucu | | Incluído no total de Serra Grande | |
| Distrital | Piquete | | Incluído no total de Serra Grande | |
| Rural | Valparaíso | | Incluído no total de Serra Grande | |
| Rural | Apolinário | | Incluído no total de Serra Grande | |

(OBS: Alguns Núcleos Distritais e Rurais ficavam sob responsabilidade do Chefe Municipal da região a qual eles faziam parte.)

Anexo V:

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA
 PROVINCIA DE ALAGOAS
 DEPARTAMENTO PROVINCIAL DE POLICIA
 Maceio, 8 de NOVEMBRO de 1935

Rua Cons. Lourenço e Albuquerque, 453
 MACEIO

RELAÇÃO NOMINAL DOS FUNCIONÁRIOS DO D.P.P. REORGANIZADO NESTA DATA

(F L S -- I)

| Nr. | NOMES | RESIDENCIA | DISTRICTO |
|-----|---|------------------------------|-----------|
| 1 | ✓ Milton Ramires Observações | Dias Cebal 54 | Maceió |
| 2 | ✓ Jek de Andrade Cebal Observações | Comércio 600 12 and. | " " |
| 3 | Arthur Calheiros Lins Observações | Cel Mendes Fonseca 49 G.W. | " " - |
| 4 | ✓ Alvaro Aragão Britto Observações | Dr. J. Duarte-Alto saúde 106 | " " - |
| 5 | ✓ José Calheiros Bomfim Observações | Imperador 388. | " " |
| 6 | José Lucena Netto Observações | Jqm. Tavora-Alcrista-308 | " " - |
| 7 | Luis Araujo Observações | Av. Nilo Peçanha 348. | " " |
| 8 | ✓ Aurelio Calheiros Leges Observações | Comercio - 529. | " " |
| 9 | ✓ José Antonio dos Santos Observações | Dr Fco. Meneses - 573 | " " |
| 10 | ✓ Abelardo Pugliese Observações | B. Vista-281 - P. Sol. | " " |
| 11 | ✓ Renato Bomfim Tavares Observações | P. D. de Fonseca 373 | " " |
| 12 | ✓ José Mendonça de Vasconcelos Observações | Boa Vista 384 12 and. | " " |
| 13 | ✓ Hercules Doria Observações | João Pessoa 320. | " " |
| 14 | Othen de Araujo Observações | Cincinato Pinto 157. | " " |



DEPARTAMENTO PROVINCIAL DE POLICIA

Macelo, 8 de novembro de 1935

CONTINUAÇÃO

Rua Cons. Lourenço e Albuquerque, 463
MACÉIO

RELAÇÃO NOMINAL DOS FUNCIONÁRIOS DO D.P.P. REORGANIZADO NESTA DATA

(F L S. - 2)

| Nr. | NOMES | RESIDENCIA | DISTRICTO |
|--------|--|--------------------------------|------------------|
| 15/ | José Bruno Ferrari. Observações | Gen.Hermes 388. | Macéio - Cambone |
| 46 16/ | José Ferrari Filho. Observações | Gen.Hermes 388. | " " " " |
| | Observações | Gen.Hermes 388. | " " " " |
| 18 | Observações | | " " " " |
| 19/ | Antolino de Oliveira Lima. Observações | Av.Manguaba 2.494 | " " Tr. da Barra |
| 20/ | Mideal Alves Xavier. Observações | Av.Manguaba 2.515 | " " Tr. da Barra |
| 21 | Liberalino Mendes Gues. Observações | Matto Grosso-Sta Margarida 141 | " Jaraguá |
| 22/ | Aladio Ferreira Silva. Observações | Elisio Carvalho-Gemeleira 223 | " Jaraguá |
| 23/ | Ismael Lisboa. Observações | M.Omena-Supepo 250. | " " Levada |
| 24/ | Manuel Litis do Nascimento. Observações | Av.Calabar-Caes Levada 515 | " " " " |
| 25 | Dorgival Sant'Anna. Observações | M.Omena-Supepo 264. | " " " " |
| 26 | Oscar Hypolito de Sousa. Observações | União 464- Mercado publico. | " " " " |
| 27/ | Alfredo Tenorio de Albq.. Observações | M.Omena-Supepo 328. | " " " " |
| 28 | Amabilio de Mello. Observações | 12 Maio-Sant'Anna 200 | " " " " |
| 29 | Benedicto Pereira da Silva. Observações | Cabo Reis 283 | " " " " |

Continua

DEPARTAMENTO PROVINCIAL DE POLICIA



Macelo, 8 de NOVEMBRO de 1935

CONTINUAÇÃO

Des. Cons. Lourenço A. Albuquerque, 463

RELAÇÃO NOMINAL DOS FUNCIONÁRIOS DO D.P.P. REORGANISADO NESTA DATA.

MACELO
 (FLS / . 3)

| Nr. | NOMES | RESIDENCIA | DISTRIC TO | |
|-----|---|---------------------------|------------|--------------|
| 30 | Miguel Archenjo de Lima. Observações | Av.P.Paulino-R.Metta 303. | Maceló | Pdço |
| 31 | Manuel Cornelio de Almeida. Observações | Av.Comd.Calaça | " " | " " |
| 32 | João Correia de Mello. Observações | 26 de abril 151 | " " | " " |
| 33 | João Marques dos Santos. Observações | Tamandaré 38. | " " | " " |
| 34 | Cícero Fragoso de Albuquerque. Observações | Ipiranga-Areia 252. | " " | Farol |
| 35 | Julio Gomes. Observações | Av.Ferndes Lime | " " | " " |
| 36 | Selustiano Cavalcante Albq. Observações | A.de Andrade "Zeiga" 501. | " " | " " |
| 37 | Joviniano Silva. Observações | Av.F.Lima 266 | " " | " " |
| 38 | Alfredo Soares Observações | S.da Gema 41. | " " | " " |
| 39 | Heitor Casade de Lima. Observações | Av.Amazonas 133 | " " | Prado |
| 40 | Hindenburg Lopes Barbosa. Observações | Paulo Affonso 70. | " " | " " |
| 41 | Joaquim Batista dos Santos. Observações | Av.Amazonas 49. | " " | " " |
| 42 | Américo Coelho. Observações | Paulo Affonso 265 | " " | " " |
| 43 | Manuel de Moraes Costa. Observações | 12 Março - S.José | " " | Ponte Grossa |
| 44 | José Calisto de Barros. Observações | Cqueiros.c/Moraes. | " " | " " |

CONTINUA

DEPARTAMENTO PROVINCIAL DE POLICIA

Maceio, 8 de NOVEMBRO de 1935



Dep. Cons. Laurênio e Albuquerque, 453
MACEIO

CONTINUAÇÃO
RELAÇÃO DOS FUNCIONARIOS
DO D/ P. P. REORGANISADO
NESTA DATA.

(FLS. 4)

| Nr. | NOMES | RESIDENCIA | DISTRICTO |
|-----|---|---|---------------------|
| 45 | Germano Nunes da Costa. Observações | Coqueiros c/o Moraes. . . . <i>Sto. Antonio - nº 167</i> | Maceio Pont. Grossa |
| 46 | Jesuino Gomes Ribeiro Observações | Sto. Antonio 133 Sto. Antonio | " " " " |
| 48 | Victor Possant Bellenger. Observações | Sto. Theresa 175. | " " " " |
| 49 | Hercilio Amorim. Observações | São. Paulo 63. | " " " " |
| 50 | Uchêa Braga Observações | Jang. Alagoanos 819, R. Central | " " Pont. Terra |
| 51 | Observações | | " " " " |
| 52 | Alvaro Carneiro. Observações | Av. Pilar nº 1581. | Maceio Bebedouro |
| 53 | Jeyme Araújo Costa Observações | Conego Costa. | " " " " |
| 54 | Hemétrio de Sousa Machado. Observações | P. Independência 201 <i>-16 Titulus 219-</i> | " " |